



MATTA EL MESKIN:

COMUNHÃO NO AMOR

trad.: Pe. José Artulino Besen

A nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo. 1Jo 1,3

SUMÁRIO

Comunhão no Amor	1
I. Prefácio	4
I.1 Matta El Meskin, um pai no deserto	4
I.2 «O Senhor me pedia tudo»	4
I.3 E o deserto florescerá	6
I.4 A palavra de Deus e os Pais	6
I.5 Abuna - O pai espiritual	7
I.6 A luz de Cristo na face de seus santos	8

II. A vida no Espírito	10
II.1 A ação espiritual.....	10
II. O despertar do espírito e o início da ação espiritual.....	13
III.1 Paz.....	16
III.2 Existe uma paz verdadeira e uma paz enganadora.....	17
IV. À espera do Messias	19
IV.1 Toda a história está nas mãos de Deus	19
IV.2 Transcendência da história em Deus	19
IV.3 A intervenção de Deus na história humana.....	20
IV.4 Cada pessoa é parte de cada livro da Bíblia.....	20
IV.5 Aproximar-se de Deus no tempo através do conhecimento.....	21
IV.6 A palavra racional e a Palavra encarnada	21
IV.7 A revelação de Deus no homem e em si nos dois Testamentos.....	22
V. Natal: o Cristo da História, um Cristo Vivente.....	27
V.1 Os Evangelhos, obra do Espírito Santo	30
V.2 Os Evangelhos são livros de fé.....	32
V.3 Cristo e a revelação do Reino.....	33
VI. Aspecto escondido da Natividade.....	35
VI. 1 O Reino que vem.....	35
VI.2 O aspecto visível da natividade.....	37
VI.3 O aspecto escondido da natividade.....	38
VI.4 A insistência de Jesus na realidade do Reino.....	38
VI.5 Cristo e suas parábolas do Reino	39
VI.6 O Cristo menino revela os mistérios do Reino.....	40
VI.7 A simplicidade de Cristo recém-nascido e o Reino	41
VI.8 O Reino de Cristo à nossa porta.....	41
VI.9 O Reino visível e o Reino escondido.....	42
VI.10 O Reino de Deus vem com poder	43
VI.11 O louvor dos Anjos é um hino teológico	43
VII. O Batismo: criados para a Vida.....	44
VII.3 O aparecer do Espírito Santo na forma visível e corpórea de uma pomba..	44
VII.1 O Batismo de João	46
VII.2 Os céus se abriram.....	47
VII.3 O aparecer do Espírito Santo na forma visível e corpórea de uma pomba..	48
VIII. A justiça da humildade	49
IX. Quaresma: o arrependimento	53

IX.1 O arrependimento consiste em cair nos braços de Deus.....	57
IX.2 Cristo arrancou o pecado das vísceras do homem.....	58
IX.3 Não existe alternativa além do socorro que vem do alto.....	60
IX.4 A confiança em Cristo deve ser perfeita como Cristo.....	61
IX.5 Veio para colocar-se a serviço dos fracos.....	62
X. Semana da Paixão.....	65
X.1 O Getsêmani e o Sofrimento.....	65
X.2 Como Jesus pôde aceitar a infâmia do homem?.....	66
X.3 Antes do Getsêmani o sofrimento era um castigo	67
X.4 Em seguida a dor se transforma em dom	68
X.5 E uma participação no amor de Cristo	68
X.6 E, enfim, participação da glória e das alegrias da ressurreição.....	69
XI. A Paixão de Cristo em nossa vida.....	70
XI.1 A Semana da Paixão ou Semana da Vítima Pascal	70
XI.2 Um modo novo de ver o sofrimento	71
XI.3 A aceitação do sofrimento	73
XI.4 A mão amorosa que estende o cálice do sofrimento.....	74
XI.5 «Perdoa-lhes».....	75
XI.6 A hostilidade é inevitável	76
XI.7 O sofrimento é o nosso caminho rumo à glória.....	77
XII - Tempo de Páscoa: Cristo Ressuscitou!	79
XIII. A Ascensão	86
XIV. Pentecostes: a Promessa do Pai.....	89
XIV.1 Após a redenção.....	89
XIV.2 A revelação do amor do Pai em Pentecostes.....	89
XIV.3 A adoção através do Espírito Santo.....	90
XIV.4 A unção de filhos.....	91
XIV.6 Os dons do Espírito Santo devem ser acesos	92
XIV.7 A nossa comunhão com os apóstolos.....	93
XIV.8 A dúplice efusão do Espírito Santo.....	93
XV. A relação entre o dom de Pentecostes e a Ascensão de Cristo.....	94
XV.1 A acolhida da paternidade de Deus.....	95
XVI. Os Frutos do Espírito Santo.....	96
XVI.1 A Assunção de Maria e a transfiguração de todas as criaturas	96
XVI. Um só Cristo e uma só Igreja	99

I. Prefácio

I.1 Matta El Meskin, um pai no deserto

O cristão deve constantemente passar de uma fé expressa com palavras a uma fé expressa com a experiência”. Assim abre-se uma das catequeses mais densas e profundas deste primeiro volume de uma antologia de Matta el Meskin, e esta frase pode ajudar-nos a entender aquilo que encontraremos nas páginas que seguem. Realmente, não estamos diante de palavras, mas de uma experiência de fé, de uma vida no Espírito que só em seguida se encarna em palavras: palavras de exortação e de admoestação, de consolação e de esperança.

Se nos aproximamos com coração atento à experiência de fé que está por detrás deste livro, percebemos¹ como, em verdade, “a boca fala da plenitude do coração”. É um coração repleto de Deus o que pulsa nestas páginas, um coração curvado pelo arrependimento, um coração capaz de acolher todo homem e colocá-lo no endereço do Senhor, um coração unido, a cada momento pronto a esvaziar-se de si mesmo para colocar Cristo, e somente Cristo, no centro da própria vida.

Exatamente para ajudar o leitor a penetrar melhor na aventura espiritual de que estas páginas desejam ser testemunho, cremos ser necessário dizer algo da vida de Matta el Meskin. Talvez assim seja mais fácil tomar consciência de que o texto aqui recolhido não é fruto de elaborações teológicas ou de discussões acadêmicas, mas é comunicação, entrega de uma vida vivida em Cristo e com os irmãos, de uma resposta diária aos apelos evangélicos, de um esforço constante de transformar em eventos concretos a força espiritual que emana da Palavra feita evento, do Verbo feito carne.

I.2 «O Senhor me pedia tudo»

Iussef Iscandar nasceu no Egito em 1919. Jovem estudante de Farmácia na Universidade do Cairo, está entre os animadores de um movimento de jovens coptas² decidido a renovar evangelicamente a vida da Igreja no Egito. Laureado e tendo iniciado a própria atividade profissional, Iussef, com 29 anos de idade, sentiu, como ele próprio narra, “o chamado do Senhor que me pedia tudo”. Então abandona tudo e entra no mosteiro mais pobre e mais isolado do Egito: Deir Amba Samuil, onde viviam poucos monges, anciãos e doentes. Ali

¹ A presente antologia foi extraída da obra COMUNIONE NELL'AMORE, a cura di Guido Dotti, Edizioni Qiqajon, Comunità di Bose, Magnano, 1987.

² A Igreja copta é herdeira do antigo patriarcado de Alexandria e hoje abrange de 15/20% da população egípcia. Sua origem se situa na rejeição ao Concílio de Calcedônia (451) que definiu em Cristo uma pessoa (divina) e duas naturezas (divina e humana). Os coptas são monofisitas (em Cristo há uma só natureza, a divina). Atualmente, o diálogo teológico demonstrou que os coptas possuem a mesma profissão de fé católica, sendo a diferença linguística e não dogmática. A Igreja copta vive atualmente um grande reflorescimento espiritual.

assume o nome de Matta el Meskin (Mateus o Mesquinho, ou o Pobre), e em seguida se desloca para algumas grutas do deserto de Wadi el Rayan ao sul de El Faiyum, para uma vida ainda mais solitária e pobre: a vida eremítica³. Mas, a luz não pode ficar escondida e após alguns anos Matta é alcançado por alguns jovens monges que o escolhem como pai espiritual... Deste modo nasce um pequeno grupo monástico que por 10 anos fará um aprendizado que será determinante para o sucessivo surpreendente desenvolvimento.

Num quadro de vida que imediatamente lembra o dos primeiros pais do deserto, esse grupinho de monges vive com a mesma simplicidade, com o mesmo despojamento de todos os bens e as preocupações mundanas, com a mesma experiência profunda do amor divino, a mesma confiança total em Deus que caracterizaram os primeiros séculos do monaquismo egípcio. Na vida destes 12 monges, os anos em Wadi el Rayan representaram, a ocasião propícia para verem as próprias existências fundir-se no cadinho do amor divino e unir-se em Cristo segundo o espírito do evangelho.

A um jornalista da rádio Vaticana que lhe perguntava como tinha nascido seu caminho de vida monástica, Matta el Meskin respondia:

“Na verdade, minha vida é uma relação profunda entre mim e Deus. Comecei sozinho. A finalidade foi, sem dúvida, oferecer minha vida ao Senhor: isto eu entendi e decidi em seguida fazer uma leitura contínua da Bíblia. A Bíblia, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, permitiu-me construir minha vida sobre um fundamento sólido. Perguntei-me: como poderei dar toda a minha vida nestes poucos anos que terei para viver? Como poderei realizar em minha existência aquilo que viveram as pessoas da Bíblia? Cheguei a pensar que minha vida fosse breve demais para poder assimilar este livro. Então tentei, na oração e com muitas lágrimas, entender estes homens do Antigo Testamento e, pouco a pouco, se me tornaram familiares; assim me adaptei a eles, e agora eles vivem em mim e eu neles. Do modo como eles viveram sua relação com Deus, assim eu vivo hoje. Nos livros do Antigo Testamento experimentei o amor de Deus, a sua severidade, a sua pedagogia, a sua bondade. Dia e noite li a Bíblia, para que se tornasse minha própria carne e meu sangue. Depois passei para o Novo Testamento, que para mim tem sido um livro luminoso. Entendi que o Senhor é a luz do dia; Cristo a estrela da paz. Antigo e Novo Testamento me ligam a Deus. Minha vida, meu pensamento, minha filo, meu amor não é outra coisa senão a Sagrada Escritura. O resto não me interessa mais”.

3

[3] Há dois modos principais de viver a vida monástica: a eremítica (o monge vive sozinho em sua cela, que é uma pequena casa isolada, se encontrando com os outros para o Ofício divino e a Liturgia) e a cenobítica (o monge vive num mosteiro, que é uma comunidade monástica).

1.3 E o deserto florescerá ...

A pequena comunidade deixou Wadi el Rayan em 1969, atendendo ao convite do então patriarca Cirilo VI, que tinha exortado Matta el Meskin e seus companheiros a deslocar-se para o mosteiro de São Macário, em Wadi el Natrun no deserto de *Schete*, para revitalizá-lo. O patriarca abençoou-os, assegurou-lhes sua oração e invocou sobre Matta el Meskin a graça de fazer reflorescer o deserto, novamente povoando-o de monges. Viviam então em São Macário apenas seis monges, já avançados na idade, e as construções corriam o risco de desabar ou de serem sepultadas sob as tempestades de areia. O novo grupo foi acolhido como uma bênção pelo pai espiritual do mosteiro, o bispo Amba Michail que, com seu discernimento e humildade soube garantir aos novos monges o clima ideal para a desejada renovação. No espaço de poucos anos o mosteiro de São Macário - que está ininterruptamente habitado pelos monges desde o século IV - conheceu um surpreendente renascimento espiritual e, em consequência, também material. Inteiramente reconstruído e notavelmente ampliado, agora acolhe uma centena de monges que o carisma de paternidade espiritual de Matta el Meskin gerou em Cristo na vida monástica.

1.4 A palavra de Deus e os Pais

Essa vida tem como fundamento, antes de tudo, a palavra de Deus, alimento de cada dia, pão que revigora para a luta, consolação que sustenta a esperança da meta: o reino de Deus. A um discípulo que pedia a Matta el Meskin que lhe ensinasse a rezar, ele respondeu: “Dá-me tua Bíblia”. Abriu o livro, procurou o início da Carta aos Efésios, ergueu-se, levantou os olhos ao céu e disse: “Reza assim” e, após ter lido em alta voz o primeiro versículo, calou-se, repetiu cada palavra duas vezes e releu tudo desde o início; depois, no versículo seguinte, elevou a voz, suplicou a Deus que o perdoasse, cantarolou o mesmo versículo, balbuciou as palavras, ergueu as mãos, chorou... e fez assim para todo o capítulo! Neste meio tempo tinha-se esquecido totalmente da presença do discípulo, que permanecera sentado perto dele ...

A Escritura, porém, vem através de uma tradição, e, por isso, ao lado dela, os exemplos dos pais do deserto e os escritos dos pais da igreja são, para os monges de *Schete*, alimento quotidiano na leitura, no estudo, na contemplação. Matta el Meskin, a respeito disso, adverte: “Quando lemos um apotegma dos pais, deve-nos acontecer isto: primeiro, o Espírito convence-nos de que sua experiência é verdadeira, depois devemos lutar para fazer nossa a sua experiência, perseverando na luta até a morte, isto é, estando prontos a morrer para permanecer fiéis ao mandamento que o Espírito nos deu. Morrer para pôr em prática no Espírito um mandamento do Senhor, este é o verdadeiro martírio. Mas, aquele que está pronto para morrer, será salvo pelo Senhor e não morrerá, porque Ele morreu por nós. Se o monge, antes ainda de receber o hábito, está decidido a permanecer incondicionalmente fiel, até a morte, se

não tem medo da morte, sua vida monástica será uma vitória espiritual. Mas se teme por seu corpo, recusa-se a correr riscos, sua vida monástica será muito penosa. Pior, será para ele muito difícil ser transformado pelo Espírito num homem novo e saborear verdadeiramente a vida eterna”.

1.5 Abuna - O pai espiritual

Ao lado da palavra de Deus e da tradição dos pais do deserto, numa fidelidade que se consolida e se renova dia após dia, encontra-se a figura do pai espiritual. Ainda hoje, apesar de provado pela idade e pela saúde e obrigado a viver a uma certa distância do mosteiro, Matta el Meskin não cessa de exercitar sua paternidade sobre a comunidade e sobre cada monge. Sua jornada é dividida - como no início de seu caminho monástico - entre a oração e a redação de comentários bíblicos e textos espirituais, depois lidos na comunidade, mas frequentemente passa horas ouvindo aqueles que nele buscam aquela palavra de vida que não cessa de encaminhá-los a Cristo: pode-se vê-lo ainda perto da noite sentado na cadeira de sua cela, enquanto um monge está sentado a seus pés e um terceiro, um quarto, esperam a uma certa distância.

A única regra para os monges é o amor de Jesus crucificado e é este espírito de amor que anima a tudo. A função do pai espiritual é discernir com clareza como cada um de seus filhos deve concretamente realizar-se. Ele é a regra vivente, que se adapta a cada vocação, que se renova constantemente e que percorre com cada um de seus filhos a estrada para Deus. Por isso o pai se retira frequentemente: ele também deve viver no Espírito e renovar-se no Espírito, para que possa operar por intermédio dele: realmente, de fato, não é o pai espiritual que introduz seus filhos na intimidade de Deus, e sim o Espírito.

Wadid, um monge de São Macário, disse:

“Abuna Matta entrega-se ao Senhor, para que transmita a seus filhos a sua experiência interior de pai. Também eles devem viver na liberdade do Espírito, porque onde está o Espírito do Senhor, lá está a liberdade (2Cor 3,17). Essa liberdade dos filhos de Deus é a guia de nossa vida, e não um certo número de regras fixas ou de princípios preestabelecidos. E a experiência nos ensinou que esta vida interior movida pelo Espírito é sempre conforme a doutrina dos pais do deserto e a tradição patrística e monástica”.

Deste modo, a função do pai espiritual é ao mesmo tempo discreta e de importância vital, pois ele é guiado pelo Espírito. Enriquecido por sua experiência de 50 anos no deserto, Abuna Matta ajuda cada um de seus filhos a reconhecer qual é a vontade de Deus para cada um. Ele cuida de não impor a própria personalidade aos outros, e ao mesmo tempo cuida para que cada um possa desenvolver-se segundo sua própria vocação, de modo a ser guiado

unicamente pela luz interna do Espírito. Esta diversidade favorece uma unidade mais profunda: condição para essa unidade é a abertura e a confiança de cada membro da comunidade para com o pai espiritual. Isso supõe que o filho abra seu coração ao pai espiritual, e também que o pai fale ao filho com franqueza. Somente assim pode-se transmitir uma experiência espiritual.

O pai apresenta apenas uma condição a quem deseja entrar no mosteiro: “que tenha ao menos uma vez sentido bater o próprio coração por amor de Deus” ou, como ele mesmo diz: “Não imponho nenhuma condição a quem deseja entrar no mosteiro; simplesmente pergunto: ‘Amas o Senhor?’ ,e se me responde: ‘Sim’, faço-lhe outra pergunta, mais importante: ‘E sentes que Jesus te ama?’ Se também a esta pergunta me responde ‘Sim’, então tudo está bem, porque é o amor do Senhor que nos uniu e que conduz nossa vida dia após dia: única finalidade de nossa vida é submeter-nos sempre à vontade de Deus por amor dele. Conhecemos a vontade de Deus através da sagrada Escritura; portanto, nossa ocupação principal é nutrir-nos da palavra de Deus, quer do Antigo quer do Novo Testamento”. Esta é a estrada que ele mesmo percorreu: o chamado de Deus, ao qual respondeu incondicionalmente “sim”, e a fome do Pão vivo de Deus.

1.6 A luz de Cristo na face de seus santos

Viver rezando e trabalhando com os monges de São Macário, dialogar com qualquer um deles, assim como ler as catequeses proferidas nas grandes festividades por Matta el Meskin, produz um efeito avassalador na vida espiritual de nós, cristãos ocidentais, mais habituados a crer com a inteligência e não com o coração. Em *Schete*, os monges vivem ainda como seus pais, os anciãos do deserto: não procuram reproduzir os gestos deles, pois imitá-los significaria traí-los; procuram principalmente, hoje como então, discernir a vontade de Deus e colocá-la em prática dia após dia, renunciando à própria vontade. Dessa forma, mesmo se o trançar juncos deu lugar à impressão de livros, e a fabricação de cestos ao cultivo do deserto e à criação de animais, mesmo se as construções de cimento parcialmente substituíram as grutas, e as obras de caridade hoje estão unidas à administração de um moderno dispensário, o espírito que anima os monges permaneceu o mesmo que animava seus pais. Nós que os ouvimos cantar melodias tão antigas quanto as paredes de suas maravilhosas igrejas, os vimos trabalhar com a alegria nos olhos e no coração, os ouvimos chamarem-se pelo nome - Jeremias, Wadid, Hilário, Longino, João, Irineu, Cirilo... - tivemos a sensação quase física de que aquele mundo não está morto e não pode morrer, porque está unido tenazmente ao Senhor da vida, ao Cristo ressuscitado e vivente para sempre. Mortos somos nós, que antes de agir queremos primeiro entender, nós que antes de darmos um passo queremos estar garantidos, nós que antes de amar fazemos cálculos, nós que antes de viver devemos programar.

Porém, basta tão pouco para deixar-nos tomar por aquele fluxo de vida que jorra do sepulcro vazio e que, alimentado pelas energias do Ressuscitado,

atravessa toda a história: basta que nos reconheçamos carentes, carentes da misericórdia de Deus que vem ao nosso encontro nos irmãos. “Abbá, diz-me uma palavra”: e a resposta às vezes é o silêncio, outras vezes é encaminhar-nos à única Palavra de vida, mas frequentemente ainda é um gesto, um conjunto de gestos, a plenitude de uma vida que vale a pena ser vivida porque aceitou-se perdê-la no seguimento de Cristo, o amigo dos homens que deu sua vida por nós pecadores. “Desde o dia da transfiguração Cristo não cessou mais de infundir sua luz nos corpos e nas faces dos seus santos. O deserto de Scete é testemunha desta realidade e teve como dom uma grande participação nesta luz celeste”: assim escreve Matta el Meskin dos santos que o precederam naquele mosteiro, e assim também nós nos sentimos escrevendo sobre ele, agradecendo ao Senhor que não cessa de fazer-nos o dom das suas testemunhas resplandecentes de sua luz.

Enzo Bianchi prior de Bose

II. A vida no Espírito

II.1 A ação espiritual

O fundamento de nosso caminho - fundamento que será clarificado tanto para aqueles que apenas estão no início, quanto para aqueles que já tomaram a resolução de continuar a caminhada até o final - é a descoberta de um amor verdadeiro e ardente a Deus, de uma fé livre que não tenha outra preocupação que somente Deus, de um abandono confiante à vontade de Deus, de uma disponibilidade constante em renegar-se a si mesmo. Este fundamento é, na realidade, o conteúdo dos mandamentos de Deus, é o evangelho transformado em regra de vida.

Esses quatro pontos nada mais são do que condições que necessária e integralmente devem fazer parte de nossa existência antes de iniciar o caminho. Contudo, é necessário que nossa alma, de qualquer modo, esteja aberta a eles e deles provemos o desejo. Em si, porém, este fundamento não basta para preparar nosso espírito, nem para garantir um caminho livre de perigos. Alcançar o fim do caminho, atingir o reino de Deus e a união com Deus, reserva ainda numerosas dificuldades.

Por isso, é oportuno apoiar neste fundamento uma ação que lhe seja conatural e que se regenere continuamente. Uma ação que se realize no homem por meio de Deus, uma ação enfrentada através das tentações, as provas e as muitas dores que interna ou externamente atingem o homem, uma ação que se complete durante todo o percurso por meio da penitência, da submissão e do abandono da própria vontade em Deus. Esta ação põe à prova a força e a solidez do fundamento, delas reforçando a capacidade de influência e delas ampliando a base. Por acaso podemos esquecer o modo pelo qual Cristo exprimiu o amor que o fez aceitar os sofrimentos, e como ele aprendeu a obediência através do sofrimento, obediência até a morte? Como, ainda uma vez, seu total abandono foi posto à prova quando exclamou do alto da cruz: Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste? (Mc 15,34)? Podemos esquecer o modo como ele exercitou a negação de si nos sofrimentos voluntários do Getsêmani: Mas não se faça a minha vontade, e sim a tua (Lc 22,42), até o final do Tudo está consumado (Jo 19,30)?

Vê-se, com clareza que, durante toda a sua vida terrena, Cristo não procurou assentar-se à direita do poder do Pai, mas sim, dele realizar a vontade. Por isso, enquanto estamos a caminho, não nos é lícito fixar o olhar em eventuais favores e dons de Deus, para consegui-los. Nem mesmo os menores favores devem se tornar objeto de exigência em nossa oração. O que nos é pedido é fazer com todo o coração a vontade de Deus e fazer dela a finalidade de nossa ação, com toda submissão e reconhecimento, quaisquer que sejam as situações que Deus permite e as circunstâncias que escolhe para nós, confiantes por estarmos sob sua proteção, aconteça o que acontecer. Sentir uma grande atração pela perfeição cristã: disso é que precisamos. É a única

coisa agradável a Deus, mas deve ser uma atração conforme ao seu desejo e às modalidades por ele escolhidas.

A perfeição não é o objeto de um desejo projetado num futuro obscuro, mas uma necessidade do espírito, no exato momento em que se o vive. No hoje, nós possuímos a nossa vontade, as nossas intenções e podemos oferecê-las a Deus; já o futuro, é Deus que o possui totalmente: não dispomos absolutamente dele e por isso nada podemos oferecer-lhe. Quem acredita poder oferecer seu futuro a Deus é semelhante a quem oferta um capital fictício. Nada conhecemos do futuro; não entra na esfera de nosso poder e, espiritualmente, não podemos discerni-lo. O instante que agora vivemos: eis o que possuímos da existência.

No instante presente tomamos consciência de nós mesmos, podemos discernir com clareza os nossos defeitos, mas também as potencialidades não usufruídas. É também no presente que podemos contemplar, com base naquilo que verdadeiramente há em nós, a vontade de Deus relativa àquilo que nos é pedido fazer. A perfeição cristã se concretiza em nós, no hoje, em função da realidade que percebemos: ela, de fato, está em nós e, se quisermos, podemos vê-la com a mesma clareza com que agora vemos o céu sobre nós e a terra sob nós... Pelo contrário, se dermos um passo atrás para examinar nosso passado, encontramos-lo obscurecido e disperso como por um vento que nos atinge e ultrapassa, sem que possamos segui-lo ou saber para onde foi. Se fixarmos lá nossa imaginação, afundamos em nossos pensamentos, vamos ao encontro de nosso fracasso ou, pelo menos, não alcançamos a perfeição. E se buscamos possuir o futuro, nos aprisionamos na previsão de pensamentos nebulosos e obscuros que nos prejudicam a visão e impedem-nos de discernir a perfeição que Deus deseja para nós.

Assim, nossa única esperança está na realidade colocada diante de nós com a finalidade de uma ação consciente; de fato, se perdemos em nós a delicadíssima percepção do presente e por indolência deixamos escapar a ocasião de agir no momento presente, o único oportuno, é a vida inteira que foge de nós.

Todavia, as nossas ações, mesmo se encerram amor, fé e negação de si, abandono à vontade de Deus, de per si não nos levam a um estado de santidade nem nos predispõem a algum dom e, nem mesmo, podem fazer-nos entrar num estado de plena segurança e paz.

E então, quem pode nos dar todos esses dons? Deus! O Deus que não cessa de guiar a alma dócil nos caminhos difíceis e nas provações, de obscuridade em obscuridade, entre as inquietações provocadas que, aparentemente, não têm nenhum sentido. De tal modo, fazendo-a enfrentar a realidade e aceitar provas dolorosas, guia-a e a faz atravessar o drama do mundo e a hostilidade dos malvados; deste modo, Deus a inicia naqueles dons que não chamam a atenção e numa vida de grande espiritualidade.

Os dons de Deus não estão nas mãos dos anjos, nem nas alturas dos céus. Podemos encontrá-los no confronto diário que a cada dia a carne, o mundo e os homens nos impõem. Por si só este confronto não atrai o dom de Deus, mas é por causa de Deus que nos abstermos das culpas da carne e enfrentamos o mal que há no mundo e no homem.

O dom da lucidez espiritual brota somente das trevas obscuras que o espírito atravessa na inquietação e no atordoamento das provas, às voltas com a realidade em que está encoberta a verdade. A alegria verdadeira e a perseverança fiel têm como fonte escondida aqueles sofrimentos e dores que o homem instintivamente rejeita. Mas, graças à paciência, o homem acaba por descobrir que nestas provações havia apenas uma aparente coerção que mascarava uma verdade clara, firme e esplendorosa, no espírito de uma alegria divina, não enganadora. O homem não pode saborear o amor divino na sua graça e imensidão, a não ser depois que seu espírito passou pela provação da hostilidade, do ódio, da provocação dos homens.

Mas, sozinha, a obscuridade não produz luz alguma, assim como a tristeza, sozinha, não traz a alegria, nem ódio produz o amor. Sozinha, a terra não produz as plantas, pois é necessária a semente, semeada com atenção e cuidado. Além disso, para germinar, deve-se pôr sob a terra não uma semente qualquer, mas aquela que contém vida!

De modo análogo, é necessário que o espírito esteja vivo e em estado de perfeita submissão a Deus, para que a mão misericordiosa o ponha na terra das provações, com aqueles cuidados e naquele modo exato que o ajudarão a tirar proveito da obscuridade, da dor, do desprezo e assim permitir-lhe-á comunicar o movimento de vida eterna, na qual se manifestam os atributos da eternidade: alegria, amor, paz e perseverança.

Deste modo, constatamos que, para o homem a caminho, é exigido estar num estado de vigilância constante nos confrontos de toda a realidade de sua vida, voltando o olhar atento àquela verdade onipresente que há nele e que exige ação e fadiga. É pedido ao homem estar pronto para enfrentar toda circunstância que seja causa de mal-estar e de antagonismo, com uma atitude positiva que saiba reconhecer os perigos reais e tirar proveito de tudo aquilo que acontece nele e para ele. É-lhe exigido buscar em toda atitude a união com Deus, submetendo-lhe inteiramente a vontade. Sem inquietação ou perturbação, qualquer que seja a situação, e sem angústia nem hesitação, por mais prolongada que seja a prova. E tudo isso sem precipitar-se em fazer suposições sobre as causas e sem, nem mesmo, apressar-se em querer conhecer as consequências.

II. O despertar do espírito e o início da ação espiritual

O espírito é de tal modo ligado às ocupações sensíveis, às tarefas e aos interesses relativos a acontecimentos temporais do quotidiano, que acaba perdendo a capacidade de distinguir-se do corpo e se concebendo somente em união com as percepções do corpo. Qualquer tentativa de fazer-se uma imagem do espírito separada do corpo, termina apenas no nível do imaginário, através de formas e movimentos da inteligência distantes de estarem separados das impressões do corpo e do elemento sensível. Assim o espírito se ilude e tende a admitir que o mundo do homem se reduz àquilo que pode ser concebido pela imaginação. Do mesmo modo, encontra grande dificuldade de conceber realidades eternas sem nelas misturar o temporal e o material, como se o reino do céu, que não se toca nem saboreia sensivelmente, fosse obtido através do comer e do beber.

Se o espírito chega ao ponto de colocar em dúvida a oração, tornar-se-á totalmente incapaz de realmente discernir os pensamentos espirituais. Então, ser-lhe-á muito difícil cumprir a ação espiritual num contexto espiritual! Um espírito de tal gênero, antes de exercitar-se na oração ou tentar atingir o campo puramente espiritual tem, antes de tudo, necessidade de aprender a pacificação, deve parar de voltar o interesse às atrações sensíveis. Procure, com todo o empenho, desfazer-se da escravidão do corpo e dos sentidos. Isto, absolutamente, não exige fugir das fadigas e obrigações físicas ou descuidar das necessidades diárias. Basta que o espírito, por meio dos pensamentos, dos sentimentos e das atrações espirituais, se liberte o mais possível das tendências materiais, dos pensamentos, da sensibilidade e das atrações temporais. Então o espírito começa a conhecer suas próprias capacidades, os dons recebidos e para quê lhe foram concedidos. Começa a exercitar as capacidades que lhe são próprias e que nada têm a fazer com as questões referentes ao corpo. Assim o espírito começa a preparação para o agir espiritual.

Todavia, o espírito não pode dedicar-se à ação espiritual sem adquirir o olhar espiritual, o ouvido espiritual, a língua espiritual, deixando-se iluminar pela luz do conhecimento nascido da verdade, como disse o Senhor.

Estas aquisições não são fruto de pesquisa ou de abundantes leituras, menos ainda de aprendizado, do discernimento ou do debate, como acontece com o uso da razão ou do desenvolvimento das capacidades físicas ou técnicas que dependem dos sentidos. Pelo contrário, para se tornar espiritual, apto a perceber a eternidade e ser iniciado na ação espiritual, é essencial que o espírito se despoje de todos os meios sensíveis inatos que o corpo possui, até o ponto de não mais fazer recurso à habilidade do pensamento, à acuidade da imaginação, até não mais colocar a confiança na força da exposição, na eloquência e na retórica, na conversação e na superioridade sobre os outros, coisas essas que o evangelho resume numa única expressão: “a sabedoria deste mundo”. Ao espírito que empreende a ação espiritual, é indispensável captar

os objetos espirituais e fazê-los próprios em virtude de uma força tornada pessoal. De fato, as capacidades do espírito são espirituais! E o mundo ignora a compreensão espiritual e a ação espiritual representadas pela cruz. É o que afirma o Apóstolo, com extrema clareza: Se alguém dentre vós se crê sábio aos olhos deste mundo, faça-se ignorante para se tornar sábio (1Cor 3,18)! Isto significa que, necessariamente, deve renunciar à sabedoria do mundo que por si mesma está limitada ao tempo, aos sentidos e ao corpo.

Enquanto não começa a dedicar-se à ação espiritual e a saboreá-la, o espírito continua a usar na oração e no diálogo com Deus a linguagem comum aos mortais e os modos de que eles se servem na conversação humana para expressar seus sentimentos, enfeitar suas palavras e construir justificativas.

Mas, quando o espírito se torna capaz de renunciar a esses métodos, então está à altura de se comunicar com Deus com as próprias forças, sem a língua, sem a linguagem falada pelos homens e sem os modos e os artifícios do sentimento e da expressão. Pouco a pouco, o espírito se torna capaz de expressar para Deus as próprias impressões profundas e o fervilhar de sentimentos que sente no confronto com ele ou que as realidades eternas nele provocam e das quais a linguagem humana - por maior que seja a precisão, a riqueza e a sabedoria que atinja - não pode atingir, nem clarificar, nem nada exprimir.

Graças a estes novos meios, o espírito pode manifestar o próprio amor a Cristo, não através de palavras, mas através do fervor, do movimento interior do espírito e de uma ressonância espiritual que jorra do subconsciente. É o amor que se exprime com o amor, a submissão com a submissão e a renúncia com a renúncia. Essa é a ação espiritual, libertada de toda influência.

Quando o espírito se acalma e começa a fixar a atenção em sua ação espiritual interior, pode compreender as realidades espirituais, sua orientação e natureza; pode até viver o conhecimento da vida eterna e da imortalidade sem as sombras do corpo, sem a distração dos sentidos ou a intervenção dos métodos humanos, de que fala Paulo: Aquilo que o olho não viu, que jamais algum ouvido escutou e que ninguém jamais imaginou. Palavras que não se podem proferir e das quais não é conveniente falar, Deus nos revelou por meio de seu Espírito (cf. 1Cor 2,9). Graças a esse conhecimento espiritual, privado das deformações de um pensamento sobrecarregado pelo corpo e liberto de todas as amarras dos interesses sensíveis, o espírito começa a colher a verdade como se nela morasse e, através dela, entra em contato com Deus.

Mas, que o espírito resida na verdade e em Deus, não é o fruto de um esforço humano e, nem mesmo, se fosse factível, da morte dos sentidos; é o fruto da constante submissão a Deus e da vigilância contínua do coração voltado para a ação espiritual, que o leva a completar o conhecimento das coisas divinas. Essas palavras não estão reservadas a quem completou grandes estudos: são para o homem enquanto tal. São para cada ser humano, qualquer que seja seu grau de instrução, seja elevado, possibilitando-lhe possuir toda a ciência, seja deficiente, como um analfabeto que não saiba nem ler nem

escrever. Ao intelectual, em particular, é pedido que se torne ignorante, porque agradou a Deus salvar os crentes através de pregadores ignorantes (1Cor 1,21).

O espírito que alcança o conhecimento de si ou que foi levado a exercitar a ação interior por uma necessidade sincera do coração, certamente o foi movido pelo amor e pelo fervor interior para continuar, com o sustento da alma, toda a atividade externa, como as ações ditadas pela piedade e pela virtude. Esta atividade exterior que se manifesta como uma ação do corpo é, assim, uma extensão da ação espiritual interior e, como consequência, é também ela uma ação espiritual.

Quanto à atividade exterior que não procede de motivações puramente espirituais e da conformidade com a verdade e com Deus, é de pouca utilidade, para não dizer prejudicial.

O sinal para reconhecer que as obras realizadas - gestos de culto ou de adoração, piedade ou virtude, ascese ou qualquer outra ação - provêm verdadeiramente do íntimo e que a fonte é puramente espiritual, é que elas sejam realizadas não por obrigação, como efeito de uma pressão ou constrição mas, pelo contrário, com alegria e júbilo, com ardor, zelo e magnanimidade. Se assim acontece, significa que a feliz origem de todas as ações é o amor: O homem bom de seu tesouro, [o coração], tira coisas boas (Mt 12,35).

O amor é o tesouro do homem bom: inspira ao espírito o serviço, a adoração, a virtude, a ascese e tudo aquilo que é bom; cria um espaço no qual não existem a angústia ou a preocupação pelas consequências daquilo que faz. A obra é realizada segundo a vontade de Deus, por causa daquele amor que absolve uma dívida de amor. A quem realiza uma obra, o salário não lhe é calculado como prêmio, mas como dívida (Rm 4,4).

É perigoso ter como motivação das obras que realizamos, dos serviços que prestamos, de nossas adorações, da nossa prática da virtude, o desejo de realizar uma etapa ou de fazer tentativas com vistas à aquisição de um objeto que se deseja. Porque, deste modo, o espírito se encontra condenado a limitar-se às suas obras, a preocupar-se exclusivamente de si. O espírito acaba preferindo e valorizando aquelas obras que lhe parecem vantajosas; torna-se sempre mais feliz com o sucesso conseguido nesse campo; adapta-se totalmente aos rigores exigidos por estas vantagens que se enrijece na esperança dos bens que prometem; pelo fato de observar cuidadosamente as regras, delas faz motivo de glória; no final, a preocupação com o próprio eu se engrandece, se envaidece e se incha, também no praticar a piedade. Contudo, com esta finalidade, há um ditado que podemos chamar “palavra de socorro”: “A ação deve provir de Deus e se orientar para Deus”, ou então, como diz a Bíblia: Eis que venho, ó Deus, para fazer a tua vontade (Sl 40,8). Cristo viveu deste modo e deste modo vivem todos os anjos e santos do céu; assim agiram os pais, os profetas e os enviados de Deus, distantes, bem distantes da gratificação pessoal ou da busca do próprio interesse. Essa é a natureza da ação espiritual.

III.1 Paz

Para o homem espiritual que avança na estrada da privação, a verdadeira paz consiste em preservar a própria vida do vazio do nada.

O repouso do corpo ligado a uma dimensão temporal é semelhante ao trancar os ponteiros do tempo e ao torpor semelhante ao sono. Trégua enganadora, pois o tempo não pode ser parado; ele se alonga e passa furtivo, para além do conhecimento humano; sucedendo-se uns depois dos outros, as horas, os dias, os meses e os anos se afundam no abismo da morte ou da não existência. E, imprevisivelmente, a consciência do homem desperta para constatar que o tempo aliou-se à morte e ao abismo, contra ele, e que a possibilidade de alcançar aquilo que é imortal e a vida eterna para ele tornou-se mais frágil do que antes!

O próprio tempo transcorre segundo um equilíbrio imutável e uma lei inflexível, amontoando no íntimo da pessoa conjuntos harmoniosos de fenômenos fisiológicos e psicológicos, simples expressão de um passado sempre mais pesado e que não cessa, dia após dia, de fornecer novos elementos para assim influenciar o comportamento do homem, seu temperamento, sua atividade e todas as suas iniciativas. Esta é a realidade inevitável para nós: o ser humano é uma história programada, produzida pelos dias; e é essa história que fixa as características de seu aspecto humano, não só do ponto de vista da estatura do corpo, mas também quanto àquilo que se refere ao número de anos, nos quais se inscrevem a riqueza e a profundidade da personalidade humana, fruto também dos incidentes do percurso e do modo pelo qual o homem reage.

Mas, há no homem uma outra dimensão, acima e separada do tempo. É uma dimensão que não depende das mudanças fisiológicas, nem subjaz à influência psicológica: é quase separada do pó da terra, de tudo aquilo que dela provém e a ela retorna. Esta dimensão atemporal não cede ao movimento do tempo, pois não é deste mundo: ela não possui unidade de medida, mas está somente submetida à intervenção direta de Deus. É a lei da imortalidade ou da vida eterna.

Quando o homem se comporta segundo a dimensão temporal, sua consciência se movimenta na dimensão das horas e dos dias. Ele adere à terra, ao céu e a tudo o que contém, fica submetido à lei do movimento e da mudança que inexoravelmente levam ao nada. Mas, quando segue a lei da imortalidade, sente algo do infinito, da existência absoluta e da vida eterna; adere à verdade e se transforma nela. É o que a teologia denomina “união com a natureza divina”.

Estas duas dimensões, temporal e atemporal, caminham junto com o ser humano a viver segundo estas duas dimensões, submetendo o tempo e buscando a imortalidade! Quanto mais o homem é solicitado a seguir uma destas orientações, tanto mais a outra se enfraquece e parece rapidamente regredir.

O apego à terra e às realidades terrenas - quando atinge o grau da paixão no prazer ou a preocupação e a inquietação - torna a conduta da vida solícita pela dimensão temporal e, por isso, submete-a fatalmente à lei da decadência rumo ao nada, lei própria do tempo.

Aderir à verdade - e a verdade é Deus -, dedicar-se ao amor e à vida eterna, até o dom de si e até entregar a própria alma: este é o zelo pela dimensão atemporal e, conseqüentemente, esta é a prática da lei da eternidade, governada por Deus.

Quem se limita à dimensão temporal e usa as próprias forças para nela continuar no engano, encontra-se diante do vazio interior, porque a vida eterna escapa daquilo que nele há de mais profundo, ou então se torna insensível, como se a dimensão do tempo fosse um inimigo que nele colocou moradia!

Quem, pelo contrário, se move na dimensão divina, sente o tempo furtivamente ir embora e ficar para trás, como um homem que, viajando de trem, vê os postes e as árvores como que fugindo de medo para se tornarem minúsculos, até sair da vista do viajante que permanece firme em seu posto, com o coração em paz diante do repentino desaparecer da cena. Assim o mundo inteiro, e todas as realidades que nele se encontram, se apequenam e desaparecem atrás do homem que avança pela estrada da vida eterna.

O homem distante de Deus é posto, ou diante de uma certa sensação de que o tempo parou, ou de uma certa insensibilidade diante do tempo, porque nele submergiu! O firmar-se do tempo é um vazio mortífero para o espírito destinado a passar através do tempo e seguir adiante. Do mesmo modo, no homem que se apega ao mundo nasce um sentido desproporcional do mundo, da importância e da grandeza das realidades que nele se encontram. De fato, o homem em si, no ser de sua criação e de seu desenvolvimento, aparece extraordinariamente grande em seu pensamento consciente, como na ilusão de uma miragem. É o segredo da divinização do universo e da matéria, teorizada por muitos homens de hoje.

Pelo contrário, o homem unido à verdade, em seu caminho rumo à eternidade, possui uma percepção dilatada do tempo que dele se distancia, como se os dias e os anos se tornassem pequenos a seus olhos, perdendo seu valor proporcionalmente à aceleração de sua velocidade. Assim cria-se nele um sentido de plenitude, pois sua rápida fuga fá-lo sentir mais intensamente o seu andar além e sua aproximação do fim grandioso.

Do mesmo modo, para o homem que vive em Deus, o mundo se dissocia da sua integridade e as coisas e os acontecimentos que nele ocorrem parecem na realidade serem fúteis como os brinquedos das crianças e suas brigas.

III.2 Existe uma paz verdadeira e uma paz enganadora

No âmbito da "dimensão temporal", uma parada é uma momentânea pausa prolongada na fadiga humana, durante a qual o homem fica tranquilo e

só. Mas isso não cria um repouso verdadeiro, mas coloca o homem no espantoso vazio temporal. Também na pausa, momentânea ou prolongada, do cansaço humano, é impossível livrar-se do movimento do tempo: é como se o homem desse um passo sem ir para a frente! Deste modo aumenta o ímpeto de sua rebelião contra o tempo, que se transforma numa força que o oprime e esmaga por todos os lados.

O homem não pode libertar-se do tempo a não ser entrando na profundidade de seu ser e aderindo à verdade e à vida eterna, aderindo à dimensão atemporal e crendo na imortalidade.

É impossível encontrar o verdadeiro repouso fazendo cessar o esforço do corpo, pois a natureza, escrava do tempo, está pronta para vingar-se de toda criatura vivente que tenha a audácia de não continuar a servi-la; ao menos que a suspensão do esforço seja apenas um relaxamento para recolher as próprias forças e retomar o serviço e a fadiga de modo mais eficaz e ativo!

O tempo é sempre contra a inatividade! Pois bem, assim como a natureza proíbe de per si o repouso, também o repouso autêntico implica, em sua base, não a suspensão do trabalho, mas uma solução para o problema do tempo como caminho de saída do seu ir-se contínuo e a capacidade de elevar-se acima da lei da natureza e de sua necessidade.

Deste modo, referidos ao ser humano, repouso e inatividade tornam-se perfeitamente claros no âmbito de um comportamento conforme a dimensão atemporal do homem. Isto é, no âmbito do acesso à vida eterna e da adesão a Deus, lá onde o repouso não é parada de esforço a qualquer preço, mas separação mantida em relação a ele; lá, onde a passividade não deriva do cancelamento do momento da hora temporal presente na consciência, mas de uma superação do tempo!

Pede-se que todo homem procure a paz. Esta tensão forte em direção à paz tem origem na dor do jugo do mundo (tempo) e da fraqueza da carne (movimento). Por isso, instintivamente o ser humano é coagido a buscar a paz pelo caminho mais breve, fugindo do tempo e do movimento.

O Messias - seu nome seja bendito - individualizou este sentimento no homem, por isso convidou-o à paz verdadeira na aceitação de seu jugo, proclamando que seu jugo é doce e seu peso é leve (cf. Mt 11,29). Esta paz não se funda na cessação do esforço físico, nem no refugiar-se num silêncio aparente, mas na passagem à vida eterna, passagem para além do tempo.

O caminho para a vida eterna não abole o tempo e, muito menos, elimina o movimento, mas dele se serve como alguém serve-se dos degraus de uma escada para subir. Estamos, contudo, sempre diante de um esforço a produzir e de um movimento a realizar!

Na promessa do Senhor com relação à paz: “Encontrareis a paz para vossas almas” (Mt 11,29) existe um sentido profundo e misterioso no sentido da palavra “jugo”. O jugo, a sujeição, indica a companhia do Senhor junto de

nós ao longo do caminho: o jugo não é carregado sozinho, mas por dois ombros. Como bem sabem os que trabalham com o arado, se um boi forte e um fraco são cangados juntos, todo o trabalho do arado será feito pelo mais forte!

Ó mistério bendito! Na companhia do Senhor é-nos reservada uma paz segura. Mas é um convite que nos vem da parte dele, não audácia de nossa parte; e ele também se encarrega do mínimo esforço que devemos fazer.

Vede como é bom o Senhor!

IV. À espera do Messias

IV.1 Toda a história está nas mãos de Deus

Todo o Antigo Testamento⁴, desde o primeiro capítulo do Gênesis, apresenta a história humana como um movimento de criação e desenvolvimento iniciado por Deus e depois confiado ao homem. Deus continua a dirigi-lo e controlá-lo com grande precisão segundo o seu particular desígnio e vontade de modo que, tanto na vida de um indivíduo como de uma geração ou nação, o movimento da história apareça claramente em total e perfeita submissão à sua vontade e presciência. Deus é o “Rei dos séculos” (1Tm 1,17) e tudo se realiza segundo seu determinado desígnio e presciência” (At 2,23). Deus também estabelece de modo irrevogável o movimento do tempo em favor do homem, tendo “estabelecido a ordem dos tempos e os limites do espaço” (At 17,26).

IV.2 Transcendência da história em Deus

O movimento do tempo como que se mostra independente de nós, e assim parece livre e não ligado ao homem: realmente, o sol surge e se põe querendo ou não o homem, e os anos transcorrem, o verão e o inverno se alternam, independentemente de sua vontade. Parece até que o tempo debocha do homem, como se o submetesse à sua autoridade. Na realidade, Deus submeteu ao homem o transcorrer do tempo e toda a sua solene grandeza, para que a partir dele o homem possa modelar a própria história espiritual no seu desenrolar-se através dos séculos e, no final, elevar-se acima do transcorrer do próprio tempo; eis a que é chamado o homem: ser unido a Deus na vida eterna, onde não existirá nem sol nem lua, nem verão nem inverno (cf. At 21,23). Cristo se referia a esta realização à qual tende a história, quando disse: O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não passarão (Mt 24,35).

Considerado como movimento que se verifica na realidade material, no céu e na terra, o tempo é algo de morto e passageiro mas, na realidade humana,

⁴ Durante o Advento, a Igreja reflete a relação entre o Antigo e o Novo Testamento e a confirmação das profecias ligadas à encarnação da Palavra.

ele é vivo, é uma história duradoura, a história da salvação, a história da palavra de Deus que nunca retorna sem produzir efeito. É um movimento que tem início em Deus e em Deus termina, consigo levando a humanidade redimida: Antes de ter formado no seio materno eu te conhecia, e antes que viesses à luz eu tinha te consagrado (Jr 1,5). Assim, se o homem age segundo a vontade de Deus, em harmonia com o conhecimento de Deus e a ele consagrado, eleva-se acima do tempo e realmente o submete à vontade de Deus, transformando as horas, os dias e os anos numa história da salvação, numa idade divina, vida eterna no reino de Deus: Eis agora o tempo favorável, eis agora o dia da salvação (2 Cor 6,2).

O homem que se opõe à vontade de Deus e deliberadamente despreza o conhecimento dele e a santidade, cai prisioneiro do tempo e se transforma em parte morta de uma idade morta. E a pessoa, que por necessidade, é obrigada a dominar o movimento do tempo, realiza a vontade de Deus, mas por constrangimento, sem perceber, sem querer e sem alegrar-se com isso. É como o frio do inverno ou o calor do verão, importantes, mas ao mesmo tempo insignificantes, que servem ao crescimento das criaturas, mas não são amados por elas; dão-lhes energia, força e renovação, enquanto estão mortos em si mesmos.

IV.3 A intervenção de Deus na história humana

Todo o Antigo Testamento é uma história viva que, com clareza e vivacidade, narra a constante bondade de Deus e o seu comunicar com o ser humano para elevá-lo acima do passar do tempo morto. Deus completou esta obra intervindo com a sua Palavra e transformando o suceder-se dos anos e das gerações numa história sagrada e viva, a história de Deus com o homem e do homem com Deus.

Isso significa que toda a Torá é tanto a história da ação da palavra de Deus na humanidade, quanto uma história das ações dos homens em acordo ou em contraste com a palavra de Deus. O passar do tempo no Antigo Testamento concorreu para a revelação de Deus e de todos os seus atributos ao homem e no homem. Isso aconteceu tanto quando a vontade de Deus era observada ou quanto era rejeitada; a rejeição interposta pelo homem à vontade de Deus era um novo elemento no qual se pode revelar a habilidade de Deus em conduzir a humanidade à submissão.

IV.4 Cada é pessoa é parte de cada livro da Bíblia

Quando lemos os livros da Bíblia, à primeira vista eles parecem constituir somente uma história de eventos temporais. Mas, se consideramos em profundidade o seu fim e propósito e introduzimo-nos naquilo que lemos, descobrimos que sua finalidade é revelar, exatamente em nossas pessoas, o Deus vivente. É-nos dado ver quem somos e então começar a ver Deus como ele é, especificamente confrontando-o conosco. Qual é, pois, o significado da

revelação de Deus ao ser humano? Aqui está todo o segredo da Torá e do evangelho, o significado fundamental da humanidade e a plenitude da história: “A vida eterna consiste em que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que enviaste” (Jo 17,3).

IV.5 Aproximar-se de Deus no tempo através do conhecimento

Deus é verdade, vida e luz eterna. O conhecimento da verdade é participação na verdade; o conhecimento da luz é iluminação. Quando perdeu o conhecimento de Deus, o homem perdeu a verdade em si mesmo e perdeu a vida e a luz eterna. Nada mais pode conhecer além do passar do tempo que corre à margem de sua pessoa e o mantém sob seu poder, até que a morte o derrube. Todas as estradas possíveis para o conhecimento de Deus foram preparadas para o homem; é o conhecimento de Deus que o livra do cair sob o domínio do tempo e de seu ilusório fim, representado pela morte. O conhecimento de Deus é a revelação constante que ele faz de si nas mentes e nos corações de todo o povo através da comunicação do amor. Por outro lado, é vivendo na perene e alegre união com a fonte do ser que está a garantia de vida e de imortalidade. Isso, inevitavelmente, provoca a nossa elevação acima do passar do tempo e da morte, até a percepção de nossa qualidade de seres maiores do que o tempo, acima dos acontecimentos, mais verdadeiros e duradouros do que a morte.

IV.6 A palavra racional e a Palavra encarnada

Mas, para que a revelação de Deus fosse perfeita, em todas as épocas todas as gerações deviam ter a experiência do conhecimento de Deus, a fim de que, no final, todos pudessem conhecer Deus como a verdade plena que transcende a percepção individual, e conhecer a vida eterna como vida que se estende além do tempo e da existência de cada pessoa. Por isso, era necessário que a humanidade passasse através de duas idades da vida com Deus, os dois Testamentos, completamente distinto um do outro.

A primeira, a que chamamos de Antigo Testamento, representa a revelação indireta através da palavra racional. A segunda, o Novo Testamento, representa a revelação direta através da Palavra encarnada.

A diferença entre o Antigo e o Novo Testamento é resumida no início da Carta aos Hebreus: “Deus, que já tinha falado muitas vezes nos tempos antigos, e de diversas maneiras, aos pais, por meio dos profetas, nestes dias que são os últimos falou-nos por meio do Filho” (Hb 1,1-2).

Isto mostra claramente que a revelação no Antigo Testamento era indireta, revelação aos profetas através da palavra inspirada de Deus, acontecida em tempos diversos (“nos tempos antigos”) e através de diferentes acontecimentos (“muitas vezes e de diversas maneiras”). O Novo Testamento, pelo contrário, é autorrevelação direta de Deus (“por meio do Filho”) que

transcende a história (“falou-nos”). Esta revelação não pode perder a atualidade ou ser limitada pela história (“nestes dias que são os últimos”), pois a Palavra se fez carne. A revelação de Deus nos dois Testamentos se coloca em dois planos distintos e complementares: o primeiro é o plano histórico objetivo, baseado na palavra racional inspirada através do passar do tempo, o mudar-se dos acontecimentos e o suceder-se das gerações; o segundo é o plano da real autorrevelação, baseado na encarnação da eterna Palavra de Deus. Esta segunda é uma revelação direta que transcende o tempo e se completou graças à encarnação, com a aparição de Deus na carne, sem que Deus sofresse mudança em si mesmo.

IV.7 A revelação de Deus no homem e em si nos dois Testamentos

O método historicamente usado por Deus para revelar-se no Antigo Testamento tinha três componentes fundamentais:

O primeiro consistia em fazer ao povo, enquanto nação, promessas temporais específicas com relação à existência da nação e suas relações com as outras nações. No tempo marcado Deus cumpriria as promessas por meio dos juízes, dos chefes e dos reis dos quais tinha preestabelecido os movimentos e as ações: assim o povo poderia perceber Deus em sua condução perfeita dos eventos.

O segundo componente era constituído pelos mandamentos, pela legislação e pelas normas religiosas e litúrgicas, incluindo a necessária consagração de ministros e unção de sacerdotes, para instruir o povo e fazê-lo aproximar-se de Deus: assim o povo poderia perceber Deus através da purificação.

O terceiro consistia em dar ao povo as profecias e a indicação espiritual do futuro que o aguardava na contínua relação com Deus e sobre a missão junto aos outros povos da terra. Esta foi a missão dos profetas que falaram movidos pelo Espírito de Deus: assim o povo podia conhecer Deus no arrependimento e no retorno a ele.

O surpreendente é que cada um desses três componentes está presente em cada livro da Bíblia, e um estudo e meditação aprofundados mostram que formam um plano claro e perfeito, dotado de um método lógico e de um fim preciso.

Os juízes, os chefes e os reis se sucederam uns aos outros em Israel no arco de dois mil anos, tendo claramente em comum uma autoridade divina, apesar das diferenças morais e religiosas entre si e os muitos fracassos. É como se tivessem sido designados por Deus para atuar um único plano divino, independentemente do sucesso ou do fracasso individual.

O mesmo vale para os levitas e os sacerdotes. Apesar de suas posições, funções e qualidades diversas, e apesar do fracasso de muitos, estavam

comprometidos com o único serviço que desenvolviam pelo povo e que Deus aceitava sem olhar a sinceridade e a retidão, ou a deslealdade e a rebelião com que agiam.

O mesmo se pode dizer para as palavras dos profetas. Todas as profecias que, digna ou indignamente, foram pronunciadas no curso do Antigo Testamento, são testificadas pelas Escrituras como palavras do Espírito Santo e se cumpriram no tempo estabelecido, mesmo se o profeta que as anunciava fosse impuro ou se o povo houvesse rejeitado a profecia.

Além disso, esses três caminhos, exemplificados no rei, no sacerdote e no profeta, fundamento do método pedagógico historicamente usado por Deus para revelar-se a si mesmo ao povo de Israel no curso dos séculos, estão ligados entre si por uma suprema unidade de finalidade que progride no tempo. O reino de Israel, isto é, o método de governo e o método de viver do rei, era garantia da prática do culto de Deus, do serviço do santuário, da manutenção do sacerdócio, do sacrifício quotidiano a Deus e da execução de todas as funções sacerdotais. Tudo isso, por sua vez, estava unido às palavras do profeta com respeito à integridade e à correção dos fins que motivavam Israel enquanto povo. Portanto, a unidade de Israel pode parecer fundada num sistema - um sistema de monarquia, sacerdócio e profecia - mas em sua essência tratava-se de uma unidade orgânica vivente. O rei, o sacerdote e o profeta não representavam três sistemas, mas eram três componentes de um corpo vivente, que Deus controlava e guiava para uma finalidade específica e para uma meta de importância vital para todo o mundo: a revelação do próprio Deus.

O plano divino acompanha e realiza a constituição deste corpo vivente (um povo guiado por um rei divinamente consagrado, servido por um sacerdote divinamente constituído, inspirado por um profeta que falava movido pelo Espírito Santo) e pode ser sintetizado no desejo de Deus de se revelar ao mundo através deste corpo vivo que progredia no tempo e no arco de muitas gerações. O rei, na sua absoluta soberania, revelava Deus como governante e salvador do povo. O sacerdote, no seu serviço sacerdotal, o revelava qual reconciliador e restaurador do povo. O profeta, em suas palavras e visões, o revelava como aquele que conforta e instrui o povo.

Mas existe um outro surpreendente mistério, complementar ao precedente, que deve ser lembrado. Deus não considerou o povo de Israel como um povo separado de si. Pensou-o como seu filho primogênito, pois era o primeiro entre os povos do mundo a ser amado por Deus; pensou-o também como seu servo dileto, porque era o primeiro povo que servia a Deus segundo um sistema cultural específico. Contudo, não viu todas essas coisas na pessoa de seus reis, ou dos sacerdotes, ou dos profetas, e nem mesmo na nação, também ela rebelde. Contemplou-as na pessoa do Messias, que deveria dar plenitude ao conceito de realeza (governo justo e divino), ao conceito de sacerdócio (redenção e salvação), e ao conceito de profecia (uma revelação de Deus direta e não mediada por alusões). O Messias os representaria diante de

Deus na sua qualidade de verdadeiros filhos, sendo o Filho divino de Deus, mesmo que simultaneamente permanecesse um servo de Deus e um verdadeiro israelita segundo a carne, pois era da estirpe de Abraão, filho de Davi.

Deste modo, desde o início o Messias era considerado rei, sacerdote e profeta.

O Rei eterno, à cuja imagem foram criados Davi e todos os reis divinamente consagrados e no qual a realeza atingiria o ápice. O comando do Reino de Israel devia permanecer para sempre em seus ombros, na verdade divina e não simplesmente na história, porque seu trono não teria fim: Nasceu-nos um menino, um filho nos foi dado. Em seus ombros está o sinal da soberania e é chamado de: Conselheiro admirável, Deus poderoso, Pai para sempre, Príncipe da paz; grande será o seu domínio e a paz não terá fim no trono de Davi... (Is 9,5-6).

O Sacerdote, à cuja imagem foi criado todo sacerdote, para que servisse diante de Deus como mediador junto ao povo, e no qual o sacerdócio encontra o seu ápice. A mediação reside em sua pessoa, pois ele é o único mediador da redenção, o perdão dos pecados e a reconciliação eterna entre Deus e o homem.

O Profeta em cujo nome profetizou todo profeta e do qual tinha indicado a vinda na plenitude dos tempos. Nele deviam alcançar a plenitude todas as profecias, todo o conhecimento, toda a sabedoria do tempo presente, pois Cristo é a perfeita revelação vivente diante de Deus e do homem. Não há mais nenhuma necessidade de se profetizar a respeito dele, pois toda carne viu a salvação de Deus.

O Novo Testamento indica a misteriosa e perfeita relação entre Israel como povo e o Messias, o Cristo. Tudo o que se atribuía a Israel pode ser atribuído ao Messias de modo preciso e exato. Por exemplo, quando o Senhor Jesus retornou do Egito, aonde se tinha refugiado com sua mãe e José, dele disse Deus: Do Egito chamei meu filho (Mt 2,15). Essa mesma palavra tinha sido referida ao povo de Israel quando deixou o Egito (cf. Ex 4,22-23: Israel é meu filho primogênito... deixa partir o meu filho, e Os 11,1). É como se o povo de Israel tivesse agido simbolicamente, pondo em prática a obra, a vida e o caráter do Cristo que viria.

Na realidade, as características comuns ao povo de Israel e ao Messias referem-se à totalidade da revelação cristã, a ponto de as profecias dirigidas a Jacó - chamado Israel - deverem ser entendidas também como dirigidas ao Messias. Quando a profecia diz: Jacó meu servo (Is 44,1) e meu servo Israel (Is 49,3), refere-se ao Messias, mas pode ser explicada e aplicada tanto ao Messias como ao povo de Israel, sem contradição alguma. Esse é o maravilhoso mistério que está por detrás do fato de Cristo ser chamado Filho e Servo e, ao mesmo

tempo Rei, Sacerdote e Profeta, pois ele é um verdadeiro israelita ou, mais precisamente, o verdadeiro Israel, e é verdadeiramente o Filho de Deus⁵.

Isso mostra a interdependência dinâmica entre a pessoa do Messias e as pessoas do povo de Israel. Cada palavra proferida por Deus, cada mensagem, cada ação realizada através de seus reis, sacerdotes e profetas para o povo de Israel tinha seu fundamento na pessoa do Messias e tinha como finalidade encontrar sua realização e sua meta definitiva nele, o Rei eterno, o único Sacerdote e o Profeta que pronunciava palavras por sua própria autoridade. Dele dependia toda a existência e toda a vida de Israel.

Por isso, a história do povo de Israel, com o conjunto das vicissitudes de seus reis, com todos os ritos de seus sacerdotes e todas as sentenças de seus profetas, é a história e o conhecimento do Messias, mas simbolicamente narrada na forma de um povo escolhido com atenção e amor, para representar Deus no meio dos povos da terra e dele proclamar a existência e a misericórdia para as demais nações.

Até as tragédias de Israel, sua escravidão e os contínuos castigos no decorrer da história, não podem ser excluídos da esfera de ações positivas com que Deus conduzia o seu povo adiante, lentamente, mas com segurança, fazendo-o aproximar-se dos outros povos e reinos da terra. Tudo isso aconteceu para a unidade com as outras nações do mundo, que Israel deveria realizar na pessoa do Senhor Jesus, o Messias. Quando Jesus tornou perfeita essa união entre Israel e as nações, e em si mesmo, na cruz, fez dos dois um só povo, então se concluiu a missão histórica de Israel. Ou, mais precisamente, a missão do Messias da história se concluiu e então começou a missão do Cristo nas nações, o Cristo da vida eterna.

A unidade intrínseca e orgânica que existe entre a pessoa de Israel e a pessoa do Cristo clarifica o motivo pelo qual, além da pessoa de Cristo, que é o princípio e o fim de Israel, não se pode explicar nem compreender o fim de todos os eventos históricos, de toda a legislação e ritos, de todos os ensinamentos e profecias testemunhadas pelo Antigo Testamento, apesar de serem peculiares ao povo de Israel e seu patrimônio autêntico. Como diz o apóstolo Paulo, Cristo é o fim da lei dada a Moisés; analogamente é o fim do reino fundado por Davi e, também, o fim das profecias anunciadas pelos profetas. Verdadeiramente, ele é o fim do próprio Israel e, consequentemente, o fim da humanidade, pois todas as coisas nele subsistem (Cl 1,17)⁶.

O Antigo Testamento, portanto, prepara o caminho para Cristo, representando-o no tempo e no cenário da história através de “figuras”. Antes de nele encontrar sua realização, praticamente, os acontecimentos históricos eram uma profecia que indicava de modo específico o Cristo. Semelhantemente, todos os ritos sacerdotais, ou os atos de culto, continuaram

⁵ Ele, que é de condição divina, não considerou como presa a agarrar o ser igual a Deus. Mas despojou-se, tomando a condição de servo, tornando-se semelhante aos homens (Fl 2,6-7).

⁶ Porque aprovou a Deus nele fazer habitar toda plenitude (Cl 1,19).

a atrair o espírito humano para perto do mistério de Cristo, o verdadeiro Cordeiro, antes de atingir um fim imprevisto, quando seu sangue foi derramado na cruz para que todos pudessem voltar para ele e contemplá-lo. Também as profecias denunciavam constantemente o enganador revestimento externo que ocultava a verdade do Reino do Messias que vinha, o Reino de graça e verdade, espírito e vida, até que ele se revelou definitivamente e nós o vimos e o tocamos com as nossas mãos na Palavra de Vida, Jesus Cristo, o qual é Espírito de profecia (Porque o espírito profético não é outro que o testemunho de Jesus - Ap 19,10). Cristo era e é o eixo em torno do qual se decide toda a Torá e a totalidade da história da salvação humana. Entre as mais belas imagens do Messias de Israel, talvez esteja a de Daniel: a visão do Messias qual Filho do homem. Nela, o Messias de Israel, centro da salvação, do reino e da glória de Israel, se torna a imagem do Messias de toda a humanidade, que abraça a totalidade da criação humana e se torna o centro de uma salvação, de uma glória e de um reino que transcendem a realidade deste mundo: Olhando sempre a visão noturna, vi um ser semelhante a um filho de homem vir sobre as nuvens do céu: dirigiu-se para o lado do ancião, diante de quem foi conduzido. A ele foram dados império, glória e realeza, e serviram-no todos os povos, todas as nações e os povos de todas as línguas. Seu domínio será eterno; nunca cessará e seu reino jamais será destruído (Dn 7,13-14). Esta verdade era um dos ensinamentos mais importantes dos rabinos e dos mestres inspirados de Israel no período precedente ao nascimento de Cristo. Eles insistiam no fato de que não existia nenhuma profecia além do Messias. “Todos os profetas profetizaram somente com relação aos dias do Messias”. “O mundo inteiro foi criado para o Messias”⁷. É a mesma verdade que fundamenta os escritos do Novo Testamento. O próprio Cristo a confirma como um fato digno da máxima atenção: E começando por Moisés e por todos os Profetas, explicou-lhes em todas as Escrituras o que a ele se referia (Lc 24,27). Eis o fundamento da fé impressa na mente da Igreja primitiva. Todas as coisas foram criadas por meio dele e para ele. Ele existe antes de todas as coisas e todas subsistem por ele (Cl 1,16-17).

Quando os mestres e os rabinos de Israel se deram conta disso, passaram a recolher todos os eventos e as profecias contidas nas Escrituras que indicavam o Messias, incluído aquilo que se referia à sua pessoa, às suas obras e ao tempo de sua vinda na história. Recolheram 458 referências messiânicas, das quais 75 do Pentateuco, 243 dos livros dos profetas e 138 das histórias dos patriarcas, e as registraram no tratado do Sanhedrin. Infelizmente, porém, os últimos mestres e rabinos que viveram imediatamente antes da vinda de Cristo, se emaranharam em complicadas interpretações destes textos referidos ao Messias, e perderam-se em deduções bizarras e absurdos que ocultavam a verdade e obscureciam o rosto da pessoa real na qual Cristo veio. As profecias referentes ao Messias foram distorcidas nas mentes dos chefes, sua capacidade de perceber a verdade desaparecera e seus olhos se tornaram cegos diante da visão da luz, quando essa surgiu. Além disso, o conhecimento espiritual dos

⁷ Sanhedrin 99a ; 98b.

chefes se enfraqueceu porque consideravam exclusivamente a forma externa da lei. Para os sacerdotes, os fariseus, os saduceus e os escribas, a essência da religião consistia na observância exata da lei, na repetição dos textos que a continham, na repetição de breves orações e num zelo patriótico para recuperar as glórias de um tempo, o reino e a antiga supremacia. Para eles, o campo da espera messiânica esgotava-se nisso e não podiam levar em consideração atividades ou ações ou interesses que lhes fossem estranhos.

Inclusive, pensavam que a vinda do Messias simplesmente deveria levar à consolidação da antiga forma de culto com seus mínimos detalhes, e ao cumprimento de suas esperanças. Deste modo, o culto judaico distanciou-se do verdadeiro significado messiânico que possuía na intenção divina. As Escrituras e as profecias não mais foram interpretadas em seu significado essencial; ao invés de convergirem na pessoa do Messias que devia vir como Salvador do mundo através de Israel, foram entendidas como a descrição de um Messias que viria como chefe do mundo, instrumento para restaurar a glória do povo de Israel.

Deste modo, mal Cristo fez sua aparição em público, irrompeu um conflito entre ele e os chefes dos judeus: apesar de seu ensinamento ser de origem divina, quanto mais sua pregação ignorava a escrupulosa dependência dos insignificantes detalhes da lei, as purificações e os excessos de religiosidade, a glória mundana e a supremacia de Israel, tanto mais Cristo era rejeitado pelos sacerdotes, doutores da lei e pelos grupos zelotas do povo. Eles dedicavam-se fanaticamente a seus ritos, à sua raça, a seu estado e pensavam que Jesus não possuía as qualidades necessárias para ser o Messias segundo a imagem que dele tinham feito, seguindo sua própria inclinação e seus fins corruptos.

Contudo, não era geral esse ofuscamento do significado essencial da fé no Messias no interior dos grupos dos sacerdotes, dos escribas, dos fariseus e dos saduceus. Permanecia uma parte do povo de Israel, incluindo também chefes e outros homens piedosos, que soube conservar ainda o espírito autêntico do culto e aderir às fiéis promessas de Deus. Este resto de homens piedosos com fé ardente anelava pela vinda do Messias, pois o tinham descortinado no estudo dos profetas e dos mestres de Israel. O Novo Testamento, nas primeiras páginas dos evangelhos, oferece-nos alguns exemplos destes crentes: o velho Simeão, a profetiza Ana, o sacerdote Zacarias, Isabel e a santa virgem Maria.

V. Natal: o Cristo da História, um Cristo Vivente

E vós, quem dizeis que eu sou?...

Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivente. (Mt 16,15-16).

O nascimento de Cristo, sua morte e ressurreição, são acontecimentos sobrenaturais que ultrapassam em muito sua dimensão histórica, e é por isso

que seu impacto direto sobre toda a humanidade superou qualquer critério da lógica humana. Quanto à autoridade de Cristo, é suficiente pensar naquilo que os discípulos afirmaram após a ressurreição, prestando seu testemunho no processo movido pelos escribas e anciãos dos judeus: Em nenhum outro há salvação; nenhum outro nome foi dado aos homens abaixo do céu pelo qual possamos ser salvos (At 4,12).

Por isso, devemos prestar a máxima atenção quando o evangelho nos narra a vida de Jesus Cristo. O que lemos no evangelho segundo Mateus e segundo Lucas, sobre o nascimento humano que acontece no coração da história, é situado por João num contexto divino que transcende a história, pois aquilo que para Mateus e Lucas é o nascimento do menino Jesus, para João é a encarnação da Palavra existente desde o princípio.

Analogamente, para sua morte: enquanto os três evangelhos sinóticos oferecem a narração do ponto de vista da história individual e humana de Jesus, o quarto evangelho deles se destaca para elevá-la além do nível de uma história individual, e nela revela o mistério da redenção divina que abraça toda a humanidade:

Os pontífices e os fariseus convocaram o Conselho e disseram: Que faremos? Este homem multiplica os milagres. Se o deixarmos proceder assim, todos crerão nele, e os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação. Um deles, chamado Caifás, que era o sumo sacerdote daquele ano, disse-lhes: Vós não entendeis nada! Nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo, e que não pereça toda a nação? E ele não disse isso por si mesmo, mas, como era o sumo sacerdote daquele ano, profetizava que Jesus haveria de morrer pela nação e não somente pela nação, mas também, para que fossem reconduzidos à unidade os filhos de Deus dispersos (Jo 11, 47-52) O céu e a terra, o tempo e a eternidade se unem.

Podemos perceber, exatamente no coração do evangelho, como a história e a eternidade se misturaram numa assombrosa sintonia. A história é e permanece história: ela descreve apenas o passado com seus acontecimentos, concluídos e passados, gravados nos dias, nos meses e nos anos. O homem sempre julgou inconcebível a eventualidade de que num dia a história e a eternidade pudessem misturar-se. Naquele tempo, na pessoa de Jesus Cristo, a história ganhou a força de ficar em pé, viva e doadora de vida, poderosa na sua eficácia, entrecruzada com as profundezas do próprio Deus e da eternidade, pronta para transportar o passado mortal do ser humano a uma vida eterna e imortal, nada menos do que isso.

A história - o tempo - era o destino em que toda a história de cada criatura era obrigada a se aprisionar, pois era criada, vivia e morria. Foi assim até que - na plenitude do tempo - nasce, num dia, num mês e num ano preciso da história, um menino chamado Jesus; ele foi registrado como um cidadão normal nos registros do recenseamento imperial. Há dois mil anos de distância desse nascimento e de acordo com aquilo que é indicado nos evangelhos, acontecimentos claros demonstraram com insistência e com sinais evidentes

que naquele lugar e naquele menino era inaugurada uma nova história da humanidade. Um mistério que engloba também o céu e suas criaturas e se dilata até a eternidade de Deus.

Eis o testemunho do evangelho segundo Lucas:

Havia naquela região alguns pastores que faziam vigília de noite guardando o seu rebanho. Um anjo do Senhor apresentou-se diante deles e a glória do Senhor os envolveu de luz. Eles foram tomados de grande temor, mas o anjo lhes disse: Não tenhais medo, eis que eu vos anuncio uma grande alegria, que será para todo o povo: hoje nasceu para vós, na cidade de Davi, um salvador, que é o Cristo Senhor. Isso vos servirá de sinal: encontrareis um menino envolto em faixas, e jaz numa manjedoura. E imediatamente apareceu com o anjo uma multidão do exército celeste que louvava Deus e dizia: "Glória a Deus no mais alto dos céus e paz na terra aos homens que ele ama. (Lc 2, 8-14)

Este acontecimento celeste foi a primeira violação aberta dos limites impostos ao espaço da humanidade e à sua capacidade de narrar a história segundo o nível do tempo. A violação, da parte dos anjos, do campo visível e auditivo do homem, é algo que originariamente não pertencia à história ou à capacidade receptiva humana. É evidente que o recém-nascido é de tal condição que, uma vez descido ao nível humano e terreno na manjedoura de Belém, imediatamente abriu-se uma brecha rumo à condição divina e celeste; isso não fica sem efeito no mais alto dos céus.

Aqui, o anjo desempenhou uma missão particularíssima: aparece como um evangelista a serviço dos seres humanos e assim - com base nas ordens recebidas de Deus - encarregou-se de recordar a cada um a importância deste dia na história da humanidade: dia de "grande alegria", pela qual todos poderão alcançar sua felicidade na terra. Na ótica divina, de fato, o dia da natividade de Cristo representa o nascimento do Salvador. Aqui, o anjo entra pela primeira vez na história como um cronista, ao mesmo tempo, porém, revelando o valor deste momento, valor escondido na natureza daquele que nasceu: não é um dia à maneira dos homens, mas é "dia de salvação", "grande alegria", "comprazimento nos homens". Com o nascimento deste menino salvador, terminaram os dias de dor e iniciaram os da bem-aventurança. Pôs-se fim ao tempo da desobediência do homem, e teve início o da glorificação de Deus da parte dos homens na terra e dos anjos no céu, ambos no mesmo plano! Apesar de que o "hoje" da saudação do anjo possa fazer pensar num ponto de partida temporal, trata-se do início de uma época pós-histórica: é a história da salvação eterna, a história da alegria divina que devia ser lançada na terra para jamais ser arrebatada do coração do homem.

Deste modo, a violação do mundo humano da parte dos anjos e da multidão dos exércitos celestes é, na realidade, o prelúdio do ingresso do homem no mundo celeste, no mundo dos anjos e de Deus na pessoa daquele

que nasceu para transcender os limites do tempo e do espaço. Em outras palavras, o nascimento de Cristo foi o início de uma reconciliação entre dois mundos: de um lado Deus e os seus anjos e de outro, o homem e seus sofrimentos; foi o ponto de partida da revelação daquilo que está nos céus e a manifestação do invisível. É a partir da natividade que os evangelistas iniciaram a narração da história de Cristo. Mas eles narraram a história de Deus, não a do homem; narraram a realização das promessas eternas de Deus, feitas nos tempos antigos e realizadas no tempo estabelecido em Jesus Cristo seu Filho, oferecido pelo próprio Deus à nossa terra numa carne semelhante à nossa. Sua vinda tinha sido anunciada por todos os profetas nas santas Escrituras que o Espírito tinha gravado nos corações dos homens e mulheres de fé, de modo a serem conservadas e guardadas com cuidado através da sucessão dos séculos, até o dia da aparição de Cristo.

A história de Cristo é a história de Deus com relação à salvação humana, Cristo é a Palavra de Deus para o homem, como se lê na Carta aos hebreus: Nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho (Hb 1,2).

Mesmo que a história da vida de Cristo salvador possa parecer uma história narrada no tempo sob a forma de acontecimentos delimitados pelo tempo e pelo espaço, na verdade, é a manifestação de Deus na verdadeira natureza do gênero humano, a manifestação do céu na terra, da eternidade na plenitude do tempo.

V.1 Os Evangelhos, obra do Espírito Santo

Os evangelhos parecem uma narração escrita por quatro pessoas empenhadas em fazer uma pesquisa sobre tudo o que aconteceu. Mas o Espírito Santo que inspirou os evangelistas enquanto os deixava descrever Cristo segundo aquilo que tinham visto, experimentado ou observado, exercia ao mesmo tempo o próprio controle sobre cada coisa vista ou vivida. Deste modo, vinculava-os à sua fonte divina com alusões sutis e com explicações: assim, o Espírito revelava o mistério da eternidade através da história, o mistério do invisível no visível e o mistério da divindade na carne. Assim o evangelho revela infalivelmente a excepcionalidade da pessoa de Cristo. De modo algum é difícil, mesmo para gente simples e sem instrução, perceber espiritualmente este dado. Uma pessoa assim transcende a história, vai além dos acontecimentos e das circunstâncias referidas nos evangelhos, permanece sempre viva e eficaz porque cada linha do evangelho a revela como a pessoa do Filho do Deus vivente.

O Espírito Santo agiu de modo a transmitir a experiência dos evangelistas e sua compreensão espiritual com a mesma inefável alegria com que, pessoalmente, tinham acolhido a mensagem: por esse motivo confiou-lhes as mais profundas verdades da fé. O evangelista João revela-nos a autenticidade do sentimento de que era possuído enquanto escrevia o evangelho:

Aquilo que era desde o princípio, aquilo que nós ouvimos, aquilo que nós vimos com nossos olhos, aquilo que nós contemplamos e aquilo que nossas mãos tocaram, o Verbo da vida (pois a vida fez-se visível, nós a vimos e disso damos testemunho e vos anunciamos a vida eterna, que estava junto do Pai e a nós fez-se visível), aquilo que vimos e ouvimos, nós o anunciamos também a vós, para que também vós estejais em comunhão conosco. A nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo. Essas coisas vos escrevemos, a fim de que a nossa alegria seja perfeita. (1Jo 1,1-4).

O leitor do evangelho deve aderir com toda confiança ao Espírito que inspirou o texto e nunca perder, de jeito algum, este elemento em seu caminho da história para a eternidade, em sua passagem do visível ao invisível; de outro modo, desanimaria nas peripécias da história, pondo-se a procurar entre os mortos aquele que está vivo! (cf. Lc 24,5)

É absolutamente impossível - conforme toda a tradição evangélica - que alguém possa reconhecer Cristo como Senhor se não for por obra do Espírito Santo. Analogamente, Cristo não pode revelar-se a alguém a não ser por meio do Pai que está nos céus. Este dado nos revela as dimensões da profunda, substancial e infinita relação entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, não só em sua entidade pessoal, mas também em relação à possibilidade de sua manifestação: Deus pode ser revelado somente em sua totalidade.

A encarnação, seu nascimento e ingresso na substância da história humana, puseram o evangelho em condição de movimentar-se entre a história e a eternidade, tornando verossímil um mistério que se situa além da razão. Este acontecimento torna Deus acessível ao conhecimento humano após o isolamento, o exílio, a separação e também a hostilidade em que todos viveram, distantes do único santo, absoluto e incognoscível Deus.

Não nos esqueçamos de que o encontro entre a eternidade e a história, vivido de modo realístico e sensível, nunca conhecera precedente. No nascimento de Jesus, Deus se revelou pessoalmente; o invisível tornou-se visível e o incognoscível fez-se conhecer numa fúlgida manifestação da glória de Deus.

Mas, é necessário não se esquecer de que, todo aquele que se aproxima dos evangelhos num nível de investigação puramente histórica, que faz de Cristo o objeto de suas pesquisas, perguntas e análises, ignora um outro elemento fundamental na aproximação desse livro. Os evangelistas escreveram seus textos mantendo o olhar fixo em Cristo como Senhor e Deus, que os olhos de seu coração contemplavam como vivente. Deste modo, o evangelho tomou forma em suas mãos: não como uma descrição meticulosa de um determinado acontecimento que teve como protagonista um homem chamado Jesus, mas - pelo contrário - como testemunho de uma realidade viva que tinha tocado seus olhos e coração (a realidade do Senhor Jesus Cristo, o Filho do Deus vivente que enchera seu ser, seus sentimentos e sua fé) e que tinham registrado na memória com absoluta fidelidade e precisão. Assim, estavam em condições de demonstrar aos crentes que Jesus, o Cristo vivente que ressuscitara dos mortos na glória, sem dúvida alguma era Deus; exatamente ele, o mesmo Jesus que

nascera em Belém, vivera em Nazaré, pregara na Galileia e fora crucificado em Jerusalém.

V.2 Os Evangelhos são livros de fé

É indispensável que o leitor dos evangelhos coloque diante de seus olhos esta realidade vivente, antes de mergulhar na mensagem contida naqueles textos: desta maneira a história se transfigurará diante dele. Os evangelhos, antes de serem livros de história, são livros de fé! Por isso, a fé na pessoa de Jesus Cristo revela todos os mistérios do evangelho e resolve todos os problemas históricos postos por uma narração escrita há dois mil anos. Constatamos assim, e o podemos constatar diariamente, que o evangelho é revelado com maior profundidade, graça e discernimento aos corações simples que possuem uma fé firme.

O evangelho, porém, não revela a verdade como uma hipótese global que deva ser aceita ou refutada em bloco. Pelo contrário, dirige-se a cada coração de modo específico e pessoal, a cada ser humano revelando a verdade num modo adequado à sua estatura espiritual, ao nível de sua fé, ao seu grau de aceitação da verdade, num fluxo contínuo de revelação que cresce com o crescer da fé e com o passar do tempo.

É oportuno que o leitor do evangelho se aproxime da verdade nele contida na ótica e no espírito do evangelista, de modo a receber as palavras do Espírito nele contidas. Não é nossa intenção tornar mais árdua a missão do leitor: pelo contrário, estamos oferecendo a chave de leitura do mistério do evangelho. Se o leitor obedece ao Espírito do evangelho, empenha-se em aceitá-lo e submete a própria mente à verdade, a verdade se transfigurará diante dele, tornando-se igual àquela contemplada pelo evangelista. Assim, o leitor será investido do sopro do Espírito do evangelho e de seu fluir inefável, que o levarão com a mente e o coração diretamente da palavra ao face a face com a pessoa de Jesus Cristo.

Deste modo se realiza o milagre do evangelho: Então abriu-lhes a mente à inteligência das Escrituras (Lc 24,45). Aqui a história é transfigurada e Cristo é manifestado como Deus pelo testemunho do Espírito em nossos corações.

Partindo desse ponto (da atenção à mente do evangelista e de uma livre submissão ao Espírito Santo que dirige as palavras e lhes confere forma), nos encaminhamos à indispensável atenção às palavras do próprio Cristo, por ele pronunciadas e reiteradas com calma e firmeza: da pura e simples atenção do coração por essas palavras, nós podemos perceber a pessoa do próprio Cristo. Em cada palavra e em cada frase, Cristo realmente se pronunciava a si mesmo!

Cada vez que temos o ouvido atento à sua proclamação da relação que o liga com Deus, tornamo-nos conscientes, de modo certo e seguro, do mistério de sua eterna qualidade de Filho de Deus. Ouçamos sua voz: O meu Pai que está nos céus (Mt 7,21; 10,32; 12,50; 18, 10.19; etc.), O meu Pai celeste o fará (Mt

18,35), Eu devo ficar na casa de meu Pai (Lc 2,49), O meu Pai trabalha sempre e eu também trabalho (Jo 5,17), Meu Pai que mas deu (Jo 10,29), Fiz-vos ver muitas boas obras da parte de meu Pai (Jo 10,32), Eu sou a videira verdadeira e meu Pai é o agricultor (Jo 15,1), Abbá, Pai (Mc 14,36). Aqui podemos perceber - absolutamente sem dificuldade - que a relação entre Cristo e Deus é eterna e ultrapassa sua condição humana, e que indubitavelmente existia antes de seu nascimento em Belém.

As palavras dos evangelistas revelam de per si grandeza de ânimo, mas deixam transparecer - com evidência extrema - que a magnanimidade de quem as pronunciou é ainda maior. O alcance teológico evidenciado pelos termos usados é sério e profundo, mas o leitor ou o ouvinte não tem nenhuma dificuldade para perceber que a mente que os elaborou e pronunciou possui uma profundidade e uma seriedade ainda maiores. A audácia da expressão nos trechos citados ultrapassa qualquer compreensão, mas trata-se de uma audácia confiante e humilde que leva a lógica à aceitação, sem esforço, de que Cristo não está dizendo outra coisa que a verdade, manifestando-se a si mesmo com autoridade, sem fingimento algum. Realmente, o Cristo que fala no evangelho fala de si mesmo, da verdade, de Deus! Cristo é a Palavra de Deus!

Cristo imprimiu fortemente na mente de seus discípulos esta verdade (a sua eterna qualidade de Filho de Deus) de tal modo que todos pudessem nela colher o mistério de sua ligação pessoal com o Pai, mistério que deveria revelar-se como o caminho que Nele nos faz mais próximos de Deus, Pai também nosso.

V.3 Cristo e a revelação do Reino

Cristo também insiste num outro fato de extrema importância: a manifestação do reino de Deus e a relação que este possui com a sua vinda em nosso mundo. Cristo iniciou sua pregação dirigindo ao mundo estas palavras: Converti-vos, porque o reino dos céus está próximo! (Mt 4,17), e com elas referia-se a si mesmo. Durante sua vida terrena, empenhou-se em salientar com força que o reino de Deus já tinha iniciado, já tinha vindo, era iminente. Ele proclamou que a sua vinda ao mundo era a inauguração do tempo do reino de Deus, e indicou com sua encarnação e nascimento o autêntico ingresso da humanidade na esfera do reino de Deus. Isso significa, portanto, o ingresso de todos aqueles que estão nele unidos pela fé, como salientaram os anjos na noite de seu nascimento: Glória a Deus no mais alto dos céus e paz na terra aos homens que ele ama! (Lc 2,14). A iniciação da terra e do homem na esfera do reino e da paz de Deus, aqui significa a irrupção do reino de Deus no mundo dos homens.

Cristo continuará a insistir nisso até o dia de sua crucificação, quando estava diante de Pilatos: Pilatos lhe disse: Então tu és rei? Respondeu Jesus: Tu o dizes: Eu sou rei. Para isso nasci e para isto vim ao mundo (Jo 18,37).

Somente quando nos recordamos de que ele estava diante de Pilatos é que nós percebemos a gravidade e a enormidade da acusação legalmente levantada por Pilatos contra ele para crucificá-lo, porque tinha declarado: Eu sou rei.

Não nos esqueçamos de que Cristo afirmou a sua qualidade real tendo diante de si a cruz, enquanto os soldados se apressavam em crucificá-lo e já estava cheio e preparado o cálice da amargura! Como podemos esquecer o dorso nu, o chicote para a flagelação, a cabeça açoitada e suja de cuspe? Diante de tudo isso estava Jesus: ouvimo-lo ainda repetir: Eu sou rei. Para isso nasci e para isso vim ao mundo! E agora, por um instante fechemos os olhos, de novo imaginemos esta cena e escutemos atentamente para ouvi-lo pronunciar a solene declaração com sua voz firme. Neste ponto, um sentimento de fé nos invade e nos permite compreender que ele é verdadeiramente o Filho de Deus e que o seu reino é um reino eterno, que jamais será derrotado e que não é deste mundo. Se o reino de Deus entrou em nosso mundo através do nascimento de Cristo, é graças à sua morte que entramos no reino de Deus nos céus.

Voltemos agora ao nosso ponto de partida: estamos novamente em Belém, numa humilde casa alugada por José após o nascimento de Jesus. Maria está sentada, tendo ao colo o menino Jesus, com quase dois anos. É tarde, e a escuridão cobre a casa e a cidade. Imprevisivelmente aparece uma luz semelhante ao clarão de um relâmpago que inunda o campo e a casa. José precipita-se para fora e vê uma estrela extraordinariamente luminosa que parou exatamente sobre a casa, como se quisesse assinalar com seus raios o lugar onde se encontra o menino. José logo percebe que a estrela indica uma revelação; mal tinha entrado em casa para dizê-lo a Maria e ouve um grande tumulto na rua e à entrada da casa. Sai e vê uma cena singular: uma caravana de camelos enfeitados com muitos bordados é conduzida por um grupo de servidores e transporta alguns homens idosos, cujo aspecto revela uma condição elevada e rica: são príncipes orientais. Descem e suas faces irradiam alegria e simpatia, apesar do cansaço da longa viagem. Dão um passo em frente e perguntam a José: “Está em casa um menino de quase dois anos? Foi anunciado pelo céu, sua mãe é uma virgem e dele falaram os profetas!” Com um sinal, José pede silêncio e com pressa os conduz para dentro de casa, onde estão o menino e sua mãe. Com grande espanto vê o rosto do menino resplandecer como se um raio da estrela tivesse atravessado a parede e pousasse em sua face; a mãe é envolvida pela luz, como se os céus se tivessem aberto.

Os magos, homens sábios, prostram-se e ficam diante do menino, cantando uma doce melodia, com uma incrível veneração, enquanto suas faces irradiam alegria e doces lágrimas escorrem por suas barbas brancas, fazendo-as resplandecer de luz.

Depois se aproximam do menino, cada príncipe tendo à mão um presente. O primeiro se prostra e abre o cofre: ouro trabalhado, semelhante

àquele com que se ornamentam as coroas reais. O segundo se ajoelha e tem às mãos uma caixa de incenso de delicioso perfume: espalha-o nas mãos do menino, que assim aparece como um sacerdote que traz uma mensagem. Chega depois o terceiro, e também ele se prostra: tem em mãos uma enorme quantidade de mirra, como aquela usada para o Senhor no dia de sua sepultura; talvez seja a mesma, por ele conservada com cuidado, para o dia de sua paixão!

Não posso não me maravilhar com esses magos e por seus presentes, e ainda mais com aquele que os enviou, guiando-os até Belém!

Ainda uma vez estamos diante do Espírito que fala, mas sem servir-se de palavras. O ouro nas mãos dos magos nada mais é do que dinheiro, riqueza, bom augúrio ou presente, mas segundo o Espírito é um ato de coroação real, com a qual o menino era coroado desde o berço, para que fosse sempre reconhecida a verdadeira realeza de Cristo. Não o tínhamos escutado dizer diante de Pilatos: Eu sou rei. Para isso nasci e para isso vim ao mundo (Jo 18,37)?

O evangelho e seu conteúdo me inspiram temor: sua conclusão se orienta para iluminar o início, e este dirige a própria luz, viva e penetrante, até a conclusão da narração.

Assim, o Espírito sopra entre as linhas e as palavras e atravessa os capítulos. Felizes aqueles que seguem o Espírito para caminhar na luz: a eles é revelado o mistério de Cristo.

VI. Aspecto escondido da Natividade

VI. 1 O Reino que vem

Novo testamento e o cristianismo não estão em oposição ao Antigo Testamento e ao judaísmo. Pelo contrário, o Novo testamento é a declaração da realização de todas as promessas e mistérios do Antigo, quer se refiram ao Messias, ao reino de Deus e à salvação.

Pois, asseguro que Cristo exerceu seu ministério entre os incircuncisos para manifestar a veracidade de Deus pela realização das promessas feitas aos Patriarcas. Quanto aos pagãos, eles só glorificam a Deus em razão de sua misericórdia, como está escrito: “Por isso, eu vos louvarei entre as nações e cantarei louvores em vosso nome (2Sm 22,50; Sl 17,50). Noutro lugar diz: Alegrai-vos, nações, com o seu povo (Dt 32,43). E ainda diz: Louvai o Senhor, nações todas, e glorificai-o, todos os povos! (Sl 116,1). Isaías também diz: Da raiz de Jessé sairá um rebento que governará as nações; nele esperarão as nações (Is 11,10; Rm 15, 8-12). Em nossos dias a igreja, no meio de todas as nações do mundo, é a revelação e a realização das esperanças de todos os escritos do Antigo Testamento com relação ao reino de Deus, em que Cristo, que é o chefe,

rege e governa o reino universal de salvação. Toda a esperança de Israel, com todos os seus profetas e instituições, estava centralizada na salvação de todo o mundo: esta salvação agora está se realizando através da igreja.

Também é claro que, no decorrer de todo o Antigo Testamento, há um desenvolvimento do conceito do reino de Deus que vem, e do modo como o Messias é entendido e profetizado. É este o motivo pelo qual, quando João Batista começou a pregar a conversão e o reino de Deus, as multidões se reuniram ao redor dele num número sem precedentes no ministério de todos os outros profetas. A espera consciente do reino havia atingido uma grande maturidade e intensidade. É uma espera e um vivo sentido da iminência que encontramos também nas declarações de Simeão e da profetisa Ana. O espírito de profecia falou também pela boca de Zacarias, Isabel e João, confirmando que o reino de fato estava próximo. Mas João Batista foi extremamente honesto consigo mesmo e com seus seguidores, dizendo: Eu não sou o Messias! (Jo 1,20)

Não podemos esquecer que no início de seu ministério Jesus foi acolhido sem hesitação como o Messias de salvação graças à sinceridade e à fidelidade de João Batista: todos os seguidores de João, também seus discípulos mais íntimos, passaram para o discipulado do Messias.

Todo o povo acolheu Cristo como o rei que vinha no nome do Senhor, o filho de Davi vindo para anunciar o início do reino do Messias, reino que o povo sabia ser eterno. Quando Cristo mostrou-se esquivo no revelar-se a si mesmo, o povo não teve dúvidas em levá-lo para fora e, à força, fazê-lo rei. Mas ele escapou-se, pois a compreensão da salvação e do reino de Deus estava incompleta e errada neles.

Tudo isso mostra a que ponto a fé na doutrina da vinda do reino de Deus tinha penetrado a mente do povo e até dos pagãos. A gente comum sempre tem uma consciência aguda de que Deus age, como diz o provérbio: "Voz do povo, voz de Deus".

Também é claro que, ao longo de toda a história de Israel, existe uma forte ligação entre tempos de aflição, de exílio e de doloroso castigo de Deus de um lado, e o desabrochar da esperança na vinda do Messias e na salvação, de outro lado. Anela pela salvação, realmente, quem experimentou a amargura do exílio no próprio corpo, na própria mente ou no próprio espírito.

Uma olhada rápida nos Salmos - particularmente nos versículos O Senhor reina, exultem os povos (Sl 99,1) - revela-nos como era impaciente a espera e quanto esforço Israel precisou para discernir, nas trevas da história e dos acontecimentos, o rei que devia vir. Encontramos isso não somente nos Salmos, mas também nas profecias que constantemente indicam o reino de Deus e o Messias que deve vir para governar a terra inteira na justiça e na retidão, para reunir as nações sob seu estandarte e para conduzir os redimidos ao seu redil, onde todos o louvarão e servirão.

Cada vez que a moralidade decaía e se corrompia a consciência, quando as pilastras da sociedade - os chefes - fracassavam e as condições se tornavam mais críticas, então floresciam as esperanças na vinda de um rei que reformaria o comportamento dos povos e curaria a doença que atingira o povo com a decadência moral. Às vezes as profecias eram mais explícitas em indicar que seria o próprio Deus que governaria as nações rebeldes, golpeando-as com o chicote de sua ira e destruindo os hipócritas ao simples sopro de sua boca. Deus tornar-se-ia para sempre o Pai dos crentes agora perdoados e seria chamado de Príncipe da paz na terra.

Em seguida, vem o Messias e realiza todas as obras que lhe tinham sido referidas. O evangelho nos refere que João mandou seus discípulos perguntarem: És o que deve vir ou devemos esperar outro? Em outras palavras: És tu o redentor, o salvador, o curador que deve governar que deve governar Israel e submeter todos os povos e nações? E Jesus respondeu: Ide e dizei a João o que ouvistes e vistes: os cegos recuperam a vista, os coxos caminham, os leprosos são curados, os surdos readquirem o ouvido, os mortos ressuscitam, aos pobres é anunciada a boa nova, e feliz daquele que não se escandalizar de mim (Mt 11,4-6). Em outras palavras, feliz quem recebe Cristo como o rei de justiça que vem. Encontramos aquele de quem escreveram Moisés na Lei e os Profetas, Jesus, filho de José, de Nazaré (Jo 1,45). O significado espiritual do reino de Deus no Novo Testamento é que recebemos dos profetas uma herança realmente preciosa: a feliz esperança em que morreram as gerações passadas.

O reino de Deus, que o Messias vindouro estava a ponto de revelar e proclamar, era a esperança mais íntima e mais cara do que qualquer outra, não só para os profetas, mas também para todos os rabinos e os mestres e para todo o povo. As interrogações encontrariam uma resposta e as questões abertas uma solução por força do reino que devia vir: A samaritana disse: Sei que deve vir o Messias, o Cristo: quando ele vier nos revelará tudo (Jo 4,25).

VI.2 O aspecto visível da natividade

Acostumamo-nos a focalizar nossas meditações sobre o nascimento de Cristo naquilo que ocorreu na história visivelmente: o Verbo se fez carne e nós contemplamos sua glória; a vida tornou-se visível e nós a vimos com nossos olhos e tocamos com as nossas mãos; Deus apareceu na carne.

Os pastores receberam um sinal do céu e correram para ver o prodígio na gruta: um menino envolto em faixas que jazia numa manjedoura; dele se dissera que era aquele que libertaria seu povo de todos os pecados. Também os magos vieram, após longa viagem, guiados por uma estrela do céu conduzida por uma força proveniente do alto: assim, o testemunho do mundo ao Salvador teria vindo do externo, não de Israel, num momento em que os chefes e os rabinos não souberam reconhecer e proclamar seu Salvador.

VI.3 O aspecto escondido da natividade

Mas queremos agora refletir sobre o que aconteceu de modo invisível no dia do nascimento de Cristo. Foi demonstrado de modo irrefutável na cena da história e do tempo, assim como no coração dos apóstolos, dos santos e de toda a igreja, que aquele que nasceu era realmente o rei que devia vir, o salvador, o redentor, o detentor da chave da casa de Davi, aquele que quando fecha ninguém pode abrir e quando abre ninguém pode fechar. Seu reino é um reino eterno que não terá fim, segundo a visão do profeta Daniel (cf. Dn 7,27).

Essa é a outra face do nascimento de Cristo, pois em Cristo completou-se a promessa de Deus feita no início da era da salvação, e a manifestação na terra do reino de Deus, guiado e governado por ele; este era o reino de que incessantemente tinham falado os profetas. Os exércitos celestes proclamaram a salvação: Nasceu para vós um salvador, e os magos anunciaram o reino eterno: Onde está o rei dos judeus que nasceu?...Viemos para adorá-lo (Lc 2,11; Mt 2,2).

Deste modo podemos contemplar a face escondida do dia de Natal: os tronos foram destruídos e outros foram preparados. Terminava uma época e outra tinha início, como dissera a virgem Maria no seu imortal hino de louvor: Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes, demonstrou o poder de seu braço (Lc1,52.51). Na anunciação o anjo já tinha proclamado com clareza e glória: Ele será grande e será chamado Filho do Altíssimo; o Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi e reinará para sempre na casa de Jacó e o seu reino não terá fim (Lc 1,32-33).

Como é surpreendente que o reino de Cristo, portador de salvação, possa ter sido proclamado enquanto ele ainda estava no ventre, e confirmado de muitos modos: primeiramente pelo anjo, depois pela Virgem logo após tê-lo concebido, depois pelo sacerdote Zacarias e por Isabel. No dia de seu nascimento foi reconfirmado pelos exércitos celestes e pelos magos, que tinham suportado o cansaço da longa viagem a fim de poderem ver o rei dos judeus, adorá-lo e oferecer-lhe dons que exprimiam a essência de sua fé em seu reino.

VI.4 A insistência de Jesus na realidade do Reino

O outro aspecto do nascimento do Cristo menino, envolto em faixas e colocado numa manjedoura, é exatamente esse reino, proclamado pelos céus, pelos anjos e pelos soberanos, reino que Cristo, com seu nascimento, tinha vindo estabelecer e governar em benefício do homem. Cristo nasceu trazendo sobre os ombros a chave da casa de Davi, segundo as palavras do anjo à Virgem: O Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi e reinará para sempre na casa de Jacó e o seu reino não terá fim (Lc 1,32-33).

Devemos focalizar nossa atenção nesse segundo aspecto porque, na realidade, é a essência do significado do Natal. Se lermos atentamente,

descobrimos que é este outro aspecto que domina o evangelho e toda a Escritura. O próprio Cristo, em sua pregação e parábolas, atribuiu ao reino de Deus uma centralidade não concedida a nenhum outro tema. O reino de Deus foi também a mensagem com que iniciou seu ministério: Converti-vos, porque o reino de Deus está próximo (Mt 4,17). Se trouxermos à memória os eventos registrados no evangelho, descobriremos que nos ensinamentos finais de Cristo - aqueles ministrados após a ressurreição, durante os quarenta dias em que apareceu aos apóstolos - com eles falou do reino de Deus (cf. At 1,3). Todos têm presente também as palavras de Cristo referentes ao reino e espalhadas por todo o evangelho: Cristo delas serviu-se para explicar e descrever o inexplicável e o indescritível reino de Deus, fazendo uso de todo tipo de imagem. A solicitude do Senhor em apresentar estas parábolas revela o enorme significado que Cristo atribuiu ao conceito de reino. Sozinha, nenhuma parábola descreveria o reino de Deus, e nem mesmo seriam suficientes todas as parábolas; além disso, Cristo não teria precisado servir-se de quarenta dias, na plenitude de sua ressurreição e transfiguração, para novamente explicar os mistérios do reino de Deus, após dele ter falado constantemente por três anos e meio, tanto explicitamente quanto em parábolas.

O reino de Deus, após o que foi dito no evangelho e após todas as explicações, permanece sempre uma novidade à espera de realização. Quando todas as nossas palavras e seus significados se esgotam, a realidade do reino ainda permanece insondável. É uma vida que não pode ser descrita, mas que deve ser vivida: eis porque, quando falamos de reino, nos damos conta de que faltam palavras! O reino permanece algo de que a alma tem necessidade muito maior do que têm necessidade a mente ou a fantasia.

VI.5 Cristo e suas parábolas do Reino

Quando Cristo nasceu da Virgem, tinha a aparência de um homem como os outros, apesar de envolvido por acontecimentos extraordinários. Esta era e é ainda a opinião de muitos: vêm em Cristo um grande homem nascido de uma Virgem santa por força de um milagre incompreensível. O milagre é avaliado do mesmo modo que um insondável enigma. A mesma coisa aconteceu exatamente quando Cristo expôs suas parábolas do reino. Alguns simplesmente consideraram-nas como parábolas portadoras de uma sabedoria enigmática; Cristo, porém, depois se encontrava com seus discípulos em separado e lhes revelava explicitamente o segredo das parábolas, apresentadas como enigmas referentes ao reino de Deus. Seus discípulos interrogaram-no acerca do significado da parábola. Ele lhes disse: “A vós é dado conhecer os mistérios do reino de Deus, mas aos outros somente em parábolas para que, vendo não vejam e ouvindo não entendam (Lc 8,9-10).

Em seu nascimento, crucifixão e ressurreição, Jesus Cristo apresentou-se como uma das parábolas que costumava narrar sobre o reino de Deus. O Cristo nascido da Virgem, exteriormente não era outra coisa que um provérbio enigmático, mas os que têm olhos para ver e ouvidos para escutar percebem o

outro aspecto da natividade: Deus apareceu na carne, pois o menino que nasceu revela o mistério dos céus, o mistério da potência, da autoridade e da glória de Deus e a marca de sua natureza (cf. Hb 1,3).

Surpreendentemente, Deus ofereceu aos cétricos um exemplo para acusá-los por sua estultícia. O exemplo, que logo se tornou um testemunho do imperscrutável mistério de Cristo, é o dos magos que vieram do distante oriente para prostrar-se diante do menino nascido rei em Belém. Os magos estavam plenamente conscientes do aspecto oculto da natividade: seus olhos estavam abertos para ver a estrela no céu, seus ouvidos estavam abertos para escutar o mistério. Deste modo compreenderam tudo, obedeceram à visão e não se rebelaram contra o chamado.

Este é Jesus nascido em Belém: um mistério visível e escondido. Alguém pode se contentar com aquilo que vê exteriormente: uma história, uma máxima, um enigma. É o que acontece quando, em cada narrativa do evangelho, não se vai além do Cristo da história. Mas, se os olhos e ouvidos estão abertos, Cristo e seu nascimento assumem um outro significado, inatingível, que nenhum livro ou mente podem conter; Cristo se transforma no mistério contido nas suas parábolas do reino: uma fonte de visão que satisfaz sem limites, uma fonte de compreensão e de sabedoria acima de qualquer raciocínio. É o grão de trigo - como disse de si mesmo e isso numa das parábolas do reino - que contém o mistério da morte e ressurreição e o mistério da fome e da saciedade.

Tudo isso para dizer que a preocupação de Cristo em explicar o reino de Deus estava motivada no fato de que assim revelava a si mesmo e explicava seu nascimento. Se nós passarmos por todas as parábolas e as penetrarmos com profundidade no Espírito, descobriremos muitíssimas coisas a respeito de Cristo. Quando o Senhor enviou seus discípulos a pregar, no próprio modo de conferir-lhes autoridade mostrou o alcance da ligação existente entre reino e Cristo: Ide e anunciai o reino, Vós sereis minhas testemunhas, Quem vos acolhe a mim acolhe, e quem me acolhe, acolhe aquele que me enviou. Aqui Cristo põe-se como centro do anúncio do reino. É verdade que o reino é o reino de meu Pai, mas Eu sou o caminho e ninguém vem ao Pai a não ser por mim. Quem nega o Filho também não possui o Pai.

VI.6 O Cristo menino revela os mistérios do Reino

É verdade que o reino de Deus é poder, mas o Cristo nascido em Belém revela como este poder de Deus seja iluminante, calmo e humilde.

É verdade que o reino de Deus é um sistema, uma organização, uma lei, mas o Cristo nascido em Belém revela o amor, a compaixão, a humildade e o sacrifício de si em um coração dado para fazer explodir as forças deste sistema, desta organização e desta lei.

É verdade que o reino de Deus é o poder logicamente supremo e a autoridade divina absoluta, forma de governo celeste e decreto divino, mas aquilo que aconteceu em Belém nos revela que o reino de Deus, apesar de toda a sua tremenda superioridade celeste, não é mais estranho à nossa raça, nem inacessível à vista, nem difícil de ouvir. O milagre eterno aconteceu, o prodígio que ultrapassa a lógica humana realizou-se e os céus anunciaram a mensagem: Hoje na cidade de Davi nasceu para vós um salvador, que é o Cristo Senhor. Isto vos servirá de sinal: encontrareis um menino envolto em faixas, deitado numa manjedoura (Lc 2, 11-12).

O Cristo recém-nascido na manjedoura revela-nos a outra face do reino e como é possível que em grande simplicidade e humildade, na suprema benevolência divina, a salvação tenha sido levada à realização nesse reino.

VI.7 A simplicidade de Cristo recém-nascido e o Reino

A manifestação do reino como poder e organização. Como sistema e autoridade na pessoa de Cristo, demonstrado na humildade de seu nascimento em Belém, dá-nos um sentido penetrante do reino. Como disse o próprio Cristo, com palavras muito claras: Aproximou-se de vós o reino dos céus, O Senhor está próximo. Realmente, devemos nos conscientizar de que o menino que está diante de nós em Belém é de uma simplicidade extrema: podemos conquistar sua simpatia com amor, do mesmo modo que podemos abraçar e beijar um bebê. Esse é o modo escolhido por Deus para representar a proximidade e a simplicidade do reino dos céus. Ou melhor, é na extrema simplicidade que o reino se tornou próximo e agora é possível alcançá-lo, graças ao nascimento de Cristo naquela acessibilíssima estrebaria, ao invés de nos palácios dos reis, rodeados de muralhas e de portas aferrolhadas, e guardadas por servidores e mordomos.

Creio, sinceramente, que todos aqueles que experimentaram o dom celeste e se tornaram partícipes do Espírito Santo, experimentaram também a boa palavra de Deus e as maravilhas do mundo futuro (cf. Hb 6,4-5). Eles percebem claramente a verdade desta afirmação, e com que liberalidade o dom celeste foi dado, e com que facilidade se pode alcançá-lo. Como diz a Escritura: O reino dos céus sofre violência, e os violentos tomam posse dele (Mt 11,12). Do mesmo modo como podemos abraçar um recém-nascido, assim podemos possuir o Espírito Santo em nossos corações.

VI.8 O Reino de Cristo à nossa porta

Olhemos de perto, e calmamente, nos olhos do menino Jesus envolvido em faixas e deitado na manjedoura: em seus olhos podemos ver a outra face da natividade, podemos ver o reino em toda a sua altura e profundidade. Nós o olhamos e ele nos olha com extrema simplicidade e benevolência. Toma nos braços o menino Jesus e sentirás como é leve o reino, mesmo que seja um jugo para levar e um fardo para carregar.

Se, verdadeiramente, queres crer que o reino de Deus está personificado em Jesus Cristo, ouve as palavras do próprio Senhor, que unem o reino à sua pessoa. Ele fala do discípulo que abandonou tudo por causa de mim e do evangelho (Mc 10,29), e é óbvio que o evangelho é o anúncio do reino. Os discípulos estavam absolutamente conscientes da realidade desta união entre reino e Cristo. O evangelista Lucas escreve claramente: Quando começaram a crer em Filipe, que levava a boa nova do reino de Deus e do nome de Jesus Cristo, homens e mulheres se faziam batizar (At 8,12).

VI.9 O Reino visível e o Reino escondido

O Senhor se referia a essa realidade em sua profundidade, quando dizia aos discípulos: O reino de Deus está no meio de vós (Lc 17,21), e quando dizia a Pedro: Eu te darei as chaves do reino dos céus (Mt 16,19). Esta promessa estava em relação com a confissão de Pedro: Tu és o Cristo, o Filho do Vivente ((Mt 16,16): a fé em Cristo é a chave do reino, de acordo com as profecias que se referem à chave da casa de Davi (cf. Is 22,22; Ap 3,7).

Mas, a verdade do reino escondido era obscura para muitos, como para as mulheres simples que habitualmente serviam a Jesus; a mãe dos dois filhos de Zebedeu, por exemplo, que esperava a ocasião propícia para pedir ao Senhor que seus dois filhos se sentassem, um à sua direita e outro à sua esquerda no seu reino!

A sensação do reino iminente ou a expectativa de que o Senhor se revelaria imprevistamente no seu reino não era estranha à atmosfera na qual viviam todos os companheiros de Cristo. O poder de Cristo já era a manifestação do reino de Deus e, deste modo, o reino se tornava sempre mais próximo a cada milagre, até se tornar parte integrante de sua consciência. Os discípulos acabaram por se convencer de que estava iminente sua realização, e ficaram de tal modo entusiasmados com relação a ele, que ficaram num estado impaciente, às vezes também de tensão: Eles acreditavam que o reino de Deus devia se manifestar a qualquer momento (Lc 19,11). Assim, Cristo começou a ensiná-los em parábolas que ainda restava um longo caminho a percorrer antes de ele retornar, e que devia transcorrer ainda muito tempo antes que o reino se manifestasse: Um homem de estirpe nobre partiu para um país distante, para receber o reino e depois retornar (Lc 19,12).

Essa percepção da salvação iminente e do surgimento do reino de Deus na revelação do reino visível de Cristo contagiava todos os discípulos e o povo em geral, durante os últimos dias terrenos do Senhor, a ponto de a multidão, uma semana antes da crucificação, pôr-se a gritar: Hosana! Bendito aquele que vem em nome do Senhor! Bendito o reino que vem, de nosso pai Davi! Hosana no mais alto dos céus! (Mc 11, 9-10).

VI.10 O Reino de Deus vem com poder

Mas, os gritos da multidão aconteceram exatos cinquenta e sete dias antes do dia de Pentecostes. A descida do Espírito Santo dos céus com poder realizou o reino, mesmo que apenas parcialmente visível. A salvação desceu do alto, Cristo é revelado como salvador e redentor, e o reino de Deus se torna uma realidade interior que encheu os discípulos e os fez falar em todas as línguas a todas as nações chamadas à salvação.

Essa realização do reino pelo poder do Espírito Santo no dia de Pentecostes é aquilo a que se refere Cristo quando diz: Há entre vós alguns que não morrerão antes de ter visto o Filho do homem vir no seu reino (Mt 16,28).

Já vimos os anjos anunciarem a aparição do mesmo reino de outro modo, mais profundo, no momento do nascimento de Cristo em Belém. Os anjos usavam as mesmas palavras cantadas pelos meninos no domingo de Ramos, enquanto proclamavam aos exércitos celestes: Glória a Deus no mais alto dos céus e paz na terra, benevolência aos homens, deste modo unindo o reino de Deus nos céus com sua aparição na terra. Este grito dos anjos coincide misteriosamente com o canto das crianças: Hosana no mais alto dos céus! Bendito o que vem em nome do Senhor! Bendito o reino de nosso pai Davi, reino que vem no nome do Senhor!

VI.11 O louvor dos Anjos é um hino teológico

Neste momento, é muito importante termos consciência daquilo que os anjos queriam dizer unindo a glória de Deus no mais alto dos céus com a paz e a benevolência na terra. Não é, talvez, a realidade da encarnação, o mistério escondido no outro aspecto do nascimento de Cristo na estrebaria? A união entre o céu e a terra, entre visível e invisível, entre Deus e o homem, é a realidade da natividade. É a autêntica manifestação do reino de Deus entre os homens: Emanuel, que significa “Deus conosco”!

O hino dos anjos não é um simples canto nem uma antífona festiva: é uma declaração teológica e uma revelação do verdadeiro significado do mistério de Cristo, angelicamente expresso num canto de louvor.

Damo-nos conta de que, apesar da encarnação do Verbo, o Filho unigênito de Deus, do seu tornar-se homem ou, como diz Paulo, do seu habitar corporalmente em toda a plenitude da divindade (cf. Cl 2,9) e da manifestação de Deus na carne (cf. 1Tm 3,16), apesar disso, percebemos no canto dos anjos que a união não aboliu o céu e a terra. Pelo contrário, continua-se a render glória a Deus no alto dos céus enquanto, ao mesmo tempo e pela mesma razão, a plenitude da paz e da benevolência desce à humanidade. De fato, a união acontecida na pessoa de Cristo não abole nada, mas, com a sua humildade, assim como a nossa paz e a nossa felicidade, desceu numa terra plena de fadiga e sofrimento. Este é o significado do reino e de sua manifestação: que nós

podéssemos adquirir na terra a plenitude do plano de Deus e o seu celeste beneplácito. É também a substância da oração que o Senhor ensinou aos seus discípulos, para que meditassem nisso cada vez que rezassem: “Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu”.

Como Cristo tinha unido em si mesmo a vontade do Pai e a vontade da humanidade e a fizera sua única vontade, estava em condição de conceder-nos a grande graça em virtude da qual, de nossa parte, nos tornamos capazes de fazer a vontade de Deus em nossa vida terrena e de receber o corpo e o sangue e, na medida da intensidade de nossa prece, o reino de Deus do qual continuamos a invocar a vinda.

Se retornamos ao louvor dos anjos: Glória a Deus no mais alto dos céus e paz na terra, benevolência aos homens, nele descobrimos uma promessa segura de que a oração: Pai nosso, que estás nos céus... que rezamos a cada dia, será ouvida, mas sê-lo-á em nosso Senhor Jesus Cristo. Exatamente como os anjos cantavam e proclamavam que, por causa do nascimento de Cristo em Belém, deu-se glória a Deus no mais alto dos céus e foi concedida paz na terra e benevolência a todos, assim, diante do mistério da encarnação de Cristo, suplicamos com confiança: Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.

Voltemos o olhar a Cristo menino nascido numa estrebaria. Meditemos a simplicidade e a humildade de seu ingresso no mundo porque, graças a isso, estamos em condições de abrir uma passagem em direção ao outro versante desse nascimento maravilhoso, e ver Deus. Estamos em condições de aceitar o mistério da vontade de Deus e o mistério do reino que agora está ao nosso alcance, do mesmo modo como aquela criança mansa que jaz na manjedoura.

VII. O Batismo: criados para a Vida

VII.3 O aparecer do Espírito Santo na forma visível e corpórea de uma pomba

Todos os anos, na festa da Epifania, o batismo de Cristo na água e a descida do Espírito Santo sobre ele são, para nós, motivo de contemplação, exortação e ensinamento. Limitando-nos a uma das múltiplas dimensões espirituais desta festa, fixemos a atenção no vasto campo do confronto entre o homem e o divino, iniciado pelo Gênesis e continuado até chegar à fonte batismal.

No princípio Deus criou o céu e a terra. A terra era informe e deserta e as trevas cobriam o abismo (notai aqui que a palavra trevas é sinônimo de informe e deserta) e o Espírito de Deus pairava sobre as águas. E Deus disse: Faça-se a luz (Gn 1,1-3).

Tem início aqui nossa contemplação, e logo atinge o coração do argumento: estamos diante dos elementos da criação espiritual da água e do

Espírito. Olhemos o que diz o apóstolo João: Se alguém não nasce da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus (Jo 3,5). É aqui na terra que se encontra a porta aberta que conduz ao reino de Deus. E tudo isso acontecia antes da criação de todas as coisas materiais, incluído o homem antes de sua queda e de sua morte. Assim, em seu grande desígnio, Deus onipotente cuidou não só do retorno do homem, mas também de sua segunda criação, a que o deixa em condições de entrar no espaço de Deus.

Ele nos escolheu em Cristo antes da criação do mundo (Ef 1,4). Na realidade, é esta a visão global compartilhada por todos os cristãos. Não há crescimento no pensamento de Deus, nem Deus percorre junto com o homem as etapas de seu desenvolvimento, ou corrige ou muda seus próprios desígnios de acordo com a realidade do homem, como às vezes nos parece por causa de nossa miopia espiritual. Não. Deus é o mesmo ontem, hoje e sempre. Ele é perfeito e a sua perfeição inclui seu pensamento, sua vontade e toda a sua ação com relação ao homem, de Adão até o fim dos tempos. O homem se ergue e cai, mas Deus é Deus e está acima das vicissitudes que agitam a cena humana.

Antes de tudo, o que nos chama a atenção é o fato de que a criação espiritual do homem foi preparada por ele antes que ele aparecesse na carne, antes de sua queda. Não é maravilhoso? Ele nos salvou e nos chamou com uma vocação santa, não por causa de nossas obras, mas segundo seu propósito e graça; graça que nos foi dada em Cristo Jesus desde a eternidade, mas que somente agora foi revelada com a manifestação de nosso salvador Jesus Cristo, que venceu a morte e fez resplandecer a vida e a imortalidade por meio do evangelho (2Tm 1, 9-10).

Certamente que o mundo não aceita com facilidade semelhante afirmação, ao menos na mesma medida com que aceita quem creu e realmente nasceu da água e do Espírito. Alguns afirmam que o homem existe para morrer, e à acusação feita a eles de demonstrar assim fraqueza e resignação, respondem que a morte e o fim devem ser aceitos com coragem. Que ilusão e que ruína! Outros dizem que o homem é uma criatura imperfeita que busca colocar em si mesmo a perfeição, ou que o homem se esforça para dotar-se de uma existência absoluta para se livrar da imperfeição. Mas eles não se dão conta de que toda a história contradiz esta afirmação, e esquecem a realidade do pecado de Adão.

Mas, retornemos àqueles que nasceram da água e do Espírito, àqueles que, como nós, não só eram imperfeitos, mas também estavam perdidos no pecado, mortos na culpa e no pecado, mas que foram feitos reviver em Cristo por Deus e que nele agora procuram alcançar a vida eterna. Em nossa meditação, devemos retornar ao Espírito de Deus que paira sobre a superfície do abismo, sobre a água e a terra que são desertas e informes. Estamos aqui diante do mistério da criação espiritual, mesmo ainda não existindo nenhuma espécie vivente. Por quê? Porque existe um deserto, um vazio de fertilidade - seja-nos permitida essa expressão -, existe um vazio de palavra de Deus.

Buscando resumir as fases da história do início do Gênesis - a partir da criação do homem sobre a terra - vemos suceder-se a fase da desobediência, da queda, da morte, da expulsão e então chegamos à essência da festa de hoje, a Epifania, a descida de Cristo no Jordão acontecida neste dia, e na qual vemos a palavra de Deus, o elemento portador de fecundidade, iniciar sua obra situando-se diretamente entre o Espírito de Deus e a água. Eis que faz sua aparição a “palavra de Deus” viva e eficaz - o Logos, o Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade - e se coloca entre a água e o Espírito enquanto Deus dá início, para o homem, a uma nova criação através do Messias, à imagem e semelhança de Cristo. Aqui Jesus é criador, o chefe de uma humanidade espiritual, um pai fecundo que conduz muitos filhos à glória (Hb 2,10).

VII.1 O Batismo de João

Mesmo tendo presente a rapidez com que tratamos um tema assim amplo, não podemos deixar em silêncio o batismo de João: foi-nos explicado como batismo somente de água e em vista do arrependimento e, na verdade, o Espírito Santo está ausente. A única realidade presente é a água, o antigo elemento de purificação, apto para tornar pura a primeira criação, a da terra, e que assim prepara, através da confissão dos pecados e das culpas, para a nova criação espiritual. Esta acontece agora por meio de algo diverso, um elemento purificador muito superior à água. Esse elemento de purificação espiritual e superior, por sua natureza semelhante a um fogo que refina, é o Espírito Santo! Operando na primeira criação, dela afastou os elementos de corrupção, pecado e destruição, conduzindo-a a um estado de pureza divina, de criação espiritual capaz de acolher através da água e do Espírito o elemento de fecundidade, a Palavra, o Logos, de forma a podermos ser gerados de Deus segundo o modelo de Cristo e nele, da água e do Espírito.

Observai bem este ponto. Graças à narração do Gênesis, graças à Epifania, ao Espírito Santo e ao Messias, foi-nos revelado que o homem é uma criatura destinada à vida. E o que é a morte, através da qual todos devem passar, senão uma preparação àquela vida em que não mais haverá a morte? De fato, o decreto divino na eternidade é anterior à queda e ao castigo! O reino de Deus foi preparado para o homem antes ainda que o homem fosse criado: Vinde, benditos de meu Pai, recebei em herança o reino preparado para vós antes da fundação do mundo (Mt 25,34).

Consequentemente, esse resultado, essa realidade do conceito de batismo, em si mesmo, não está limitado ao elemento da água capaz de extinguir a sede e dar a vida. Ela é também um elemento de esperança que não deve e, de fato, não pode ser destruído por nenhuma filo, porque é uma verdade de que vivemos, não algo que desejamos. A vida eterna já agora nos invade e através do Espírito nós vivemos no reino.

VII.2 Os céus se abriram

Falamos do batismo de Cristo no Jordão e reconhecemos que o momento da descida de Jesus na água e da vinda do Espírito Santo inclui a integração destes elementos eficazes para uma nova criação espiritual: a água, o Espírito e a Palavra. Considerando este momento em que Cristo é criador e chefe da nova criação, percebemos um fenômeno estreitamente ligado a essa verdade e que traz algo de muito estranho: apenas Jesus entrou no rio, os céus se abriram. O que significa tudo isso?

Na realidade, este é um fenômeno estranho e nós encontramos um paralelo exato quando Jesus morre a sua morte expiadora na cruz por amor do mundo. Também ali nos é dito que o véu do templo se abriu: a tenda que separava a presença de Deus do homem - também daqueles em condição de pureza, os sacerdotes, - o véu que dividia o Santo dos santos do Santo, abriu-se de alto a baixo. Isso significa que o próprio Deus, por intermédio da morte de Jesus, retirou a tenda que se colocava entre ele e a humanidade! O mundo inteiro foi reconciliado com o Pai por meio de seu Filho que morreu pelos pecados do mundo inteiro!

Aqui no Jordão, no batismo de Cristo, vemos os céus se rasgarem, revelando a presença eterna de Deus e dando o sinal de uma maravilhosa união estabelecida não só entre as coisas do céu e as da terra, mas também entre Deus e o ser humano. E tudo isso na pessoa de Cristo! Este é meu Filho amado, no qual pus a minha complacência (Mt 3,17).

Temos aqui uma indicação segura de que a tenda que escondia o Pai celeste do homem, esse homem agora batizado no Cristo Jesus, foi retirada de uma vez por todas e com um alcance cósmico. É como se o caminho da terra para o céu fosse aberto através do rasgar-se dos céus sobre a superfície da terra. E, na verdade, o que é a descida do Espírito Santo se não o dom de novas asas divinas, asas do amor divino pertencentes a Jesus Cristo, ofertadas agora para recriar o homem - este homem nascido da água e do Espírito - e para permitir-lhe voar, pairar no céu de Deus com a liberdade dos verdadeiros filhos?

Assim, exatamente no momento em que nesta terra de dor se fundiam ao mesmo tempo os elementos da criação espiritual superior, a água, o Espírito e a Palavra, os céus se abriram, proclamando que o reino dos céus, instituído para o homem, tornara-se uma realidade comprovada, uma realidade que aguardamos e esperamos.

Também ouvimos uma voz do alto que anuncia a nova aliança, levada agora à realização: o Pai entrega seu Filho ao mundo para reconciliar todas as coisas e assim reconduzi-las a si.

VII.3 O aparecer do Espírito Santo na forma visível e corpórea de uma pomba

Também este acontecimento e sinal penetram profunda e diretamente no coração do conceito de nova criação espiritual, realizada por nós por Cristo através do maravilhoso mistério no qual ele aparece como o criador de uma humanidade espiritual, como o chefe de uma nova descendência para Deus Pai. O aparecer da pomba tem um paralelo nos dias do dilúvio, quando a água era um instrumento de morte. Naqueles dias, a água se uniu à vingança, e a cólera de Deus a invadiu, pois deveria ser um instrumento para trazer a morte e destruição. E o aparecer, na conclusão desta experiência amarga na história humana da pomba que retorna trazendo no bico um ramo arrancado de uma oliveira, fruto de um mundo que foi atingido pela maldição da destruição, é símbolo do fim da cólera divina e o início da benevolência de Deus.

Aqui, em seu paralelo, vemos a descida do Espírito do céu em forma corpórea de pomba e há nisso uma finalidade bem precisa. A forma de pomba não é a única utilizada como símbolo do Espírito Santo, para expressar a imagem dele: em Pentecostes, de fato, vemos o Espírito Santo assumir a forma de uma chama de fogo. Por isso, o aparecer do Espírito Santo nesta forma - semelhante a uma pomba - era um sinal divino de que, nesta circunstância, a água continha um elemento de vida divina, coincidente com o surgimento de uma nova criação espiritual, preparada para a humanidade. É como se todo o arco da história humana, de Adão a Jesus Cristo, tivesse sido um constante dilúvio. E então, graças à aceitação da Palavra encarnada de descer na água, e ao ter sido constituído chefe da nova criação por obra do Espírito Santo, a vida do homem com Deus ganhou existência e se tornou uma realidade eterna.

Ainda uma vez emerge com extrema clareza que a vida dada ao homem por Deus é, na verdade, do início ao fim, uma vida para a vida. Cristo está vivo para sempre!

E essa vida é acompanhada pelo canto silencioso, glorioso e divino, entoado pelo Espírito Santo - descido do céu como pomba - e por Deus, cuja voz vibra de alegria. Somente os corações crentes sabem como interpretar, como dar expressão a esse canto silencioso: é, de fato, a vida nova que transborda de paz! É um canto reservado aos corações humildes que foram feitos participantes, e que a cada dia participam do poder deste nascimento, estabelecido pelo alto, nascido da água e do Espírito, acompanhado pela luz da Palavra e da benevolência do Deus Altíssimo. Assim, na descida de Cristo ao Jordão, o pairar do Espírito Santo sobre ele e o som da voz de Deus nos céus, encontram a própria expressão eclesial na festa da Epifania. A aparição do Pai, do Filho e do Espírito Santo é verdadeiramente a consagração do primeiro batismo acontecido na terra no nome da Trindade: é um início eficaz que não poderá ter fim antes do fim dos séculos, pois esse nascimento do homem é um nascimento novo dado por Deus! Vem do alto: é espiritual e destinado à vida eterna.

Deste modo, uma terra castigada pelos espinhos, pela dor e pela maldição, uma terra estéril que nutre o homem de sofrimentos até a morte, uma terra que põe o homem no mundo com a finalidade real de matá-lo e depois o deixa à mercê do tempo para contaminá-lo com seus pecados, uma terra na qual as mãos que trazem a dor o sepultam diariamente no abismo de sua maldição, exatamente essa terra, vista com os olhos da Igreja e através da fonte batismal, tornou-se um novo ventre celeste que gera uma nova descendência para Deus, para a paz e para a vida eterna.

VIII. A justiça da humildade

*«Deixa por agora, pois convém que cumpramos a justiça completa»
(Mt 3,15)*

O cristão deve constantemente passar de uma fé expressa com palavras a uma fé expressa com a experiência. Na noite de Natal, o Cristo menino mostrou-nos uma nova oportunidade, um novo poder do qual extrair uma renovação ou, mais ainda, uma cura para o orgulho de nosso espírito que, com os anos, tornou-se árido e viu as próprias chagas tornarem-se fétidas. Na festa de Natal, abriu-se diante de nós uma porta que conduz a uma nova vida de vizinhança com Cristo na sua infância, vizinhança que nos prepara para entrar no reino, segundo a condição colocada pelo Senhor: Se não vos tornardes como crianças, não entrareis no reino dos céus (Mt 18,3).

Na festa do batismo do Senhor no Jordão encontramos-nos diante da realização da experiência à qual fomos associados no Natal.

Hoje Cristo, homem de trinta anos, adianta-se, com o espírito de um menino - coisa deveras surpreendente - para ser batizado por um homem, João.

Fazendo-se semelhante a uma criança, Cristo ofereceu à humanidade um fresta ou, melhor, uma verdadeira e própria fonte da qual receber força e inspiração para resolver um problema fundamental: Quem é o maior? É uma pergunta que ninguém pode ignorar; os próprios discípulos caíram nela e Lucas descreve para nós este triste episódio:

Surgiu também entre eles uma discussão: qual deles seria o maior. E Jesus disse-lhes: 'Os reis dos pagãos dominam como senhores, e os que exercem sobre eles autoridade chamam-se benfeitores. Que não seja assim entre vós; mas o que entre vós é o maior, torne-se como o último; e o que governa seja como o servo. Pois qual é o maior: o que está sentado à mesa ou o que serve? Não é aquele que está sentado à mesa? Todavia eu estou no meio de vós, como aquele que serve (Lc 22, 24-27).

Ora, no batismo, inclinando a cabeça sob a mão de João, Cristo ofereceu-nos a solução para um problema ainda mais profundo e decisivo: “Quem é o mais justo?” Afirmar que é mais profunda e decisiva porque a pergunta “Quem é o maior?” está ligada às aparências externas. É possível que alguém evite o problema deixando, na presença dos outros, o primeiro lugar ao irmão, de forma a parecer ele mesmo mais humilde e mais justo. Mas, o obstáculo verdadeiro e o risco maior está na pergunta “Quem é o mais justo?”. O homem, no segredo do próprio coração, louva-se sempre a si mesmo e é-lhe difícil louvar a justiça de um outro. No batismo de Cristo, pelo contrário, vemos esta regra surpreendentemente mudada. Cristo, o mais justo, apresenta-se diante de João, que é absolutamente privado de justiça (isto é, de divindade) e, dobrando a cabeça com humildade, pede que João consinta em batizá-lo.

Estejamos atentos porque, quando Cristo diz: Por ora deixa assim, porque convém que assim cumpramos a justiça completa (Mt 3,15), não está recebendo a justiça de João, mas “cumprindo” toda a justiça em favor de João e de toda a humanidade. Mesmo se, aqui, Cristo parece receber para si a unção do batismo para a justiça, de fato, através do seu batismo, está conseguindo a totalidade da justiça não para si mesmo, mas para todo aquele que segue seu exemplo. Com seu batismo, Cristo traz a justiça em favor da humanidade, a justiça da submissão do maior ao menor. Com esse gesto, Cristo põe no homem uma potencialidade que antes não existia: a possibilidade da submissão do justo a um que é menos justo. Esta submissão deu vida a uma nova justiça que Cristo revelou ao orgulho humano e que definiu como “justiça completa”.

Hoje Cristo oferece o melhor remédio para a doença mais grave: inclinando a cabeça sob a mão de João e dele recebendo a unção batismal, Cristo nos entrega o espírito da humildade ou, para expressar-nos com maior força, o mistério da humildade que compreende a realização da justiça completa”.

Aos olhos de Deus, o povo de Israel se qualificava essencialmente como povo “de dura cerviz” ou “que endureceu o pescoço”. Mas “dura cerviz” em relação a quem? A Deus mesmo! O povo de Israel jamais inclinou a cabeça sob a mão de Deus e não era, certamente, o único povo da terra a comportar-se deste modo. Cristo veio para curar a dureza de cerviz do povo de Israel e do mundo inteiro.

Ele inclinou a cabeça sob a mão de João com simplicidade e submissão, de modo totalmente livre, e deu-nos um bálsamo divino com o qual ungir-nos o pescoço para poder curar o mal do orgulho e receber o mistério de “toda a justiça”. Esse é o bálsamo secreto. O unguento divino e misterioso que, quando usado, recupera para o nosso pescoço a elasticidade da infância e permite-nos inclinar sempre a cabeça com simplicidade, para receber “toda a justiça”.

Cristo apresentou-se a João como alguém que tinha necessidade de ser batizado, é o que se depreende claramente das palavras de João: Eu tenho necessidade de ser batizado por ti e tu vens a mim? (Mt 3,14); isto é: Tu estás vindo a mim como alguém necessitado. Na realidade, Cristo não tinha

nenhuma necessidade de ser batizado, nem necessidade de coisa alguma, muito menos de justiça, contudo, quando se apresentou para o batismo como alguém que tinha necessidade dela e inclinou a cabeça em sinal de obediente submissão, revelou-nos um dos mistérios da realização da justiça. Quando nos dispusemos a fazer um ato de humildade e de submissão, devemos fazê-lo como quem verdadeiramente se encontra em necessidade, não por favor! Cristo revela e faz não aquilo que lhe era conveniente, mas aquilo que é conveniente para nós, à nossa salvação e à realização da justiça em nossas vidas.

Mas, ainda não chegamos ao pleno significado deste inclinar a cabeça diante de João.

Este gesto de Cristo no Jordão, mexe profundamente com nossas consciências: realizando-o, Cristo pôs a nu o nosso orgulho e revelou-nos o quanto estamos longe de compreender e praticar a “verdadeira justiça”. Como é duro para um simples cristão, ou para um padre, inclinar a cabeça para receber a bênção da mão de um seu semelhante! O gesto realizado por Cristo ia além de toda a lógica do bom senso: nele não havia nenhuma culpa, para que tivesse de inclinar a cabeça divina sob a mão de um homem, para receber a unção.

Com essa submissão, que suplanta toda lógica do sacerdócio, Cristo estabelece uma justiça que supera qualquer outra justiça em grandeza, e eficácia, e intensidade. Escolheu o Jordão, no início de seu ministério público, como o lugar mais oportuno para colocar o fundamento seguro no qual legitimar qualquer ministério eficaz: “a cabeça inclinada”. Isso emerge e também é confirmado pelo paralelo que encontramos no gesto realizado por Jesus na noite em que instituiu o mistério da ceia do Senhor, quando se inclinou, até prostrar-se por terra, para lavar os pés a seus discípulos. É como se inclinar a cabeça na submissão e no arrependimento constituísse o gesto inicial de todo mistério divino, batismo ou eucaristia.

O autêntico significado desta verdade emerge se recordamos aquilo que Cristo disse a Pedro quando ele procurava evitar a lavagem dos pés, tendo como inaceitável ficar de pé como um patrão enquanto Cristo lhe estava diante como um escravo a seu serviço; o Senhor o reprovou: Se não te lavo os pés, não terás parte comigo (Jo 13,8). A mesma coisa aconteceu no batismo, quando João procurou subtrair-se à missão de impor as mãos sobre a cabeça de Jesus para batizá-lo na água. O Senhor logo o interrompeu dizendo: Deixa por agora, pois convém que cumpramos a justiça completa (Mt 3,15). A firme insistência de Cristo na absoluta necessidade de assumir, de sua parte, uma determinada posição em relação ao Batista e a Pedro, revela-nos a importância e a seriedade do mistério da humildade e da submissão no servir a igreja no sacerdócio e na vida cristã em geral. É a via mestra para se ter acesso à justiça. Eu vos dei o exemplo, para que, como eu fiz, também vós o façais... Sabendo essas coisas, sereis felizes se as colocardes em prática (Jo 13, 15.17).

A verdade que nós, cristãos, nunca devemos esquecer é que, aqui, Cristo nos revela sem meios termos a autêntica ordem das coisas, para tornar-nos

vigilantes; Cristo rejeita o conceito humano de justiça e o subverte completamente, rejeita e trata com desprezo toda lógica de autodefesa. Depois que Cristo inclinou a cabeça sob a mão de João, não podemos mais perguntar seriamente: “Quem é o maior?”. Nossa dignidade consiste no abandono deliberado e contínuo de qualquer dignidade e no entregá-la a quem nos é inferior. Não podemos mais sustentar reivindicações de primado ou de privilégio porque, aquilo que determina nossa justiça e nossa autêntica liberdade, é o grau do nosso humilhar-se diante da comunidade; nossas ações são dignas de aprovação à medida de nossa renúncia a qualquer pretensão de direito.

A prontidão de João Batista em batizar Cristo foi um ato de obediência e submissão, comparável à humilde e modesta resposta da virgem Maria quando Deus a escolheu para gerar Cristo. A obediência e a submissão de João Batista à ordem do Senhor de batizá-lo prepararam a estrada para Cristo, a fim de que pusesse em prática, com o rito do mistério do batismo, o revolucionário mistério da humildade, a que ele deu o nome de realização da justiça completa. Aqui no Jordão - como mais tarde no lava-pés - o Senhor demonstra o seu posicionar-se, como um escravo, sob a mão de João, para cancelar a vergonha do homem que tinha rejeitado inclinar-se sob a mão de Deus.

Detenhamo-nos ainda uma vez para contemplar como o céu se comove com os gestos de humildade do Senhor Jesus. Quando Cristo nasceu e foi colocado na manjedoura de uma estrebaria, os céus se abriram e o anjo, juntamente com os exércitos celestes, apareceu para anunciar a boa notícia da salvação e para glorificar a Deus. No Jordão acontece a mesma coisa: os céus se abrem, o Espírito Santo aparece em forma visível e a voz do próprio Pai proclama a identidade deste Homem que está inclinando a cabeça diante de João: Este é o meu Filho predileto, no qual pus a minha complacência (Mt 3,17). Acontece assim: à medida em que nós nos humilhamos na terra, Deus se revela a nós e nos glorifica com os anjos do céu.

Notemos também que o Espírito Santo, assumindo a forma de uma pomba, coloca-se sobre Cristo enquanto ele inclina a cabeça. Não aparece como uma língua de fogo, como no dia de Pentecostes, nem semelhante a uma mão robusta como aquela que desceu sobre a cabeça dos profetas do Antigo Testamento; para aparecer, o Espírito Santo escolhe a forma mais em sintonia com quem deve recebê-lo. Deste modo, o Espírito escolhe a forma de uma delicada pomba para revelar a natureza do coração de Jesus: um coração manso, amoroso e humilde.

Quanta necessidade temos, ainda hoje, da mansidão de coração de Jesus que se inclina diante de João com simplicidade, humildade e submissão! O Espírito Santo poderia descer sobre nós sob a forma de pomba e fazer-nos mais próximos ao Cristo do Jordão e unir os nossos corações àquele coração manso e humilde!

Na natividade, tomamos a mansidão da infância como modelo para viver cada momento em preparação à entrada do reino dos céus. No Jordão,

tomamos a cabeça inclinada de Cristo como modelo para preparar-nos para viver em humilde companhia do Espírito Santo e uma vocação para realizar no mundo.

Como Cristo nos estimula a retornar a ser e a permanecer sempre como crianças, para poder entrar no reino dos céus, assim nos exorta a sermos mansos como pombas. Esta é a unção de que temos necessidade para desenvolver o nosso serviço e para viver no mundo. Cristo está sempre pronto para dar-nos o espírito de humildade de uma criança, segundo a sua estatura em Belém, e o espírito de humildade de uma pomba, segundo a estatura no Jordão: assim estaremos preparados externa e internamente para alcançar a plena estatura de Cristo.

IX. Quaresma: o arrependimento

A humanidade alegrou-se com os primórdios da fé e foi reavivada pelo martírio como selo da fé: agora espera ainda uma época de arrependimento que será uma das eras espirituais mais florescentes e não menos alegre e produtiva em comparação com as épocas precedentes, isso, com a condição de que o arrependimento seja vivido autenticamente.

O arrependimento não é outra coisa que uma segunda vitória da fé e um novo testemunho. O retorno à fé acolhida anteriormente é uma alegria quase maior do que a primeira adesão. Pensai na viúva depois que encontrou a dracma perdida (Lc 15,8-10); pensai no pastor que se alegrava mais por ter reencontrado a sua ovelha perdida do que pela certeza de possuir as outras 99 no redil (Lc 15,4-7). O Senhor nos ensina que o retorno ao seio de Cristo por um homem que se arrepende, possui uma força e uma honra iguais à alegria de ter um redil completo, isto é, uma igreja inteira.

Deus quis dar ao arrependimento uma dupla honra, de felicidade, de gáudio e de alegria, de modo que um pecador não seja desencorajado ou temeroso de retornar aos braços de Cristo, para que a glória da cruz possa prevalecer sobre a infâmia do pecado e que a mansidão de Deus, sempre disposta a justificar o ímpio, fosse glorificada. Mesmo que um pecador que se penitencia dificilmente possa ser notado pelo mundo, a Bíblia afirma que o céu inteiro acolhe com alegria o arrependimento de um pecador e se alegra quando um homem é justificado. O arrependimento é a maior das obras de que a humanidade possa se glorificar pois, quem se arrepende, está respondendo ao poder de Deus de perdoar e de justificar e obtém, mediante a contrição, o fruto da cruz e a santificação da parte de Deus. Pensai: um homem que se arrepende pode, com a sua contrição, alegrar os céus e o coração de Deus!

Quando os santos perceberam a honra reservada ao arrependimento e à contrição - honra originalmente reservada aos pecadores, aos adúlteros e aos indolentes -, choraram por si mesmos e se submeteram com seriedade e capricho à severa disciplina do arrependimento, como se eles fossem os

indolentes: assim o povo passou a pensar que o arrependimento fosse obra dos santos e a contrição, dos justos!

Quanto a nós, miseráveis, julgamos ser a nossa justiça a introduzir-nos junto de Deus e que a nossa virtude, a erudição, o culto, o zelo nos garantem a comunhão com as coisas celestes. Não percebemos que tudo está nu e descoberto aos seus olhos e a ele devemos prestar contas (Hb 4,13), que não temos nada de bom para nos aproximarmos de Deus: Ninguém é justo, nem um só (Rm 3,10), e que como pano imundo são todos os nossos atos de justiça (Is 64,5).

Se apenas soubéssemos que Cristo veio para justificar o ímpio (Rm 4,5) e para chamar de minha amada aquela que não era amada (Rm 9,25); se apenas estivéssemos seguros disso, renunciaríamos, imediatamente, a toda a nossa justiça, a toda a nossa falsa piedade, a toda ostentação forçada e, no mesmo instante, as abandonaríamos como coisas ímpias e não julgaríamos os nossos pecados como demasiadamente grandes para serem lavados pelo sangue de Cristo e a nossa impureza como uma carga demais pesada para o seu amor.

Não é nossa função justificar os ímpios, nem podemos fazê-lo: essa é uma ação divina, uma capacidade sobrenatural que permanece incompreensível para nós. É a riqueza do céu que foi derramada com o sangue de Cristo em nossos corações; é a riqueza do dom e da generosidade total; é a benevolência de Deus unida a uma compaixão e amor superabundantes, a ponto de se superar e não ter piedade de si mesmo, mas se imolou na cruz em favor da miséria dos pecadores.

Justificar o ímpio é um ministério divino, um dos mais profundos mistérios da salvação. Seria suficiente, para nós, acreditar que Deus é capaz de justificar o ímpio: essa nossa fé seria considerada justiça por si mesma, sem levar em conta que nos tenhamos aproximado de Deus como pessoas ímpias, convictas de dever ser justificadas em virtude do poder de Deus de justificar e santificar; se isso acontecesse, nos aprofundaríamos imediatamente no incompreensível mistério de salvação.

Jesus Cristo veio ao mundo para salvar os pecadores! Sim, o pecador! O pecador nada mais é do que um monte de imundícia unida à luxúria, malvadeza, vaidade e à dolorosa experiência da dissolução. Exatamente o pecador, repugnante a si mesmo e aos outros, é o motivo da vinda de Cristo ao mundo.

O pecador que, por causa do pecado, sente dentro de si a falta absoluta da luz da vida e da comunhão dos santos, exatamente ele é o amigo que Jesus convidou à mesa e que foi procurar ao longo dos caminhos; é ele o amigo ao qual foi pedido ser convidado às núpcias de Cristo e o herdeiro de Deus. Deus prometeu-lhe não recordar nenhum de seus pecados, mas deixá-los cair no esquecimento, do mesmo modo que uma nuvem de verão é absorvida pelo esplendor do sol. Por acaso, não foi por ele que Cristo crucificou-se a si mesmo e suportou a miséria e o abandono?

O maravilhoso poder de Cristo, Deus que redime e ama até a morte, absolutamente não pode ser percebido ou experimentado se não na pessoa do pecador prostrado por terra e repudiado por todos. Sem o pecador, não temos condições de compreender o amor de Cristo, calcular sua profundidade e nem esse amor divino pode manifestar-se numa ação que revele a qualidade extraordinária dele.

O amor divino alcança o máximo valor aos nossos olhos quando conseguimos conhecê-lo em sua bondade para conosco no momento em que afundamos numa condição miserável.

Por amor ao pecador foram revelados os mistérios do amor de Deus e foi-nos aberta a riqueza de Cristo, riqueza oferecida gratuitamente - nem ouro nem prata podem adquiri-la. Como é grandiosa a pobreza do pecador! Somente a extrema miséria do pecador faz jorrar, de fato, a riqueza de Cristo, com uma confiança semelhante àquela de uma criança faminta que suga o leite do peito da mãe.

Cristo jamais enriquece quem é rico, mata a fome de quem está saciado, justifica quem é justo, redime quem confia em si mesmo, ensina a um erudito! Sua riqueza é somente para o pobre e o necessitado, para quem foi rejeitado, é desprezível e derrotado aos próprios olhos; o alimento abundante de Cristo é para o faminto, sua justiça para os pecadores, seu braço forte para quem caiu, sua sabedoria para as crianças e para quantos se consideram pequenos. Todo aquele que é pobre, faminto, pecador, caído ou ignorante é hóspede de Cristo.

Cristo desceu da glória de seu reino à procura daqueles que estão no abismo profundo, que atingiram o grau máximo de miséria, de perdição e de obscuridade abominável, daqueles que não têm mais esperança em si mesmos. Neles se manifesta o seu poder de ação e a potência do seu ser Deus quando seu amor imolado se precipita para libertar o pecador do pântano e do esterco e se apressa em aspergir e lavar com o divino sangue todo membro contaminado. Em pessoas desse tipo é glorificada a justiça de Deus; nelas encontra-se um terreno para a compaixão, a misericórdia e a ternura, e nas almas daqueles que são desprezados e descartados a sua humildade encontra conforto pois, no ser condescendente para com eles, encontra uma obra digna de sua mansidão.

Ó, se ao menos os pecadores soubessem ser a obra de Deus e a alegria de seu coração! Somos obra de suas mãos (Ef 2,10). Se o pecador estivesse seguro de que a sua condição aos olhos de Deus sempre esteve entre as preocupações do Onipotente e foi levada em conta desde a eternidade, e que a mente divina no curso dos séculos se preocupou com o seu retorno, e que os céus e tudo o que contém estão à espera de sua conversão, jamais se envergonharia de si mesmo, nem desprezaria a própria possibilidade de conversão, nem retardaria sua volta.

Se o pecador ao menos soubesse que todas as suas transgressões, culpas e enfermidades nada mais são do que o motivo da compaixão, da remissão e

do perdão de Deus e que, por maiores e atrozes que possam ser, jamais poderão entristecer o coração de Deus, extinguir-lhe a misericórdia, impedir - nem mesmo por um instante - o seu amor! Se o pecador apenas soubesse isso, jamais se agarraria a seu pecado ou procuraria, no isolamento de Deus, um véu para impedir sua vergonha de contemplar a face de Cristo, face que está procurando demonstrar-lhe o amor que nutre por ele e que o está chamando!

O pecado não tem mais o poder de separar o homem de Deus.

Pois bem, justifiquemo-nos, diz o Senhor. Se vossos pecados forem escarlates, tornar-se-ão brancos como a neve! Se forem vermelhos como a púrpura, ficarão brancos como a lã! (Is 1,18)

Deus é assim, sempre condescendente conosco; ele sabe como o pecado enfraquece o coração do pecador e o prostra num estado de vergonha mortal, constrangendo-o não a procurar Deus, mas a esconder-se, privando-se assim da vida; por isso, Deus mesmo toma a iniciativa de insistentemente chamar o pecador e convidá-lo para juntos discutirem.

O pecador pensa que o pecado o impede de procurar Deus, mas é exatamente para isso que Cristo desceu à procura do homem! Por acaso Deus não assumiu a carne do homem para curar-lhe a doença, para redimi-lo do pecado que reinava sobre ele e para fazê-lo ressurgir da maldição da morte? O pecado não tem mais o poder de separar o pecador de Deus depois que ele enviou seu Filho e pagou o preço - o preço total do resgate - na cruz. É o temor do pecador, sua vergonha e o seu engano que esconde o lado traspassado de Cristo, no qual o mundo inteiro pôde encontrar purificação muitas vezes!

O pecado não mais tem o direito de existir ou de permanecer em nossa nova natureza: é como uma mancha numa veste, imediatamente lavada, em menos de um piscar de olho, quando o pecador se arrepende e busca a face de Deus.

O pecador não deve procurar qualquer poder autônomo ou algum outro mediador senão o sangue de Cristo para chegar a Deus e encontrar redenção e perdão pois, de outra forma, arriscaria insultar o amor de Deus e sua suprema misericórdia, ou desonrar sua onipotência, sua benevolência ou compaixão. Em todo caso, o pecador pode encontrar auxílio em todos os santos e penitentes da Igreja. Vimos, ouvimos e testemunhamos que a profundidade do perdão de Deus, sua imensa remissão, seu poder de santificar alcançam o máximo poder e grandeza quando quem se arrepende toca o fundo da própria fraqueza.

Existe, também, um pecador falso, que pinta-se a si mesmo como um grande pecador e narra a todos seus inumeráveis pecados, mas dentro de si não os percebe como reais e não provocam nele nenhum tormento ou remorso de consciência. Para uma pessoa assim não existe arrependimento, nem mesmo se cumprisse milhares de obras ou recitasse milhares de preces diariamente: Cristo é um médico experiente, sabe distinguir um verdadeiro paciente de um que pretende sê-lo. Cristo não veio apenas com a água para lavar as sujeiras do

corpo, mas com água e sangue para lavar, antes de tudo, as feridas sangrando pelo pecado que dilaceraram o coração e a consciência de toda a humanidade, para depois revigorar o corpo com doses de seu sangue vivificante, de forma a poder recuperar-se de sua fraqueza mortal, erguer-se e viver.

Quando o profeta Isaías define nossos pecados vermelhos como a púrpura, na realidade se refere ao sangramento do pecado que tinge a vida do homem com a cor da morte. Sangrar sempre joga o homem num estado de desespero e terror, como um apunhalado no coração ou como um assassino com as mãos gotejantes de sangue; são exatamente os responsáveis por semelhantes pecados, pessoas com a consciência ensanguentada, pesada, afligida e desesperada que Isaías convida a conhecer as profundidades do perdão e da misericórdia de Deus. Para esses, Cristo desceu de junto do Pai, para chamá-los à colina do Calvário. Contemplai-o enquanto abre os braços na cruz para revelar a magnanimidade de seu coração que busca aqueles que se perderam e expulsa o desconforto do coração desesperado.

Cristo veio procurar os verdadeiros pecadores, mergulhados na compunção do remorso e do desespero, e não escuta os mentirosos que se proclamam pecadores e se autocondenam diante dos outros, para procurar maior prestígio graças à sua humildade: esses serão elogiados como penitentes, mas na realidade não o são.

Cristo veio para oferecer a liberdade aos prisioneiros, indo procurá-los nas trevas de cavernas ocultas; mas, se não tomaste consciência da escravidão do pecado, de tua escuridão, se ainda não abriste os olhos a seu horror terrificante, como podes olhar nas profundezas? E se não gritas por socorro, como pode o Salvador ouvir tua voz e, como faz, para saber onde estás?

Cristo veio para dar vista aos cegos. Mas, se não descobriste a cegueira de teu coração e não te sentes privado da luz divina, se procuraste abrir os olhos dos outros enquanto tu mesmo estás cego, como pode Cristo fazer-te o dom da vista, e como pode chegar para entregar-te a luz?

A essência do arrependimento é a consciência do pecado, o grito de dor pelo crime e a certeza da ausência de luz.

IX.1 O arrependimento consiste em cair nos braços de Deus

Existe em mim o desejo do bem, mas não a capacidade de realizá-lo.
(Rm 7,18)

Há um terrível obstáculo que impediu a muitos de dar o passo para o arrependimento. Permanece no limiar do arrependimento o pecador que apela à sua vontade, mas não encontra matéria para dar início a uma obra boa que seja: então ele se compara com aqueles que obtiveram misericórdia e perdão, perde a coragem e mergulha num grande desconforto e tristeza, considerando o arrependimento como um dever demasiado cansativo. Isto é cilada do Adversário! Quem disse que o arrependimento consiste em apelar à vontade,

num ato de coragem ou de força, na realização de algum empreendimento? Pelo contrário, o arrependimento não é o cair nos braços de Deus, atirar-se a seus pés sem mais uma vontade própria, com o coração ferido que sangra de tristeza e os membros destruídos pelo pecado e não têm mais força de se reerguer a não ser pela misericórdia de Deus?

Cristo comparou aquele que se arrepende, a um estrangeiro que caiu nas mãos de assaltantes num país estranho. Eles arrancam-lhe as vestes, lançam-no por terra, o humilham e ferem, deixando-o mais morto do que vivo. Quem se arrepende, é como um homem despido da veste de honra pelo demônio; sua vontade é desnudada e seus membros contaminados. O diabo lhe rouba seu tesouro, que consiste na saúde da mente, na luz interior e na voz da consciência: deste modo sua pessoa é humilhada, sua queda posta à luz, sua vontade despedaçada. Por último, o diabo o fere em profundidade com a ansiedade de morrer o mais rápido possível: e deste modo, finalmente, deixa-o na posse de apenas um corpo morto, incapaz de viver. Por isso, o bom samaritano não tem possibilidade de fazer-lhe perguntas ou de admoestá-lo: toma-o imediatamente nos braços.

O bom samaritano da parábola (Lc 10,30-37) é Cristo, e nossa interpretação é extraída exatamente do sinal: Cristo não reprova quem se arrepende, não lhe pede que faça algum gesto, mas vai-lhe pessoalmente ao encontro no local onde caiu, curva-se sobre ele com afeto, lava e enfaixa a ferida dele com a própria ferida, estanca o derramamento de sangue com o derramamento de seu sangue, derrama sobre ele o óleo da sua compaixão e da sua vida, transporta-o nos braços de sua misericórdia, oferece-lhe um transporte até a hospedaria de sua Igreja, pede a seus anjos que o sirvam e gastem sua graça com ele até a cura.

Esse é aquele que se arrepende: um miserável que caiu ao longo da estrada após ter sido atacado pela opressão do homem e a maldade do demônio, e não está mais em condições de fazer nada. Depois que as forças o abandonaram, encontra refúgio na casa do Compassivo, encontra refúgio em seu coração, entre seus braços, em sua montaria e no seu reino.

IX.2 Cristo arrancou o pecado das vísceras do homem

Os filhos se apresentam à saída do seio materno, mas não há força para dar à luz. (Is 37, 3b)

Essa situação, descrita por Isaías, é também a condição do pecador quando está no limiar do arrependimento, numa luta desesperada pela salvação e por uma vida nova. De fato, quando passa a contemplar o passado que o arruinou, chora, e quando deseja o futuro que o espera, desanima, pois se apercebe de que a falta de forças invadiu todo o seu ser e de que não é mais capaz de sair da lama, prisioneiro que é de sua fraqueza. O pecado é como a doença que faz secar as plantas: uma vez tendo atacado uma, não a abandona até que as trevas da morte a cerquem por todo lado. Esta é a natureza do

pecado que se difunde por todo o ser do homem para arrancar-lhe o espírito vital.

O pecado não só nos enfraquece, mas também nos mata. Quando Cristo veio, sabia que estávamos mortos pelas culpas e pelos pecados (Ef 2,1). A pessoa morta por causa do pecado, já tinha sido concebida na iniquidade e, depois de algum tempo, o tormento da morte abateu-se sobre ele. O nascimento no pecado é uma condenação e uma verdadeira morte que o pecador descobre em si. Mas, Cristo arrancou o pecado das vísceras do pecador e deste modo resgatou-nos de uma morte inevitável. Ele ocupou o posto do pecado nas profundidades de nosso ser e tomou corpo em nossa mais oculta intimidade. Foi renovada a criatura que nós somos: depois que a morte dominou sobre nós, agora em nós reina a vida, e o tormento da morte foi substituído pela alegria da vida e da libertação. Cristo submeteu-se à morte para salvar-nos de uma morte semelhante, e prossegue ainda sua obra de salvação. É deveras inacreditável que um homem justo possa morrer em lugar de um pecador, mas Deus não é como o homem. Tudo o que é inacreditável e impossível, Deus o realiza quando demonstra seu amor por nós, morrendo por nós enquanto ainda éramos pecadores (Rm 5,8).

Por isso, o pecado do pecador, sua extrema ignomínia devida àquele pecado latente em seu íntimo, o odor de morte que invade o seu ser por causa da iniquidade da vida precedente, tudo isso foi medido por Deus em seu profundo amor e encontrou uma saída na vinda do Filho de Deus na carne da Virgem; vinda que fez nascer do seio de Maria um fruto de vida no lugar do fruto de pecado, concebido pelo homem.

Ao invés da falta de forças, própria do tormento da morte, de que Isaías fala como de alguma coisa inevitável para o homem, Deus serviu-se do ventre da Virgem com o seu poder infinito, de modo que viesse à luz um homem. Mas, que nascimento: este homem nasceu de Deus!

Ao pecador é pedido ter confiança na obra realizada por Cristo através do nascimento e da cruz, realizadas por causa do pecado, da absoluta falta de forças e da morte de uma pessoa. Outra coisa não se pede ao pecador senão estender a mão como a hemorroíssa (cf. Lc 8,43) e tocar o manto do Salvador. Então tomará consciência de como o poder do Senhor vem-lhe ao encontro, para nele morar. O fluxo de sangue para, a fraqueza se torna força e a morte foge diante da vida!

Por acaso, não estenderás tua mão para receber uma parte desta força e deixar de ser fraco ou morto? Recorda-te disso quando, durante a Semana Santa, exclamas com o coro dos fiéis: Minha força e meu canto é o Senhor, ele me salvou (Ex 15,2; Sl 118,14).

Se queres saber como o poder de Deus pode se derramar em ti, recorda-te de Jericó: seus muros não desabaram sob os golpes das espadas ou da guerra, mas ao grito de vitória no nome do Senhor. Lembra-te, também, de como o

Jordão se abriu sob os pés dos sacerdotes. Este mesmo poder do Senhor está sempre à disposição do fraco e do aflito, de quem está perturbado ou oprimido.

Não sabes, não ouviste? O Senhor é o Deus de sempre, ele cria as extremidades da terra, ele não enfraquece, ele não se fatiga; não há meio algum de sondar a sua inteligência; ele dá energia ao fraco, ele aumenta a resistência de quem está sem forças. Eles enfraquecem, os jovens, eles se fatigam, mesmo os homens de elite tropeçam. Mas os que esperam no Senhor retemperam a sua energia: tomam a envergadura das águias, lançam-se e não se fatigam, avançam e não fraquejam. (Is 40, 28-31)

IX.3 Não existe alternativa além do socorro que vem do alto

Tu me lançaste no abismo no coração dos mares onde a corrente me envolve; todas as tuas vagas e tuas ondas abatem-se sobre mim. Por mais que eu diga: Estou expulso de diante de teus olhos, contudo continuo olhando para o teu santo Templo. As águas me chegam à garganta, enquanto as vagas do abismo me envolvem: as algas se entrelaçam em torno de minha cabeça. Desci às bases das montanhas; para sempre as trancas da terra - da Morte - se fecharam sobre mim. Mas tu me fizeste sair vivo do fosso, ó Senhor, meu Deus! Enquanto meu fôlego está no fim, eu me lembro e digo: Senhor! E minha oração chega a ti, em teu santo Templo. (Jn 2,4-8)

Essa é a situação de tantos que estão dilacerados por pensamentos de remorso por causa de seus pecados, mas permanecem desconfiados em relação à misericórdia de Deus: estão derrotados como um corpo que se afoga, levado embora por um rio de ideias e de fantasias desesperadas; cada vez que procuram reemergir para respirar o sopro da vida, violentas ondas de escuridão mental os submergem e arremessam-nos para longe de sua esperança. Assim, sua alma é destruída sempre mais por preocupações sem fim: é como se o desespero começasse a oprimi-los como um caos oprimente, no qual tristes pensamentos pessimistas chovessem de todo lado. Dúvida, angústia e aflição envolvem suas mentes como a alga marinha envolve o pescoço do afogado, obstaculando-lhe os movimentos, de modo a não mais poder existir salvação.

É uma guerra amarga para o pecador, que se afoga nos tormentos por seus muitos pecados. Quando pensa na salvação, os demônios das trevas se insurgem para a vingança. Nenhuma lucidez, nenhum raciocínio, nenhuma leitura, nenhum conselho de homens sábios pode auxiliar o pecador, pois se trata de uma guerra mental, e a mente se encontra na desgraça da prisão. Não há nenhuma alternativa ao socorro que desce do alto, além da razão, lá do alto,

do Deus que habita no mais alto dos céus: Quando meu fôlego estava no fim, eu me lembrei do Senhor (Jn 2,8).

Àqueles que se arrependem mesmo nas tribulações, anunciamos aquela palavra de libertação que para eles será uma âncora em que confiar, porque retira a alma dos abismos da perdição e guia-a no mundo da luz, da esperança e da paz, no confortável ventre do arrependimento: Todo pecado e toda blasfêmia será perdoada aos homens (Mt 12,31). Bendito é o Deus vivo que antecipadamente conheceu e mediu toda tribulação que devemos enfrentar e toda guerra planejada contra nós. Ele permanece com o ouvido sempre atento para escutar o primeiro gemido de invocação e de socorro: Minha oração chegou até junto de ti, em tua santa habitação (Jn 2,8). Que Deus é semelhante ao nosso Deus, tão próximo à nossa prece, tão atento à nossa súplica? Para nós, Deus é refúgio e fortaleza, socorro sempre perto nas angústias (Sl 46,1).

IX.4 A confiança em Cristo deve ser perfeita como Cristo

Na angústia que me oprime, eu imploro o Senhor: ele me responde; do ventre da Morte suplico socorro: tu ouves minha voz... Por mais que eu diga: estou expulso de diante de teus olhos, contudo, continuo olhando para teu santo Templo... Mas tu me fizeste sair vivo do fosso, ó Senhor, meu Deus!... Quanto a mim, ao canto de ação de graças quero oferecer-te sacrifícios, e cumprir as promessas que faço. Ao Senhor é que pertence a salvação! (Jn 2,2-10)

Quando o inimigo nos persegue, tratando-nos como já perdidos por causa de nossas iniquidades, lembremo-nos da palavra do Senhor que afirmou ter vindo para procurar e salvar o que estava perdido. Quando o adversário nos repete que perdemos a esperança na salvação porque o pecado habita nossas mentes e nossos corpos, recordemo-nos de que Cristo morreu pelos pecadores: O sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado (1Jo 1,7). Quando o acusador nos repreende, dizendo-nos que nos manchamos gravemente e nos tornamos pecadores empedernidos, ímpios, familiares do mal, agarremo-nos então à promessa: Enquanto ainda éramos pecadores, Cristo morreu pelos ímpios no tempo estabelecido (Rm 5,6).

A lógica de Satanás é sempre uma lógica perversa! Se a racionalidade desesperadora utilizada por Satanás conclui que, por causa de nosso ser ímpios e pecadores estamos perdidos, o pensamento de Cristo é que, do mesmo modo que estamos perdidos por causa do pecado e da impiedade, somos salvos pelo seu sangue!

Por isso, a confiança em Cristo, da parte do pecador arrependido, jorra com uma racionalidade que não pode nem ser vencida, nem posta em dúvida. Mas, esta confiança na capacidade de Cristo de nos salvar da condição do mais espantoso desconforto, deve ser uma confiança pura e total em sua pessoa, que não deixa espaço para raciocínios ou discussões com o demônio, que não dê

atenção à fraqueza da vontade e da carne, e que não calcula o estrago nem o preço a pagar. A confiança em Cristo deve ser perfeita como Cristo, segura como Cristo, confiante como Cristo.

Se Cristo veio para salvar-nos, então deve salvar-nos! É impossível que não tenha condições de salvar-nos, porque nossa salvação é obra de Cristo e é impossível que Cristo more em nós e não opere em nós. O credo de nossa fé tem origem, e é constituído, no confessar que somos salvos e nos transformamos naqueles que se arrependem em Cristo, porque nós afirmamos que Cristo veio para salvar os pecadores. E, a partir do momento em que confessamos que somos os maiores pecadores, é inevitável que devemos ser as primícias dos redimidos que se arrependem. Por isso, quando nos arrependemos a cada dia diante dele, fazemo-lo não como os fortes e os justos, mas como os fracos e os ímpios.

Cristo veio para procurar o que estava perdido: e eis-nos aqui, nós, os perdidos que o invocam, os mortos que se rejubilam na sua vida.

IX.5 Veio para colocar-se a serviço dos fracos

Tornei-me como um vaso a ser jogado fora. ... O terror me circunda.
(Sl 30, 13-14)

Minha vida não me dá prazer, não quero viver mais tempo. (Jó 7,16)

O pecado desagrega a vontade, deturpa a personalidade e dissolve a consistência da alma: não ficamos mais em condições de resistir à tirania do vício e à ilusão do pecado.

Realmente, do mesmo modo que o rato apenas surpreendido cai sob as unhas do gato, assim a força do pecador se dissolve à mínima queda no vício; e do mesmo modo que o coração do antílope para à vista do leão e cai morto sob suas patas, assim o pecador se entrega aos maus pensamentos.

Sempre que decide resistir, cai, sempre que promete não repetir o erro o repete, perdendo a confiança em si mesmo. Sua capacidade de fazer o bem chega a tal ponto que ele próprio se olha com escárnio, como se olha um vaso quebrado que deve ser jogado fora. Sua esperança em Deus esvai-se e toda a sua resistência neste sentido se dissolve e torna-se como uma pulga afastada pelo vento, como alguém que não tem esperança no mundo.

É assim que, muitas vezes, o inimigo se agarra à alma e a acorrenta com o medo - medo do próprio pecado - e a arrasta como quer, de um pecado para outro. A alma, incapaz de apresentar qualquer objeção, agora o segue com uma vontade órfã, com uma honra decaída, com sentimentos feridos e com uma consciência perturbada, privada tanto da força para erguer-se quanto do prazer de cair.

Ah, pobre alma! não te lembras de tua primeira criação e daquela de teu Criador? Formou-te à sua imagem em coragem, verdade, santidade e justiça.

Mas, conhece Deus, verdadeiramente, o que acontece com o pecador aprisionado em semelhante pena e angústia? Para ter uma resposta a esta interrogação, ouçamos Cristo que diz: O Espírito está pronto, mas a carne é fraca (Mt 26,41). Mulher... ninguém te condenou?... Nem eu te condeno, vai e de agora em diante não peques mais (Jo 8, 10-11). Queres ser curado? (Jo 5,6).

Nossa fraqueza e nossa miséria eram conhecidas de Cristo desde a eternidade, e ele veio pessoalmente colocar-se a serviço dos pecadores débeis e derrotados. Colocou o seu Espírito Santo como guarda de suas almas, trabalhando dia e noite para expulsar o terror e o medo dos corações dos pecadores, e transformar-lhes o coração em sua morada.

A personalidade que foi desagregada pelo pecado é recomposta pelo Espírito; a alma que foi humilhada pelo demônio - que riu da autoridade dela e anulou-lhe a vontade - é agora tocada pela graça de Cristo e, conseqüentemente, é feita ressurgir, é renovada e revigorada.

Um único olhar a Cristo fez Pedro superar a própria fraqueza e derrota sofrida diante de servos e domésticas, fê-lo retomar coragem e readquirir a vontade, que se tinha quebrado como um vaso de argila, a ponto de sua alma dissolver-se diante da ameaça. No olhar de Cristo, Pedro encontrou a força do arrependimento, graças ao qual recuperou a própria integridade.

Cristo continua a andar em meio aos pecadores, curando toda fraqueza e toda enfermidade da alma. O Espírito Santo está sempre pronto a inundar quem vacila com a força que vem do alto. A graça está presente a cada dia, para oferecer firmeza às mãos trêmulas e aos joelhos cansados. E o amor de Cristo, quando arde num peito contrito, transforma o coração de um covarde no coração de um mártir. Quantas vezes o arrependimento transformou a fraqueza, a derrota e a rendição, em testemunho que afirma e proclama a verdade do evangelho! A recordação dos horrores precedentes da alma, de seu desespero e falência, se transformam em testemunho da misericórdia de Cristo. O terror como força motriz do pecado e do vício, se dissolve em fumaça, e a submissão servil à tentação da companhia do mal se torna vigilância e proclamação.

Deste modo, o pecador estoura a imagem de corrupção e é revestido da nova imagem pela mão de Cristo. Assim, o fraco, o covarde, o tímido, o derrotado e aquele que não tem nenhum domínio sobre si escutam da boca do Onipotente a promessa: E eis que eu faço de ti como uma fortaleza, como um muro de bronze... Ninguém poderá resistir-te por todos os dias da tua vida... Não te deixarei, nem te abandonarei. Sê corajoso e forte (Jr 1,18; Js 1, 5-6).

A força do arrependimento consiste na luta incessante para obter o Espírito de vida em Jesus Cristo

Sinto, porém, nos meus membros, outra lei, que luta contra a lei do meu espírito e me prende à lei do pecado, que está nos meus membros. Homem infeliz que sou! (Rm 7,23-24)

O cão voltou ao seu vômito e a porca lavada volta a revolver-se no lamaçal. (2Pd 2,22)

Quando despertarei eu? Quero mais vinho! (Prov 23,35)

Uma grande ansiedade e uma viva preocupação tomam conta da alma quando esta descobre a obstinação, a teimosia, a arrogância e a insolência do pecado; um vômito de tristeza misturado com um angustiante desespero brota na alma quando ela descobre, após repetidas provas, a inutilidade dos juramentos, promessas, obras de penitência, remorso e lágrimas; nada disso serve a alguma coisa: o que conta é a lei de santidade esculpida pela mão de Deus no coração de cada um, a qual chama incessantemente o profundo da alma: não existe consolação nem repouso a não ser na castidade, e não existe alegria nem paz a não ser na renúncia ao pecado! Qualquer desvio dessa lei provoca, imediatamente, um grave conflito com a consciência, uma oposição à própria vida, um desacordo com o Espírito, uma alienação da finalidade da criação, um enfraquecimento nas trevas do pensamento, uma falta de equilíbrio no julgar a natureza das coisas, uma rebelião no confronto com a verdade e, conseqüentemente, um contraste com o Autor da lei.

E então acontece que o homem - aprisionado num louco entusiasmo - começa imprudentemente a bater-se diretamente com o pecado. Mas, que dor quando descobre o quanto ele mesmo está mutilado e como o pecado é tirânico! Levado à exasperação pelo entusiasmo, repete a tentativa e permanece profundamente agitado pela descoberta de que o espectro de Satanás está ali, encarnado atrás do pecado e escondido nos órgãos dos quais se apossou, e domina nas faculdades da alma e nos movimentos da carne de modo profundo e organizado; tudo foi calculado há muito tempo, a ponto de ter deitado raízes e tornado lei. Ao final - sim, exatamente no fim - após ter esgotado todos os seus esforços e ter utilizado todas as suas astúcias e ideias, o homem descobre que é mais fácil conservar a água num lenço, recolher o vento na palma da mão ou subir a pé até os céus do que controlar a lei do pecado com a própria vontade, ou exercitar o domínio sobre as potências do mal que se agitam nas profundezas de seus membros.

É neste ponto que intervém a ação de Cristo; somente ele condenou o pecado na carne! Pois a lei do Espírito que dá a vida em Cristo Jesus me libertou da lei do pecado e da morte (Rm 8,2).

A força do arrependimento consiste na luta incessante para obter o Espírito de vida em Jesus Cristo, lá onde a carne deve ser resgatada da lei do pecado por meio da graça. Do momento em que possuímos a graça, podemos lutar até o sangue contra o pecado, seguros de que, em virtude da força da graça, seremos mais do que vencedores: Sei em quem acreditei! (2Tm 1,12).

Finalidade do arrependimento não é que nós sejamos justificados diante de Deus através do remorso e da repressão exterior do pecado mediante atos de penitência e de mortificação da carne; pelo contrário, finalidade do arrependimento é que nós sejamos santificados interiormente pelo Espírito de Cristo - para que seja destruído o corpo do pecado (Rm 6,6) - e libertado do próprio pecado na profundidade da consciência, que o poder e o medo do pecado desapareçam e que a graça possa ser guia dos impulsos da consciência, possa frear as ações da carne, controlar o insurgir dos pensamentos, disciplinar a ascese, misturar-se com a austeridade e tornar doce a dor.

Não é simplesmente o perdão do pecado a ação completa da graça no homem, nem tampouco exata é a finalidade última da fé em Cristo; a finalidade do arrependimento e da fé é, pelo contrário, a destruição do pecado em nossos membros, o fim da existência de seu poder, o desaparecimento de sua lei em nossa natureza; e tudo isso pertence ao poder soberano da graça. Vós sabeis que (Cristo) apareceu para tirar os pecados (1Jo 3,5).

Na cruz, Cristo teve o lado trespassado para derramar água e sangue sobre todos aqueles que nele crêem e o procuram: água para lavar a impureza do pecado, e sangue para eliminar o poder do pecado.

É verdadeiramente bendito o dia em que o lado de Jesus foi trespassado na cruz para que ali o pecador encontrasse a própria justiça, a própria santidade e a própria redenção.

X. Semana da Paixão

X.1 O Getsêmani e o Sofrimento

Getsêmani é o lugar onde aconteceu o grande encontro, onde a humanidade se encontrou com Deus.

Não foi por acaso que Jesus, naquela noite, encontrou um jardim onde pôde provar a angústia e o turbamento e no qual sua alma pôde ser afligida por aquela dor extraordinária até a morte. Não é por acaso que foi no jardim do paraíso que Adão foi desnudado pelo pecado para depois desaparecer da presença de Deus, de modo que em Adão a humanidade entrou num estado de separação de Deus e na morte?

Mesmo sendo verdade que a humanidade tinha experimentado um pleno encontro com Deus no nascimento de Jesus, isso tinha como fundamento unicamente a aceitação, por Jesus, de um pleno encontro conosco. Também no Getsêmani encontramos-nos com ele: e não há encontro mais significativo do que aquele que acontece na conddivisão do sofrimento, com exceção daquele em que dividimos a própria morte, assim atingindo a imortalidade.

O sofrimento, tanto físico quanto espiritual, que nos oprime nesta vida, foi em profundidade sondado por Jesus: Minha alma está triste até a morte (Mt 26,38). Não há dor que possa levar a alma até a morte, a não ser a dor da infâmia e do pecado.

No Getsêmani, Jesus tomou a decisão irrevogável de aceitar a infâmia da humanidade, consentiu em ir ao encontro da prova iminente como blasfemador e malfeitor, acusado dos dois pecados que estão à base de qualquer pecado.

X.2 Como Jesus pôde aceitar a infâmia do homem?

A aceitação, por parte de Cristo, da infâmia do homem deve ser considerada um mistério. Para poder discerni-la, devemos libertar-nos de qualquer sentimento e emoção, coisa que poucos conseguem. Assim como o Senhor assumiu nossa natureza e a ela se uniu sem diminuição de sua divindade, do mesmo modo consentiu que no Getsêmani seu corpo assumisse a nossa culpa, sem ser manchado. Não tomou sobre si o pecado somente em pensamento ou na imaginação, como uma metáfora, tanto é verdade que a Bíblia afirma: Ele tomou nossos pecados em seu corpo no lenho da cruz (Pd 2,24).

Neste ponto, quem pode perceber o mistério de Cristo e o coração da redenção? Tudo o que podemos dizer é que, como se encarnou e a determinou com sua vontade, assim, graças à mesma vontade, carregou em seu corpo o nosso pecado. Se a sua fome, a sua sede e o seu cansaço são a prova para nós de sua encarnação numa verdadeira natureza humana, assim a angústia, a aflição e o padecimento de sua alma são a prova de sua livre e misteriosa aceitação daquilo que o gênero humano descarregou nele na cruz.

Do modo como num tempo o cordeiro sacrificial era carregado pelo pecado de uma pessoa e como ele morria no lugar do pecador, sem que por isso o cordeiro fosse considerado culpado, assim o Filho de Deus, o Cordeiro de Deus (Jo 1,29) que carrega e tira o pecado do mundo inteiro fez-se pecado por nós, mas permanecendo absolutamente sem pecado: Aquele que não tinha conhecido pecado, Deus o tratou como pecado a nosso favor, a fim de que pudéssemos, por meio dele, nos tornar justiça de Deus (2Cor 5,21). Ele permaneceu exatamente como era, santo, inocente, sem mancha, separado dos pecadores e elevado acima dos céus (Hb 7,26).

Exatamente como Cristo, em nós, tornou-se pecado mesmo permanecendo absolutamente sem pecado, do mesmo modo, nele tornamo-nos absolutamente sem pecado, mesmo sendo seres humanos pecadores. “Ele assumiu aquele que era o nosso destino e deu-nos o que era o seu: por isso nós o louvamos, glorificamos e exaltamos”.

Deste modo nos encontramos com ele no Getsêmani e, graças a esse encontro, o problema do sofrimento, que partiu-nos a espinha e oprimiu a alma, terminou para sempre.

X.3 Antes do Getsêmani o sofrimento era um castigo

A dor e a tristeza que seguem os desastres e as injustiças, e o cansaço, a doença, a humilhação e o aviltamento que os acompanham, constituíam uma pergunta que não encontrava resposta a não ser nas palavras “pecado” e “castigo”.

Não havia para nós nenhuma esperança no sofrimento enquanto não houvesse remédio para o pecado; e a dor era amarga e desoladora enquanto não houvesse um resgate para o castigo.

Por outro lado, a injusta distribuição do sofrimento provocava angústia, ânsia e desânimo. Uma criança inocente pode ser vítima do mal, do sofrimento e da tortura tanto quando o mais perverso dos homens. Pode acontecer que homens bons e humildes sofram mais do que os outros, depravados obstinados: não existe meio para descobrir uma lei ou um princípio que regule a distribuição do sofrimento. Isso porque o pecado reinava no homem em lugar de Deus, e o pecado não conhece lei. A lei do pecado é a injustiça, sua regra é a iniquidade e seu princípio é a tirania.

Se aceitamos o pecado por nosso desejo, podemos por acaso repreender a Deus por termos caído sob a lei oprimente do pecado? A fim de que não pudéssemos repreender o Criador pelos sofrimentos que nos atingem como consequência do pecado cometido por nossa vontade caprichosa, Deus enviou seu Filho num corpo humano para padecer os sofrimentos do homem, apesar de ele não ter merecido sofrer. No Getsêmani, e também depois, o Filho de Deus sofreu e sua alma estava triste até a morte, e seu suor caía em gotas como de sangue, como se estivesse sangrando de uma ferida oculta.

Pensem nisso: se um homem culpado de pecado sofre e é oprimido pela dor, isso acontece pela lei do pecado. E se um homem bom sofre mais do que um mau é porque a lei do pecado acorrenta a ambos sob o próprio poder: nas regras do pecado não existe justa distribuição. E se uma criança inocente sofre como um adulto, é porque é filho do pecado, nascido para a injustiça e para a opressão.

Mas, como é que Cristo pôde suportar esse horrendo sofrimento? Por que sua alma teve de ser afligida até a morte? Ele nasceu do Espírito Santo e de uma Virgem imaculada; viveu sem pecado e proclamou: Eu sou a verdade (Jo 14,6). Somente nos resta deduzir que Cristo aceitou deliberadamente o próprio injusto sofrimento e consentiu em receber a iníqua sentença com fortes gritos e lágrimas (Hb 5,7).

Pode acontecer que existam homens que sofreram injustamente e que foram punidos mais severamente do que merecesse seu pecado, mas então, o

que diremos de Cristo? Em seu sofrimento suportou toda injustiça e com aflição mortal de sua alma descontou a pena de todos os pecados. Como foi dito pelo profeta Isaías:

Ele tomou sobre si as nossas enfermidades, revestiu-se de nossas dores e nós o julgávamos como um castigado ferido por Deus e humilhado. Ele foi traspassado pelos nossos delitos, e esmagado por nossas iniquidades. O castigo que nos salva abateu-se sobre ele... Todos nós andávamos desgarrados como um rebanho, cada um de nós seguia seu caminho; o Senhor fez recair sobre ele a iniquidade de todos nós. Maltratado, deixou-se humilhar e não abriu a sua boca apesar de não ter cometido violência nem existir engano em sua boca. Mas aprouve ao Senhor esmagá-lo com dores. Quando ofereceu-se a si mesmo em expiação... entregou sua alma à morte. (Is 53,4-12).

X.4 Em seguida a dor se transforma em dom

Neste modo Deus eliminou a opressão do sofrimento, sua injustiça e lei tirânica: não com um pregão ou uma lei, nem mesmo com uma visão ou um anjo, mas fazendo-se semelhante ao ser humano, suportando essa mesma opressão, submetendo-se à lei da injustiça, suportando a humilhação sem abrir a boca. Cristo, aceitando sofrer desse modo, deu um enorme valor à dor: após a merecida punição pelo pecado, a dor transforma-se num sacrifício de amor e numa obra de redenção. A partir desse momento, o sofrimento não está mais ligado ao pecado: terminou a sensação que torturava o coração e a consciência do homem convicto de estar sob o manto do castigo a ser pago e da culpa a ser resgatada. Sensações como essas minavam sua condição psicológica e o enchiam de preocupações, de ânsias e doenças mortais; agora, porém, se um está em Cristo, pode viver o sofrimento no mesmo nível do sofrimento de Cristo, não como uma consequência do pecado, mas como participação no sofrimento do amor, do sacrifício de si e da redenção. A dor, seja qual for a forma que assume, em Cristo se transformou em dom: Dai graças ao Senhor por seu amor... em favor dos homens! (Sl 107,8).

X.5 E uma participação no amor de Cristo

Quando Cristo submeteu-se ao doloroso sofrimento - apesar de não merecer o mínimo castigo - transformou o significado da injustiça do sofrimento. Antes, um homem que sofria podia elevar os olhos ao céu para acusar a Deus ou para pedir misericórdia, mas não receberia nem réplica, nem resposta, nem consolação: o pecado tinha rompido a relação entre o homem e seu Criador e cruelmente trancado o homem sofredor e o seu perseguidor na mesma prisão, conduzindo os dois para a destruição e a morte; esse é, na verdade, o caminho do pecado e seu ponto de chegada! Agora, porém, em

Cristo, o homem que sofre está livre para sempre do pecado; ele não vê nenhuma injustiça em seu sofrimento, por maior que seja a sua dor ou total a sua inocência. Ele sabe e percebe que o seu sofrimento nada tem a ver com o pagamento de uma dívida ou com a expiação de um crime, até porque nem a dor mais atroz, nem mesmo todos os sofrimentos da humanidade reunidos podem expiar um só pecado, por menor que seja. O pecado é uma ruptura com Deus e um distanciar-se de sua presença. Se o sofrimento fosse um castigo, e nada mais do que isso, e nós pagássemos a culpa, quem então teria obtido a reconciliação? Mesmo se nós morrêssemos para pagar o preço do pecado, quem nos devolveria a vida e nos reconduziria à presença de Deus?

Mas Cristo aboliu o pecado, reconciliou-nos e devolveu-nos a vida. Ele partiu a terrível corrente que unia o sofrimento ao pecado: agora, o sofrimento não é mais participação no pecado de Adão, mas participação no amor de Cristo.

Se nós estamos em Cristo, por mais que sofram e por maior que seja a nossa dor, nosso sofrimento não tem nenhuma relação com o fato de que mereçamos mais ou menos essa dor. O sofrimento não é mais um castigo para algo, nem um meio para expiar alguma coisa e nem mesmo um castigo por qualquer coisa. Foi o pecado que tinha decretado que o sofrimento deveria ser uma forma de pena, de expiação ou de castigo; Cristo eliminou o pecado após ter descontado a pena, após tê-lo expiado e padecido o castigo.

Portanto, agora é como se o homem sofresse por nada, sem nenhuma razão ou pretexto: foi exatamente esse o tipo de sofrimento suportado por Cristo! Essa é a liturgia do sofrimento do amor, do sacrifício de si, da redenção. Esta é a participação na divindade: Se verdadeiramente sofremos com ele participaremos também de sua glória (Rm 8,17).

X.6 E, enfim, participação da glória e das alegrias da ressurreição

Agora estamos em condições de entender o significado destas palavras: Porque a vós foi dada a graça não só de crer em Cristo, mas também de sofrer por ele (Fl 1,29). Somos capazes de perceber que a dor, após ter sido um castigo, em Cristo transformou-se em dom? E que o dom do sofrimento não causado pelo pecado é inevitavelmente uma participação na glória?

Se prestarmos atenção às palavras do apóstolo Tiago: Considerai que é suma alegria, meus irmãos, quando passais por toda espécie de provas (Tg 1,2), descobriremos que qualquer sofrimento, de qualquer tipo, está inelutavelmente ligado a Cristo, e que devemos acolhê-lo com alegria e gratidão, sabendo que “como abundam os sofrimentos de Cristo em nós, assim, por meio de Cristo, abunda também a nossa consolação” (2Cor 1,5).

Deste modo nós não sofremos mais pelo pecado, mas por Cristo. Toda dor não vivida em Cristo é pecado e o salário do pecado é a morte.

Os sofrimentos de quem vive com Cristo não são considerados como resultado do pecado. São os sofrimentos da justiça; são alegria e paz: Por isso estou feliz com os sofrimentos que suporto (Cl 1,24); são participação no supremo sacrifício de amor que Cristo ofereceu através de seu sofrimento e tornou perfeito com sua morte: Para que eu possa conhecê-lo... e possa participar de seus sofrimentos, tornando-me semelhante a ele na morte (Fl 3,10).

Se estamos em Cristo, quanto mais aumentam nossos sofrimentos, tanto mais aumenta nossa participação neste sacrifício, tanto mais se solidifica a união com a ressurreição e a glória que dela deriva. O significado do sofrimento injusto foi completamente invertido: antes era opressão violenta sob a lei do pecado que exercia seu domínio no mundo, agora tornou-se a medida de um grande dom e o marco que contra-distingue quem foi julgado digno da glória e da alegria da ressurreição. Pois a lei do Espírito que dá vida em Cristo Jesus libertou-me do pecado e da morte (Rm 8,2). Também o apóstolo Pedro dá testemunho do que experimentou: É uma grande graça para quem conhece Deus passar por aflições, sofrendo injustamente (1Pd 2,19).

Graças sejam dadas a Deus Pai e ao Senhor Jesus. Deem graças ao Senhor por seu amor... em favor dos homens! (Sl 107,8).

Consolai-vos, todos vós que sofreis, porque a vossa dor não é mais consequência do pecado, mas participação no amor e nos sofrimentos do Getsêmani! Alegrai-vos, vós todos que estais aflitos, porque a vossa angústia não leva à morte: está guardada na dor de Cristo para a ressurreição.

XI. A Paixão de Cristo em nossa vida

XI.1 A Semana da Paixão ou Semana da Vítima Pascal

O termo *pascha* significa passagem e indica o rito do cordeiro pascal, graças a cujo sangue o anjo destruidor passou diante das casas dos hebreus, mas não lhes fez mal algum. A semana da Páscoa-passagem não é uma semana de sofrimento inútil, mas, ao contrário, de sofrimento-passagem, de sofrimento pascal, cuja força, luz e esplendor vêm-nos do sangue do Cordeiro imolado na cruz. Esse é o motivo pelo qual devemos sofrer juntos esta semana da Paixão. Todavia, o ir-além graças ao poder do sangue de Jesus significa que, por meio do sofrimento, nós passamos de uma vida a outra, de uma fé a uma outra.

Cada vez que celebramos os acontecimentos da semana da Paixão, devemos vivê-los como ocasiões irrepetíveis que nos são oferecidas para obtermos uma vida mais rica de energias. Durante esta santa semana ouviremos mais vezes como o Senhor revelou a seus discípulos o secreto plano de amor que, por decisão pessoal, decidira levar à realização em sua pessoa, como expressão de um amor mudo e escondido.

Eis que vamos subir a Jerusalém... e o Filho do homem será entregue aos pagãos, que o matarão. (Lc 18, 31-32)

Os discípulos ficaram tristes ao ouvir estas palavras e algum deles condenou esse projeto: eles não podiam perceber-lhe a enorme grandeza. Mas vós, irmãos, vós que contemplastes a grandeza da salvação e do amor, consequência de tal bendito plano - o plano de subir a Jerusalém onde o Filho do homem devia ser preso, insultado e depois morto - como poderíeis opor-vos a esse plano? Quem poderia ouvir falar desse mistério divino - o mistério da entrega total ao Pai - sem desejar realizá-lo, seguindo os passos do Senhor no caminho do Gólgota?

Assim como, externamente, existe apenas sofrimento e aflição, na ressurreição há alegria, força, ascensão ao céu. E então, quem haveria de rejeitar viver com o Senhor a semana do sofrimento pascal? Quem quereria ainda retroceder, julgando muito alto o preço para tão grande salvação? É um plano cuja vitória está garantida de modo absoluto: façamo-lo nosso, todos juntos, com amor e fé, cada um segundo as próprias capacidades.

Portanto, avancemos juntos ao longo do caminho do Calvário, cumprindo a semana da Paixão em vista da passagem. Prometa cada um, no seu coração, percorrer o caminho: para cada um existe um trajeto particular, um sofrimento e um amor reservados a ele. Mas todos, todos, vamos além, sem que ninguém se retire ao longo do caminho, semelhantes a uma fila única, porque os nossos passos foram marcados com o sangue de um único Cordeiro. É uma ação santa em Espírito e poder. A Páscoa, eis o que temos ardentemente desejado: um passar além do olhar do anjo destruidor, um passar das trevas e da loucura do pecado, do estar sentados nas panelas do desejo, uma passagem da escravidão e da humilhação do faraó à luz, à salvação, à libertação que nos foram dadas por meio do sangue de Cristo.

Como é rica a glória da semana da Vítima pascal em que nos é dado realizar esta passagem! De agora em diante, transformemo-la em sofrimento por causa do amor, acolhido espontaneamente; nesta semana molhemos com lágrimas o nosso pão, lavemos com o pranto nosso leito, sem conceder sono às nossas pálpebras enquanto não passarmos além do vale de treva e de morte, de modo que Cristo possa resplandecer em nós na sua ressurreição. Ele voltou o semblante para Jerusalém, absolutamente decidido a realizar este desígnio; ofereceu a face aos insultos e as costas aos flagelos; não teve nenhuma hesitação em ir adiante, até a imolação.

Assim, abriu-nos a porta e ofereceu-nos seu projeto: a nós, basta segui-lo!

XI.2 Um modo novo de ver o sofrimento

Cristo tinha mostrado sua suprema autoridade sobre a morte fazendo ressuscitar dos mortos a Lázaro, e Maria tinha ungido seu corpo com um

unguento precioso, gesto que o Senhor considerou como uma verdadeira unção em vista da morte. Após esses fatos, Cristo caminhou para a cruz, a fim de cumprir o evangelho e realizar a obra para a qual viera, enfrentando o sofrimento e a morte voluntária.

Mas, demos agora uma olhada no primeiro e último dos sete milagres realizados pelo Senhor - no evangelho segundo João - pois eles estão intimamente ligados entre si.

O primeiro dos sinais realizados por Jesus, acontece na casa de pessoas que o amavam e entre gente disposta a nele crer: foi nas núpcias em Caná da Galileia, onde o Senhor mudou a água em vinho bom, em resposta ao pedido apresentado pela virgem Maria, sua mãe.

No final, encontramos-nos ainda na casa de pessoas amadas: Lázaro, Maria e Marta, pessoas entre as mais leais entre os que acreditavam nele. Jesus, por causa da súplica de Maria, a irmã de Lázaro, restituiu a vida a seu amigo. É aqui que manifestou a sua glória, como anota o evangelho. No primeiro milagre, a única objeção à súplica da Virgem foi que sua hora ainda não tinha chegado. Mas agora, após três anos ou mais, a hora chegou, e não há mais lugar para alguma objeção frente aos milagres que realizaria. Também nesta ocasião, o evangelho nos avisa que Jesus revelou a sua glória. Acontece sempre assim: somente naqueles que crêem nele e em ninguém mais, Jesus encontra as ocasiões mais adaptadas para realizar os seus sinais e manifestar a sua glória.

Exatamente após ter mudado a água em vinho, Jesus imediatamente começou a ensinar como operar a transformação do próprio homem com um novo nascimento do alto, do céu, da água e do Espírito, introduzindo-o numa vida nova, eterna: somente com dificuldade Nicodemos poderia captar esta verdade. Do mesmo modo, ressuscitando Lázaro dos mortos, Jesus deu um sinal visível de sua capacidade de ressuscitar os mortos ou, em outros termos, de operar uma transformação total. Aqui a dificuldade atinge o ápice, também para aqueles que o rejeitavam: era tal sua falta de fé que, daquele momento em diante, conspiraram para matar tanto Lázaro quanto Jesus.

Assim, os espasmos da morte começam bem antes da cruz. Mas, que paradoxo! A paixão do Senhor começa logo após ele revelar sua identidade! Ingressa em Jerusalém como o Rei de Israel, o senhor do templo ou, segundo as profecias, como aquele que logo entrará em seu templo (Ml 3,1); mais adiante anota a profecia: Mas, quem poderá suportar o dia de sua vinda? (Ml 3,2).

Para dizer a verdade, os chefes dos sacerdotes e todos os doutores da lei, juntamente com os guardiões das coisas sagradas e do ensinamento, não poderiam suportar tal espetáculo! Não porque Jesus tivesse entrado em Jerusalém e no templo com uma tão grande glória, mas exatamente pelo motivo oposto: porque tinha entrado manso e humilde, cavalcando um jumento, e isso desiludia todas as suas expectativas.

A paixão de Cristo começou com uma rejeição absoluta, uma humilhação e um ódio extremos. Vem manso e humilde, e isso era incompatível com os sonhos de Israel, mas, neste modo, Cristo passou pelo caminho estreito. Realizava-se nele a profecia: “Rejeitado das nações, servo dos poderosos” (Is 49,7).

Assim começa, ainda hoje, o caminho da cruz para aqueles que aderem à verdade. E aqui aparece o paradoxo desde sempre odiado pelas autoridades: ouvir a verdade da boca de um fraco é algo que não podem tolerar.

Com grande sabedoria, portanto, a Igreja pôs como início da semana da Paixão o domingo de Ramos, reinvocando o dia em que a honra e a acolhida demonstradas a Jesus atingiram o ápice, o dia em que a igreja proclama: “Hosana no altos dos céus, Rei de Israel. Bendito aquele que vem no nome do Senhor”. Contudo, ao mesmo tempo, a Igreja começa a cantar os salmos com tons de lamento e a proclamar o evangelho com uma melodia extremamente comovente, que fere o coração, enquanto os sinais da Oblação estão ainda ali, sobre o altar.

É deveras surpreendente! Mas essa é a consciência que a Igreja tem de Cristo, ou melhor, do evangelho. É um paradoxo que vai além da razão, no qual o desconforto e a aflição mais extremos misturam-se com a máxima alegria e esperança! A igreja tem consciência de que a rejeição de Cristo, por parte dos chefes dos sacerdotes, o infligir-lhe o mal, insultá-lo, anulá-lo na cruz, exatamente essas coisas dão origem a uma alegria inefável e elevada com vistas à salvação eterna.

XI.3 A aceitação do sofrimento

Talvez a realidade mais profunda que pode ser sondada pelo cristão, ao refletir sobre a paixão e a crucifixão, é que a cruz, para Cristo, foi um ato voluntário e bem aceito: Por acaso não devo beber o cálice que meu Pai me deu? (Jo 18,11). Mas, não é só, pois os sofrimentos e a crucifixão não eram somente voluntários e bem aceitos, mas tinham-se tornado um escopo e um fim, para cuja realização Cristo tinha vindo: Para isso cheguei a esta hora (Jo 12,27).

Isso nos induz, enquanto cristãos, a interpretar o sofrimento nestes termos: o cristão que verdadeiramente crê na cruz não deve abusar da própria liberdade para evitar o sofrimento. Quem sondou a profundidade e os mistérios da cruz, concebe o sofrimento como uma parte integrante de sua fé: espera-o como uma herança apetecida, um desafio que realiza feliz, um fim pelo qual trabalhar sem medo.

Narra a tradição que um grande medo tomou conta de Pedro quando Nero, diante de sua proclamação de fé, pronunciou contra ele a sentença de morte por crucifixão. Pedro livrou-se dos guardas e fugiu. Mas o Senhor apareceu-lhe em visão e lhe perguntou: “Para onde vais, Pedro? Queres que eu

seja crucificado por ti mais uma vez?” Pedro então foi tomado pela vergonha e afligido por uma amarga dor: como pôde realizar um ato tão vergonhoso e trair a cruz de seu Mestre? Assim, imediatamente, retornou à cidade e entregou-se espontaneamente aos carnífaces.

Com isso, a tradição oferece à nossa fé um elemento de extrema importância: quem se subtrai ao próprio cálice e à sua parte no sofrimento, nada mais faz do que privar-se a si mesmo da parte que lhe cabe no sofrimento de Cristo; é como se tivesse necessidade de que Cristo fosse novamente crucificado por ele.

XI.4 A mão amorosa que estende o cálice do sofrimento

Os olhos de Cristo nunca deixaram de reconhecer a mão que lhe oferecia o cálice do sofrimento. Cristo nunca prestou atenção às mãos malvadas que movimentavam o martelo e os pregos. Nem deu atenção aos grosseiros e rancorosos rostos dos chefes dos sacerdotes que urlavam: Crucifica-o, crucifica-o! (Jo 19,6). Olhou menos ainda para Pilatos, como se fosse uma autoridade que pronuncia a sentença de morte pela crucifixão. Do mesmo modo, seus ouvidos não prestaram atenção alguma aos insultos e às palavras de desprezo que saíam das bocas dos malvados e vingativos fariseus, guardas da lei e do sábado. Seus olhos estavam fixos unicamente na mão do Pai, a única que realmente movimentava o martelo e os pregos. Seus ouvidos somente prestavam atenção à voz do Pai, enquanto pronunciava a sentença de flagelação e de crucifixão. Cristo dissera a Pilatos com extrema clareza: Tu não terias poder algum sobre mim, se não te fosse dado do alto (Jo 19,11).

Pilatos pensava que estavam incluídas nas suas faculdades libertar o Senhor e não crucificá-lo. E foi exatamente aqui que Cristo repreendeu-o asperamente, pois isso nada mais era que uma pura ilusão. Foi Jesus, e não Pilatos, quem decidiu o desenvolvimento de todo o processo, da acusação à defesa, à sentença. Na verdade, Pilatos estava executando aquilo que o céu lhe ditava! Nada contava a desonesta sentença do sínédrio ou a corrupta lei romana: de fato, a sentença de sofrimento e de morte na cruz, em primeira e última instância, tinha sido derramada e misturada com o amor num único cálice, por obra do Pai que amava o Filho antes da fundação do mundo. E a origem deste cálice era exatamente o amor de Deus pelo mundo! Por isso, não era tão amargo como poderia aparecer nem estava misturado, apesar das aparências, ao ódio do Maligno ou à intriga dos hipócritas. Pelo contrário, era uma parte escolhida da herança oferecida pela mão do próprio Pai e continha em si a essência do amor, da ressurreição e da vida.

Para captar em toda a sua grandeza esse exemplo de aceitação do sofrimento, devemos buscar exemplos mais modestos, com suas pequenas cruzes. Um modelo desse tipo poderia ser José, o jovem bendito de Deus que não guardou nenhum rancor pelos irmãos que o tinham atirado num poço e depois o venderam por dinheiro para que fosse levado para longe, em exílio

solitário, no Egito. Ele ergueu o coração e os olhos a Deus, julgando que aquele fosse seu destino, proveniente diretamente da mão de Deus. José não viu a pérfida mão violenta do irmão que o suspendia com as cordas nas profundezas do poço, enquanto discutiam o preço de seu sangue, pelo qual o haviam vendido aos ismaelitas. Em tudo isso, de fato, nada mais viu do que a mão invisível, a mão do próprio Deus que tecia numa única trama todos esse acontecimentos. Finalmente, sendo manifesta a torpe ação de seus irmãos, ouvimos José que os consola dizendo: Não fostes vós quem me mandou aqui, mas Deus... Embora tenhais tramado o mal contra mim, Deus decidiu transformá-lo num bem (Gn 45,8; 50,20).

Cristo veio para elevar experiências menores e exemplos individuais como esse ao curso universal dos acontecimentos, à lei divina, à grande cruz da redenção, à aliança entre Deus e a humanidade. Cristo assinou o pacto com o seu sangue e deu seu Espírito Santo como garantia. Essa aliança consiste na presença da mão mais misericordiosa que pode existir, a mão de Deus, por detrás de cada golpe desferido contra nossa tenda terrena. Exatamente ali, a sua mão está estendida para desenvolver a função do puro amor! A mão traspassada de Cristo, na qual estava antecipadamente escrito o nosso nome, tornou-se garantia da nossa salvação: de nossos sofrimentos e de nossas dores quotidianas (que parecem devidas ao acaso), das perseguições que sofremos da parte de quem nos oprime e da ingratidão daqueles com os quais nos preocupamos a cada dia, Deus faz emergir uma dulcíssima cruz, que traz para nós a semente da vida eterna, uma cruz que possui o doce sabor de Cristo, à semelhança de sua cruz gloriosa.

XI.5 «Perdoa-lhes»

Cristo aceitou o cálice que lhe foi trazido pela mão do Pai com toda a infâmia, o opróbrio, a desonra e o sofrimento até a morte, de que estava cheio. Aceitou-o como se fosse amor, amor absoluto, livre de qualquer dúvida ou lamento, de qualquer reprovação ou gemido. Desta aceitação não existe prova mais eloquente do que as palavras de Cristo: Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem (Lc 23,34). Jesus pronunciou-as na última hora, quando a dor tinha se tornado extrema e o opróbrio tinha atingido o cume, imediatamente antes de ele morrer.

Se os olhos de Cristo não permanecessem fixos na mão do Pai que segurava o cálice do sofrimento e da morte, Cristo não poderia fazer outra coisa senão ver as dores que o circundavam, a louca hostilidade, o desprezo e a alegria malévola, a extrema opressão, toda a loucura com que o diabo incitou os chefes, os anciãos do povo e o discípulo traidor.

Assim, o mandamento que Cristo nos deu para que em nossas orações pedíssemos o perdão para aqueles que pecaram contra nós, não se apóia no vazio, nem é semelhante às ordens da lei, na realidade incapazes de redimir ou garantir a salvação. Pelo contrário, o mandamento de Cristo, fundamentado na

obediência ao amor de Deus, amadurece no horizonte impressionante da cruz, daquela cruz que ele nos mandou carregar no seguimento e na imitação dele.

Por isso, quem decidiu carregar a cruz de Cristo deve antes de tudo evitar cair no engano daquelas mãos grosseiras que crucificaram as suas esperanças e os seus sentimentos. Tampouco deve deixar-se desorientar pela malvadeza daqueles que lhe estão preparando uma emboscada, ou pelas intrigas do Maligno. Apenas deve ter os olhos fixos na mão amorosa e compassiva que lhe colocou às costas o jugo da cruz - juntamente com todos os instrumentos que acompanharam a crucifixão de Cristo -, considerando-o como uma parte da herança que lhe foi destinada, estabelecida nos mínimos detalhes e de acordo com o decreto fixado pelo amor de Deus, que a tudo mede com o metro da glória de Cristo. Isso significa que, por mais pesada que possa ser a nossa cruz e por mais que o inimigo possa avançar (com a cumplicidade dos agentes de iniquidade) para torná-la pesada, de qualquer modo, o fardo colocado sobre nossas frágeis costas, apesar disso, a mão divina, por sua vez, mede também a porção que nos é reservada no peso correspondente de glória na cruz de Cristo. Isso acontece de tal modo que, se - mesmo por um instante - fosse tirado o véu que nos cobre os olhos e que o inimigo tece contra nós em momentos deste gênero, a ainda junto a isso fossem tiradas a fraqueza da alma, o nojo e o cansaço dos nervos, imediatamente compreenderemos que o leve peso desta cruz, unido à nossa leve e momentânea aflição, na realidade criou, como atesta o Espírito, um eterno peso de glória, colocado diante de nós nos céus e visível ao nosso espírito exatamente no profundo do coração. É esta verdade que torna realmente mais fácil perdoar os outros de todo o coração; mais ainda, permite-nos ir bem além, até chegar à oração e ao amor por todos aqueles que pecaram contra nós e nos fizeram mal, qualquer que seja este mal ou ofensa, fosse mesmo a morte.

A vida eterna, com todos os seus esplendores e sua glória, está escondida no mistério da suave, pequena cruz, que o Senhor colocou em nossas costas!

XI.6 A hostilidade é inevitável

Apenas surge o extraordinário poder de Cristo e se manifestam seus milagres e, por toda parte, se difundiram suas ações e obras que tanto chamaram a atenção pelo seu esplendor, imediatamente os sumos sacerdotes, os escribas, os fariseus e quantos se serviam da religião para conseguir com o que viver, passaram a levantar suspeitas em relação a ele, depois a atacá-lo e, sucessivamente, fazê-lo cair em suspeita de erro nas palavras e ações. No fim, nada mais lhes restava do que conspirar em segredo, tramando com muita pressa para eliminar esse estranho, caso não quisessem se arriscar a perder o prestígio e ver aumentar a indiferença com relação a si, como o próprio sumo sacerdote declarou. Deve ser absolutamente claro aos nossos olhos que a causa direta de sua tomada de posição contra Cristo, da resistência que culminou na crucifixão, pode ser resumida numa frase: o fulgurante sucesso de Cristo, seu sucesso em elevar o ânimo das pessoas e sua compreensão da lei, em infundir

alegria nas pessoas homens em geral e nos pecadores em particular, no marginalizado, humilhado, rejeitado, afastado, no doente atingido por uma doença sem esperanças e naqueles possuídos por poderes diabólicos.

O sucesso de Cristo, seu amor, sua compaixão e sua mansidão foram a causa de todos os sofrimentos suportados e da crucifixão: isto do ponto de vista do mundo. Pelo que se refere a Deus Pai, é verdadeiro exatamente o contrário: na cruz, o plano do Pai e o consentimento plenamente obediente e alegre do Filho se revelaram salvação para o mundo: deste modo, quem crê em Cristo e na sua paixão, não morrerá. A cruz é a nova arca que transporta toda espécie de viventes; ainda hoje ela atravessa o dilúvio do mundo e os terríveis horrores de morte, até levar a salvo seus passageiros ao porto celeste, o mundo da paz eterna.

A mesma hostilidade manifestada pelas potências das trevas e de seu príncipe nos confrontos do Cristo Salvador ainda permanece, juntamente com o desprezo daqueles que o crucificaram, sacerdotes ou anciãos, levados por motivos de interesse pessoal ou por seu fanatismo cego. Esta maldade, esta loucura e este cego fanatismo encontram ainda um alvo em todos aqueles que abraçam o testemunho e o seguimento de Cristo na própria vida.

XI.7 O sofrimento é o nosso caminho rumo à glória

Bem-aventurados os aflitos porque serão consolados. Bem-aventurados aqueles que estão crucificados, porque serão transfigurados. Bem-aventurados aqueles que estão completamente abandonados, porque reinarão. Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede da justiça, porque serão saciados.

Todos os seus sofrimentos serão esquecidos e suas lágrimas enxugadas: em seu lugar uma luz indicará os horrores suportados e o mistério da glória que deles nasceu. A grandeza da força humana do ânimo será revelada juntamente com o poder das ações misericordiosas de Deus, pois o sofrimento aparecerá pequeno e insignificante em comparação com a glória que dele deriva. Cada um de nós verá que o sofrimento era uma cilada sacra preparada por Deus para nos prender e conduzir-nos à glória: suportar o sofrimento, de fato, aproxima-nos mais de Deus do que os atos de culto.

Um santo narra que, em visão, viu um grupo de mártires resplandecentes de glória mais do que os anjos que apareceram junto com eles. Coroas de flores vermelhas ornamentavam o pescoço daqueles que tinham sido decapitados: dispostas exatamente no lugar em que a espada os tinha atingido, elas resplandeciam e brilhavam com um esplendor maior do que qualquer outra luz na visão.

Para Cristo, o mistério da cruz é o mistério de sua glória. O oprimente sofrimento que o Senhor suportou, o tormento interior diante da injustiça e da aberração de seu processo, o abandono de seus discípulos, a traição de Judas

e a certeza de que os sumos sacerdotes tinham-se colocado de acordo com um de seus discípulos para avaliar sua vida em apenas trinta moedas de prata, tudo isso era um caminho através do qual Cristo pôde abandonar o mundo das vaidades passageiras para entrar na glória do Pai. E o homem, em todo tempo e lugar, deve percorrer o mesmo caminho. A cruz e seu enorme sofrimento não podem ser comparados com a glória deles derivada. A cruz não foi um acaso na vida do Senhor: ele nasceu para a cruz: Foi para isso que cheguei a essa hora (Jo 12,27). O homem nasceu para o sofrimento e o sofrimento nasceu para o homem. Mas, ao mesmo tempo, a cruz não foi um peso irrevogável imposto ao Senhor: suas próprias palavras nos fazem entendê-lo - e nós estamos seguros disso em consideração de sua santidade e divindade. Ele próprio fez a cruz se tornar um acontecimento irrevogável para sua vida: Por acaso não devo beber o cálice que o Pai me deu? (Jo 18,11) - para compartilhar conosco a inevitabilidade dos sofrimentos. Deus manifestou-se a si mesmo, na pessoa de Cristo seu Filho, como alguém obrigado a sofrer, a ponto de tornar o sofrimento aceito por obrigação igual ao sofrimento voluntariamente escolhido, de modo que nenhuma pessoa no mundo fosse privado da misericórdia de Deus e de modo que a cruz pudesse ser dilatada até a incluir todos aqueles que sofrem injustamente.

A realidade da dor é uma grande pedra de tropeço para a mente humana, que não pode aceitá-la como um meio para adquirir algo de bom.

Mas, se entendemos que a cruz é a maior manifestação de Deus nas realidades visíveis, porque nela Deus foi transfigurado pelo homem (mais do que no monte Tabor) e que a cruz é o sofrimento em sua maior, mais opressiva e injusta forma, então devemos também perceber que a cruz é, por assim dizer, o animal de carga em que montou o Deus Onipotente para descer do lugar de sua morada, onde estava escondido desde a eternidade, e vir a nós para tomar-nos pela mão. Do ponto de vista físico, o sofrimento representa um obstáculo negativo e coercitivo, mas, em sua essência espiritual, é incomparável movimento!

O homem permanece numa situação espiritual acomodada, incapaz de avançar no seu retorno a Deus com Cristo enquanto não carrega sua própria cruz. O sofrimento leva o homem ao interior do mistério da cruz, de modo que ele não permanece mais como um morto, mas é conduzido a Cristo, guiado e arrastado de sofrimento em sofrimento até atingir o Pai, apoiando-se à cruz, e sobre a cruz nós o seguimos para retornar ao Pai.

Cristo disse: Sem mim nada podeis fazer (Jo 15,5). Falou assim não porque tiranicamente tinha a intenção de humilhar a nossa vontade, nem porque nós sejamos incapazes de atingir o conhecimento; de fato, ele nos ensinou tudo aquilo que temos necessidade de conhecer. Disse isso porque somente ele, como Filho, tem em si mesmo o poder de dirigir-se a Deus Pai. Cristo inclui em si o poder de dois movimentos: o movimento de Deus em direção a nós e o nosso movimento em direção ao Pai. O primeiro é um movimento natural e essencial, cujo fundamento se encontra no mistério do

amor de Deus pela sua criação. O segundo é adquirido através da cruz, através do sofrimento sacrificial preparado para sustentar a humanidade privada de vida e fazê-la reerguer-se porque ele é o Filho unigênito de Deus, consubstancial ao Pai e voltado para o Pai.

Cristo nos plenificou do mistério destes dois poderes: o poder do amor e o poder da cruz, do sofrimento. Quando acolhemos estes dois poderes, Cristo age em nós misticamente, de modo que podemos progredir por ele e com ele até chegar ao Pai - neste ponto, graças a estes dois poderes e em Cristo, se realiza o grande mistério da união com Deus.

Em Cristo, antes da encarnação e da cruz, o poder de ir ao Pai era natural, mas para levar a humanidade e conduzi-la até o Pai - a humanidade que estava morta - além de assumir a carne e tornar-se homem - ele teve de submeter-se ao sofrimento sacrificial, de modo a levar-nos até a presença do Pai. Deste modo Cristo, através da cruz, conquistou para nós um poder em vista do nosso bem, o que significa o poder de levar ao Pai a humanidade pecadora. Era justo que aquele, pelo qual e do qual existem todas as coisas, ao levar muitos filhos à glória tornasse perfeito, mediante o sofrimento, aquele que abriu a estrada de sua salvação (Hb 2,10).

XII - Tempo de Páscoa: Cristo Ressuscitou!

Quão grande é a exultação da igreja quando, no tempo da Páscoa, celebra a ressurreição de Cristo dentre os mortos repetindo as palavras: Christós anésti, "Cristo ressuscitou". Para a igreja, estas palavras significam que se realizou a redenção e que tornou-se um direito de todos os pecadores receber com fé a garantia da libertação da escravidão do pecado e da morte e acolher o chamado à vida eterna.

Para adquirir uma fé robusta, devemos penetrar nas profundidades da fé da Igreja que une intimamente entre si o mistério da última Ceia (quinta-feira à noite), o mistério da crucifixão (sexta-feira) e o mistério da ressurreição (alvorada do domingo).

Durante a ceia da quinta-feira à noite, o Senhor revelou pela primeira vez o significado e a realidade da crucifixão iminente, da qual diversas vezes tinha falado apenas como sofrimento e morte. Nessa ocasião, explicou de modo extremamente breve, e em termos místicos, que ele teria oferecido a si mesmo como sacrifício em favor do mundo e que este sacrifício seria oferecido de modo completo ao Pai, exatamente como a oferenda pascal: corpo partido para os discípulos, a fim de que dele comessem, e sangue derramado por eles para que bebessem, para a remissão dos pecados e para a vida eterna.

O que assustou os discípulos durante a ceia, e que ainda assusta o mundo inteiro, é que Cristo não estava explicando teoricamente como seria imolado na sexta-feira, mas estava antecipando os acontecimentos. Um dia antes da crucifixão, ele se oferecia realmente a si mesmo imolado aos

discípulos não como simples manifestação das próprias intenções, nem como figura, mas como um autêntico ato de despedaçamento, de imolação e de derramamento de sangue, no modo mais profundo e mais claro que nos próprios acontecimentos da sexta-feira, na cruz: de tal modo, todos os mistérios do sacrifício de si realizado por Cristo na cruz na sexta-feira – impossíveis de se conceber e compreender para um ser humano – foram revelados por Cristo durante a ceia da quinta-feira e explicados aos discípulos.

Depois de ter partido o pão e derramado o vinho, Cristo os ofereceu aos discípulos, não como uma simples representação simbólica do partir o corpo e derramar o sangue que aconteceria na cruz: “Este é o meu corpo partido, este é o meu sangue derramado”. Aqui, Cristo realiza um ato de morte voluntária através de um mistério inefável. Depois explicou o motivo do partir e do derramar: “por vós”, e também a finalidade: “para a remissão dos pecados”.

Sobretudo, ordenou aos discípulos que dele comessem e dele bebessem não como pão ainda não partido ou como vinho ainda não derramado, mas como corpo realmente imolado, demonstrando que o mistério da sexta-feira estava presente diante deles como uma verdadeira Páscoa divina, que a morte na cruz na sexta-feira seria não somente uma oferta ao Pai pelos pecados do mundo, mas um sacrifício de amor e um banquete eterno, do qual o mundo inteiro poderia participar. Deste modo, Cristo revelou com clareza, e abertamente, que o sacrifício de si mesmo na cruz era um sacrifício expiatório oferecido a Deus Pai não só como ato espontâneo em favor do povo, mas como sacrifício de amor pessoal no qual a expiação não seria completada, a não ser com a real participação nele. Durante a ceia, Cristo explicou que a participação perfeita e real na fé em Cristo crucificado como sacrifício de salvação e de remissão dos pecados deve ser realizada através de uma convivência do corpo e do sangue, conforme o mistério realizado na última ceia. Somente assim podemos atingir a expiação, o perdão e a união com Cristo, que desembocarão na vida eterna.

Por esse motivo, a igreja ortodoxa crê que a ceia da quinta-feira, a eucaristia, e a crucificação da sexta-feira são um único e mesmo mistério: uma não pode ser compreendida sem a outra, nem o segredo do poder de uma pode ser alcançado sem a outra. O amor está na origem de ambas. Assim João fala de Jesus quando se assentou para a ceia, antes da festa da Páscoa: Sabendo que tinha chegado a sua hora de passar deste mundo ao Pai, depois de ter amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim (Jo 13,1). É por causa deste amor que Jesus morreu e ressuscitou dos mortos.

Ainda uma vez, um olhar profundo nos mistérios da ceia revelará que o anúncio do mistério da ressurreição no interior do anúncio do mistério de sua morte era absolutamente claro. Quando Cristo oferecia a si mesmo aos discípulos, dizendo: Tomai, comei o meu corpo partido, bebei o meu sangue derramado, ele oferecia o corpo e o sangue com suas próprias mãos, vivo e não morto. Na última ceia, Cristo era ao mesmo tempo imolado e ressuscitado, morto e vivente. Mistério extraordinário, com o qual Cristo pôde, de maneira

forte e mística ao mesmo tempo, revelar a ressurreição incluída na iminente morte na cruz na sexta-feira: Eu sou o Primeiro e o Último e o Vivente. Eu estava morto, mas agora vivo para sempre (Ap 1,17-18).

Deste modo, podemos conceber a grandeza da eucaristia celebrada por Cristo durante a ceia da quinta-feira santa e pela igreja até os nossos dias: mistério que explica não somente os segredos da crucifixão, mas também de Cristo morto e vivente e da redenção na sua inteireza. A morte sofrida por Cristo não era outra coisa senão um sacrifício de amor, sacrifício voluntário e expiatório, exprimindo o poder da morte pelos outros, e o poder da ressurreição juntamente com os outros. Consequentemente, é um sacrifício capaz de garantir a vida eterna – ao invés da morte pelos pecados cometidos – mediante o mistério da comunhão, tornada acessível a todos e transmitida exatamente através deste sacrifício, comunhão com o corpo e com o sangue de Cristo imolado e ressuscitado.

A igreja percebeu que a morte na cruz era um sacrifício vivente e doador de vida, sacrifício de expiação e de ressurreição pelos mortos: esta compreensão deu-se graças ao mistério da ceia. Ainda uma vez a igreja retorna aos segredos da última ceia e revela acontecimentos essenciais ligados aos acontecimentos da Sexta-Feira Santa.

A cruz não era, para Cristo, como espalharam os sumos sacerdotes, um instrumento de tortura e de morte para um pecador e blasfemador (Crucifica-o, crucifica-o!): na mente do Pai e na consciência de Cristo, era num instrumento de sacrifício voluntário que jorrava de um ilimitado amor expiatório. A igreja deduziu isso do mistério da última ceia e dos discursos de despedida de Jesus transmitidos pelo evangelho segundo João. Por acaso, Cristo não tinha predito o tipo de morte que deveria sofrer? Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a própria vida pelos amigos (Jo 15,13).

Assim, através da ressurreição, de instrumento de castigo e de morte, a cruz foi transformada nas mãos dos crucificadores em instrumento eficaz do amor divino nas mãos do bom pastor, que resgatou suas ovelhas e que ainda hoje vai à procura da ovelha perdida até os confins da terra. Que lugar no mundo não tem erguida uma cruz, cruz que vai à procura dos pecadores para reconduzi-los ao redil do Pai? A cruz tornou-se um instrumento de alegria para todos aqueles que sabem dali brotar o mistério do perdão e do amor divino: Ele me amou e deu-se a si mesmo por mim (Gl 2,20).

Deste modo, Cristo morreu unicamente para oferecer-se a si mesmo como sacrifício para todos os pecadores do mundo, e para oferecer, através deste sacrifício, o seu corpo repartido e o seu sangue derramado por todo homem, exatamente como fez na quinta-feira santa, de modo que cada um possa comer e beber o perdão, a ressurreição e a vida eterna.

Cristo continua a realizar o mistério de sua ceia em toda a Igreja e no meio de seu povo amado. Exatamente como fez na ceia da quinta-feira santa, em cada altar Cristo oferece com as próprias mãos o seu corpo e o seu sangue

àqueles que comungam para a remissão dos pecados e para a vida eterna; a eucaristia foi instituída para fazer a todos alcançar o poder do amor infinito da ceia da quinta-feira, o poder dos sofrimentos suportados pela carne na cruz e o poder da ressurreição no qual o corpo ressurgiu e deixou o sepulcro vazio.

Mas não nos esqueçamos de que estes profundos significados de que é rico o mistério da ceia e toda a luz que dele emana para revelar a glória da cruz, não foram compreendidos pelos discípulos enquanto não estiveram certos da ressurreição. Durante a ceia, os discípulos não compreenderam nada daquilo que o Senhor dizia e explicava. As palavras pronunciadas por Cristo sobre a nova aliança, o sangue derramado, a remissão dos pecados e a vida eterna, não eram portadoras de algum significado para eles: o evangelho afirma que seus corações estavam cheios de tristeza (cf. Jo 16,6). Quando chegou a hora e foram dados os primeiros passos para a prisão de Jesus, quando os discípulos se encontraram diante da declaração pública das acusações e da sentença da crucificação, foram tomados de pânico e fugiram, e um o renegou, apesar de tudo aquilo que Jesus lhes havia preanunciado. Foi como se Cristo não tivesse celebrado a eucaristia, nem lavado seus pés, nem falado da própria morte ao menos por algumas horas (segundo João), nem tivesse se entretido com eles sobre a ressurreição, o seu retorno e o envio do Consolador, ou como se lhes houvesse deixado sem conforto e sem a promessa de revê-los e de enchê-los de alegria. Tudo isso desapareceu diante de seu medo de padecer a violência, do aparecer dos guardas dos sumos sacerdotes e do ritual da prisão.

Na teologia da Igreja, no conceito de cruz, a Igreja encontra – entendida como sacrifício voluntário de si pela expiação dos pecados do mundo inteiro – o próprio fundamento e vértice. O mistério da ressurreição como realidade tangível de fé foi semelhante a uma gloriosa luz celeste que, quando invadiu o coração dos discípulos, transformou todas as humilhantes e dolorosas aflições da cruz em honra, triunfo e glória: a morte se tornou redenção, o túmulo mudou de poço de morte em fonte de vida.

Com razão Paulo afirma: Se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé e vós permanecéis ainda em vossos pecados (1Cor 15,17). O aspecto mais importante na teologia da Igreja, que crê verdadeiramente que Cristo ressuscitou, é este: “Se Cristo ressuscitou e sua ressurreição tornou-se realidade dentro de nós, então nossa fé é autêntica e nós não estamos mais em nossos pecados”. Isso significa que a ressurreição de Cristo na carne, ao terceiro dia, tornou-se a força fundamental e eficaz para o perdão dos pecados. Por isso, na visão da Igreja, a ressurreição é a base do conceito de expiação. Por esta razão, não podemos afirmar que a morte de Cristo em si mesma tenha significado pagar o preço de nossos pecados e aplacar a Deus a fim de que afaste de nós a sua cólera: é a ressurreição que deu à morte de Cristo essa força de expiação e de reconciliação.

Se consideramos o canto alegre *Christós anésti* entoado pela Igreja, entendemos o motivo dessa alegria irresistível que dissolve toda dor e agonia da cruz, todo sofrimento do pecado e da morte. Se verdadeiramente Cristo

ressuscitou, então nossa fé é autêntica e nós não estamos mais em nossos pecados. Sua cruz não foi infâmia, mas glória. O corpo do qual nos nutrimos é o corpo da sua crucificação, é também o corpo da sua ressurreição e nos tornamos partícipes exatamente da sua ressurreição e da vida eterna.

A ressurreição de Cristo mudou a infâmia e a maldição da cruz em graça, salvação e glória e tornou o corpo despedaçado e o sangue derramado realidades não só vivas, mas também doadoras de vida. Além disso, se a morte constituía o preço a ser pago pelos nossos pecados, a ressurreição acrescentou o valor deste preço tornando-o clara e definitivamente aceito quer no céu quer na terra.

O que necessitamos é de uma ressurreição que tenha a mesma força reveladora daquela dada aos discípulos ao terceiro dia, uma ressurreição que possa corrigir todos os nossos conceitos errados de medo do sofrimento e da cruz e torne-se um ponto de partida para a nossa fé, uma força da qual extrair a capacidade não só de entender o poder que tem a cruz de perdoar os nossos pecados, mas também de suportar os mesmos sofrimentos da cruz cheios de alegria. Não será mais uma agonia, mas uma comunhão na glória, como descobriu São Paulo: [Se] participamos de seus sofrimentos para participar também de sua glória (Rm 8,17).

Na doutrina da Igreja, a ressurreição tornou-se o fundamento do ato de redenção que estava latente no coração de Cristo desde o início. Redenção não significava somente que Cristo teria pago o preço de nossos pecados ou afastado a ira de Deus do réprobo tornado escravo do pecado. Para Cristo, redenção significava antes de tudo algo que ia além do perdão e da reconciliação: o restabelecimento do amor e da vida eterna que tínhamos perdido por causa da transgressão e da separação de Deus. Esta realidade originariamente estava implícita no conceito de encarnação, do modo como era compreendido pelos Pais da igreja, como Atanásio, que afirma: “O Verbo se fez homem para que nós pudéssemos nele nos tornarmos deuses” (isto é, participantes da natureza divina).

Por isso, a finalidade da encarnação, na visão dos Pais da igreja, jamais foi limitada à expiação da cruz e à redenção por meio do sangue, mas foi sempre além, até conceber a ressurreição com vista à renovação do homem como fim último da encarnação. Isso, porque o homem não teria cessado de cair em pecado, de romper a comunhão com Deus e de incorrer na ira divina, mesmo se os seus pecados tivessem sido perdoados. Na realidade, o homem tinha perdido os seus dons originários e a imagem de Deus nele estava distorcida: tinha chegado ao ponto de perder a faculdade de conhecer e amar a Deus e, como consequência, a faculdade de retornar à vida com Deus através da purificação, do conhecimento e do ensinamento. Reconciliar-nos com Deus e retornar à nossa condição originária não é uma questão de reparação das dívidas de nossos pecados: deve haver uma re-criação da pessoa. É o que escutamos do próprio Cristo na sua conversa sobre este tema com o rabi

Nicodemos: Se alguém não nasce de novo, não pode ver o reino de Deus (Jo 3,3).

A ressurreição de Cristo dos mortos com o mesmo corpo com o qual tinha morrido, oferece a resposta prática e divina ao nosso novo nascimento entendido como nova criação. O poder de Cristo de novamente dar em plenitude a vida ao homem através da sua ressurreição foi sempre a grande esperança da igreja, desde o dia da ressurreição. É através da ressurreição que Cristo, vivente e vencedor não só do pecado, mas também da morte, abriu de uma vez por todas as portas para o nosso retorno ao reino de Deus, à vida eterna, depois de ter pago na cruz, ele mesmo, o preço de nossos pecados.

Assim, a ressurreição de Cristo nos revela o significado mais profundo escondido na cruz. Atrás daquele sacrifício, realizado com o pleno consentimento do Filho e com o beneplácito do Pai que o golpeou com a aflição, estavam a misericórdia paterna e o extremo afeto do Senhor Jesus para com os pecadores e o gênero humano. Trata-se de um sacrifício que obtém não só o perdão dos pecados, mas também a re-criação do pecador em Cristo e no seu Espírito: deste modo Cristo pode apresentar os homens ao Pai, no seu amor tomando-os consigo, após tê-los lavado no seu sangue; apresenta-os no seu ressurgir e sentar-se à direita do Pai, a fim de que possamos viver sem mancha diante de Deus Pai no amor, e sermos criaturas novas que carregam o próprio respiro vital do Espírito de Deus, amados como o Filho. Como afirma o próprio Cristo: Esteja neles o amor com o qual me amaste (Jo 17,26).

A doutrina da Igreja, ao sublinhar o amor de Deus como causa fundamental, vai da cruz à ressurreição, à ascensão, até o ingresso no Santo dos santos e o assentar-se à direita do Pai para assegurar a plena realização da redenção. Por isso, a igreja crê que a redenção continua também após o ingresso de Cristo no Santo dos santos: Ingressou uma vez por todas no santuário, deste modo conseguindo-nos uma redenção eterna (Hb 9,12).

Cristo é ainda vivente e, mesmo depois de ser morto por nós e ter-nos justificado com o seu sangue, continua a interceder por nós junto a Deus Pai com a audácia do amor com que realizou a redenção, de modo que nenhuma ira ou reprovção pode vir sobre nós por causa da nossa ignorância e da transgressão diária: Mas Deus mostra seu amor por nós porque, enquanto ainda éramos pecadores, Cristo morreu por nós. Agora, com maior razão ainda, justificados pelo seu sangue, seremos salvos por meio dele (Rm 5,8-9).

Que grave erro cometemos quando, depois que esta maravilhosa e gloriosa salvação foi completada em todas as suas etapas, separamos a cruz da ressurreição, considerando no coração e na mente a cruz como um espaço de aflição e de infâmia a ser evitado e temido e, ao contrário, fazendo da ressurreição um júbilo e uma glória a serem amados. Mas a ressurreição não é o preço da cruz e a cruz o preço da ressurreição e as duas não foram uma única glória para Jesus e para nós? Por acaso, a cruz não era, aos olhos do Pai, a autêntica glória de Cristo, exatamente quando estava suspenso, circundado de infâmia? Não revelou o próprio Jesus esta verdade na sua oração ao Pai no

momento em que Judas tinha saído para realizar o gesto da traição e no qual Cristo compreende que a hora da cruz era iminente? Tendo pego o pedaço de pão, [Judas] imediatamente saiu. E era noite. Quando ele acabou de sair, Jesus disse: Agora o Filho do homem foi glorificado e também Deus foi glorificado nele. Se Deus foi glorificado nele, também Deus o glorificará em si mesmo e o glorificará logo (Jo 13,30-32).

Esta era a auréola de glória que Jesus viu resplandecer antecipadamente sobre si tanto na cruz como na ressurreição. Com seu agudo senso teológico, a igreja compreendeu que o próprio Cristo se sujeitou à morte, mas não caiu sob seu poder. A ressurreição era imanente nele e ele consentiu na crucificação somente na medida do próprio empenho de amor pelos pecadores – Ninguém tem amor maior do que este: dar a vida pelos próprios amigos (Jo 15,13) – e de obediência ao Pai: fez-se obediente até a morte, e à morte de cruz (Fl 2,8).

Este é o motivo pelo qual a Escritura e os profetas afirmam não ser possível que ele ficasse preso no túmulo. A ressurreição veio sublinhar a voluntariedade de sua morte.

Diversas vezes Jesus insistiu neste aspecto misterioso e fundamental. Eu tenho o poder de entregá-la e o poder de retomá-la (Jo 10,18). Por acaso não devo beber o cálice que o Pai me deu? (Jo 18,11). Para isto vim ao mundo (Jo 18,37). Quando Pilatos pretendeu mostrar a própria superioridade com relação ao “rei dos judeus” como se ele tivesse o poder de crucificar ou de libertar, Cristo replicou imediatamente: Tu não terias nenhum poder sobre mim, se não te fosse dado do alto (Jo 19,11).

Pilatos desempenhou sua missão, satisfez os sumos sacerdotes e crucificou Jesus, exatamente como eles queriam, e o diabo também, de modo que a cruz pudesse ser uma infâmia lançada sobre Cristo e um castigo final, e os judeus pudessem livrar-se dele de uma vez por todas. Mas, com seu triunfo e ressurreição dos mortos, o Senhor esvaziou todas as suas tramas urdidas com o príncipe deste mundo e com o poder das trevas; o Senhor inverteu a situação, de modo que, para Cristo e para cada crente, a cruz se torna glória e paz, enquanto para o diabo e para todos aqueles que odeiam o nome de Cristo ela se torna infâmia e horror.

A ressurreição fez Cristo assentar-se nos céus como Rei dos reis, Senhor dos senhores, Ordenador de todos os séculos, e fez da morte de Cristo não só uma propiciação pela remissão dos pecados e a reconciliação do mundo com Deus, mas também uma renovação da criação do homem e uma mudança radical na própria natureza da humanidade; de uma vida segundo a carne a uma vida no Espírito, para preparar o corruptível a fim de se tornar incorruptível e o mortal para se tornar imortal, como afirma João no Apocalipse: O santo continue a se santificar (Ap 22,11).

De agora em diante a nossa vida em Cristo está escrita para nós no céu na novidade do Espírito, a fim de que possamos reinar com Ele. Todos os atos quotidianos da igreja se tornaram conhecidos e lidos por todos os seres

celestes, pois Cristo – que está assentado à direita da Potência nos céus – é também o Rei dos santos para a Igreja celeste e agora é a cabeça e o esposo da Igreja na terra, exatamente como o afirma Paulo: Para que seja manifestada agora no céu, por meio da igreja, aos principados e às potestades a multiforme sabedoria de Deus, segundo o plano eterno que realizou em Cristo Jesus nosso Senhor (Ef 3,10-11). Seja no sacramento do batismo – no qual acontecem a morte de Cristo e a ressurreição com ele, para obter-se o novo nascimento que nos coloca em condições de entrar no reino dos céus e de contemplá-lo a partir de agora – seja no sacramento da eucaristia – no qual se torna manifesto o corpo de Cristo – o Espírito desce e os crentes participam da oferta, proclamando a morte de Cristo e confessando a sua ressurreição na expectativa de tomar parte nela.

Cada vez que a igreja canta as palavras: *Christós anésti* (“Cristo ressuscitou”), o eco da resposta ressoa nos céus, na boca dos santos: *Alithós anésti* (“Ressuscitou de verdade”!)

XIII. A Ascensão

legremo-nos na festa da Ascensão, em que Cristo nos fez assentar-nos com ele nos céus e preparou para nós a bem-aventurada morada que nos tinha prometido, à direita da Potência, no alto dos céus, a fim de que fôssemos para sempre nele reconciliados com o Pai e guardados pela graça e pela misericórdia do Altíssimo. Diversamente do primeiro Adão, que morou no paraíso de árvores e frutos e era de quando em quando visitado por Deus, nós, em nosso amado Redentor - o segundo Adão - moramos sempre com Deus. Mesmo se agora estamos exilados de nossa morada celeste, mesmo se sofremos um pouco, de modo que nossa fé possa receber justificação e nós possamos nos tornar dignos desta esplêndida herança, nós vivemos, por meio da fé, como se estivéssemos constantemente assentados nos céus; vivemos plenos da esperança colocada em nós por Cristo e cheios do amor que transforma a dor em alegria, o invisível no visível, através dos olhos do coração. Deste modo, esperamos, com paciência e gratidão, o dia do encontro, quando gozaremos ao ver a face do amado, Cristo, do qual nunca mais seremos privados.

Também esta era a alegria de Cristo, antes de subir ao Pai: dom pelo qual rezou (cf. Jo 17), para que pudéssemos estar onde ele mora para sempre e pudéssemos contemplar sua glória e nela viver. Após a ascensão de Cristo, esta glória transformou-se numa realidade vivente, como testemunhou o mártir Estevão: enquanto abandonava sua morada terrena, seus olhos contemplaram, na certeza da fé e da visão, o lugar que Cristo lhe tinha preparado, uma morada estupenda, não feita por mãos humanas, estável para sempre nos céus: o corpo de Cristo, que contém todas as coisas.

Agora, nós comemos seu corpo e bebemos seu sangue com olhos fechados: não conseguimos ver o esplendor de seu corpo nem a glória de seu sangue sem nos amedrontar, sem cair com a face por terra e ficar mudos ao

receber a terrível brasa ardente da divindade. Mas, por que nós mesmos não podemos nos ver unidos a este corpo, na luz plena da divindade? Por que não podemos ver o sangue de Cristo que se difunde em nós e nos transmite o Espírito divino derramando-o em nosso ser, de modo a poder tornar-nos tanto um reino de sacerdotes para Deus seu Pai, como reinar com ele na herança da dignidade ilimitada dos filhos do único Pai?

O apóstolo Paulo nos incita com uma insistência espiritual, compreensível somente por quem foi iniciado pelo Espírito nos segredos da presença divina: Se ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo se encontra (Cl 3,1). Portanto, por si, só a ressurreição não é suficiente. Após a ressurreição, há a glória da vida na presença de Deus, onde Cristo se assentou conosco à direita do Pai, à disposição daqueles que o amam e que não podem suportar viver sem ele.

Onde quer que se encontre Cristo, também nós temos o direito de estar. Este pedido está incluído na própria natureza do pedido e do desejo de Cristo; realmente, recebemos este direito em virtude de nossa humanidade, com a qual Cristo se uniu de boa vontade e com amor, prometendo não abandoná-la, nem esquecê-la, um instante sequer, nem durante um piscar de olhos.

Procurar as coisas do alto, onde se encontra Cristo, significa procurar morar constantemente na presença de Deus: isto tornou-se para nós um direito eterno em Cristo, direito que agora pedimos com insistência, em lágrimas. Uma vez que o possuímos, não pode mais ser-nos tirado, porque é a herança reservada para nós no céu, herança que não é diminuída nem pela nossa enfermidade, nem desaparece com a decadência de nosso ser carnal.

A relação entre a humanidade e o Espírito vivificante tornou-se possível graças ao sacrifício redentor de Cristo: É bom para vós que eu vá... quando eu for vos mandarei [o Consolador] (Jo 16,7). Ele me glorificará, porque tomará do que é meu e vo-lo anunciará (Jo 16,14). Por isso, a glória da cruz e do sangue derramado é a posse da santa Trindade na sua totalidade: posse do Pai que aceita o sacrifício do Filho e o glorifica (Todas as minhas coisas são tuas e todas as coisas tuas são minhas: Jo 17,10), posse do Espírito Santo que mora no Pai e por isso possui tudo o que pertence ao Pai, inclusive o sacrifício e a glória do Filho.

Viver na presença de Deus, conscientes da união com Cristo livremente realizada por ele em nós e para nós, é o segredo da felicidade entregue a nós, por Cristo, em meio aos sofrimentos do mundo e apesar da impotência da humanidade e de seu trágico fracasso. Esta consciência nos dá uma paz interior que supera a inteligência com todas as suas ânsias e fraquezas.

Mas, este sentido de estar na presença de Deus não é uma simples alegria da qual gozar. Pelo contrário, é oração com todo o seu calor, a sua paz e a sua sobriedade: é a oração perfeita na qual o corpo encontra repouso, a alma encontra paz e o Espírito se alegra na recordação da Trindade, na glorificação do Pai, na repetição do nome do Salvador, na invocação incessante

do Espírito Santo, com a esperança e a audácia derivadas da cruz e do sangue derramado.

Somos constrangidos a gemer em nós mesmos por causa do peso de nossa carne: ela é como uma tenda rasgada por ventos impetuosos e nós suspiramos por vestir o hábito celeste. Mas isso não é possível pois, primeiramente, devemos nos despojar do homem velho para revestir-nos de Cristo e morar nele sem temor: aquilo que é corruptível, de fato, não pode herdar a incorruptibilidade. Por isso, nossas preces continuarão misturadas com lágrimas, e a nossa alegria de habitar na presença divina será traspassada por gemidos de aflição, por causa de nossa incapacidade de vestir aqui o hábito celeste. Mas, pela fé, nós sabemos que, do mesmo modo que vestimos o hábito terreno, assim vestiremos o celeste e nunca mais seremos privados da graça divina: aquele que nos criou é o mesmo que nos recriou e preparou para uma renovação na plenitude da santidade e da justiça de Deus.

Portanto, devemos admitir nossa miséria atroz, mesmo se nos foi dada e transmitida toda a riqueza do Filho. Este mundo de falsidade e de engano não reserva riquezas para nós: aqui não existe cidade permanente para nós, nem habitação estável, não existe honra, nem fama, nem verdadeira consolação. Pelo contrário, estamos à procura do mundo que há de vir, onde não há engano nem sombra de mudança. É nesta linha que Paulo nos estimula a procurar as coisas do alto. Como pode o homem procurar essas coisas se deseja coisas que estão nesta terra e ainda grita por aquilo que está nas mãos e na boca dos outros? Ou consentimos nas coisas mais terrenas para que se tornem nossa alegria, a nossa consolação e a nossa glória, ou então rejeitamos aquilo que é daqui de baixo em troca das coisas lá de cima, a glória de Deus.

Aqueles que procuram e gemem por honras nesta terra, não terão mais o poder da fé nas coisas do alto para estar em condições de procurá-las; aqueles que procuram o que está na terra, não podem procurar o que está nos céus. Aqueles que, na verdade, não se consagram para procurar as realidades celestes são privados da glória da ascensão e perdem os frutos da cruz e da ressurreição. Pois Cristo suportou os sofrimentos, as paixões e a crucifixão por amor da alegria colocada diante dele: a alegria da grande reconciliação definitiva realizada quando ele ofereceu ao Pai a humanidade, juntamente com ele - uma humanidade redimida, justificada, purificada e lavada no sangue - e fê-la assentar-se a seu lado à direita do Pai.

Do mesmo modo, como os sofrimentos da cruz foram coroados com a ressurreição, assim a ressurreição foi coroada com a ascensão e o assentar-se à direita do Pai. Portanto, na ascensão está incluído o mistério do suportar todo o sofrimento, também até a morte; e no assentar-se nos céus junto com Cristo está a suma esperança, a máxima alegria e a finalidade última de toda a criação, tanto da velha como da nova

XIV. Pentecostes: a Promessa do Pai

Ascensão do Senhor, já comentamos, quarenta dias após a ressurreição e o modo como ele completou a Redenção iniciada na Cruz. Quando, naquele dia, subiu e atravessou a barreira que nos separa do Pai e penetrou até o interior do véu do santuário como precursor, para nossa vantagem (cf. Hb 6,19-20), Cristo entrou com as mãos tingidas do próprio sangue e compareceu diante do Pai imolado na carne por causa de seu amor e de sua obediência. A ira de Deus pela transgressão do homem foi aplacada para sempre: o próprio Filho tornou-se oferta de expiação pela humanidade imperfeita. Daí deriva a expressão Jesus entrou por nós como precursor... dando-nos assim uma redenção eterna (Hb 6,20; 9,12).

Por isso, através de sua ressurreição e ascensão à direita do Pai, Cristo completou o dom descido do céu, tornando perfeita a redenção e assegurando a salvação a todos que creem nele.

XIV.1 Após a redenção

O que permanece após a redenção e a salvação é o nosso ingresso na comunhão com o Pai, o poder viver com ele no amor, como filhos. Uma coisa é morrer com Cristo, ressurgir com ele, com ele assentar-se nos céus, e outra é viver com o Pai na comunhão do amor dos filhos. Esse é o dom realizado pelo Espírito Santo, um tempo chamado “a promessa do Pai”, cuja data estava fixada na história da humanidade: esse dom foi preanunciado pelos profetas, foi retomado por Cristo e realizado em Pentecostes.

XIV.2 A revelação do amor do Pai em Pentecostes

Todos sabem que Cristo realizou o projeto divino mediante a carne, isto é, a morte, a ressurreição, a ascensão e o assentar-se à direita do Pai. Mas, em Pentecostes, o Pai realizou o próprio projeto mediante o Espírito Santo. Enquanto o objetivo do Filho é a salvação mediante a remissão do pecado e do castigo consequente e o restabelecimento da relação entre Deus e o homem na base de uma reconciliação eterna, a vontade do Pai é que nós vivamos com ele no amor de filhos: esta vontade se realizou em Pentecostes como resultado da obra de Cristo.

Onde terminou a missão de salvação e de redenção do Filho, teve início a missão de amor e de adoção do Pai. Referente a isso afirma expressamente o Senhor: Nesse dia vocês pedirão em meu nome e não será necessário que eu os recomende ao Pai, pois o próprio Pai ama vocês, porque vocês me amaram e acreditaram que eu saí de junto de Deus (Jo 16, 26-27).

A afirmação de Cristo – O Pai vos ama e naquele dia – realizou-se definitivamente em Pentecostes, quando o Pai enviou o Espírito Santo, o seu Espírito, o Espírito do amor paterno, um tempo indicado como “a promessa

do Pai”. Paulo o explica com estes termos: o amor do Pai foi derramado em nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5). Isso significa que a primeira impressão, na mente e no coração, neste grande dia de Pentecostes, deveria ser o afeto do Pai por nós, um sentimento de amor paterno e ardente derramado sobre a humanidade, que se seguiu à realização, por parte do Filho, de todas as condições exigidas para a redenção e a salvação.

Esta é a nossa porção de glória naquele grande dia; este é o tesouro de amor ao qual tiveram acesso os fiéis de todos os tempos, sem que jamais se esgotasse; este é o ardente amor do Pai que nos faz gritar incessantemente: Abbá, Pai!. De fato, o Espírito de Pentecostes é um Espírito de fogo que desce diretamente do Pai e dele comunica, através das chamas, a compaixão e o amoroso afeto mantidos ocultos da humanidade por milênios de anos.

Gostaria que tomássemos consciência da eficácia e da magnificência deste amor, porque o seu mistério é extremamente profundo. Demonstrou-se doador de vida e é semelhante a um fogo capaz de transformar a nossa natureza, assim como o fogo transforma o pó em ouro. Com o mesmo amor com o qual Deus amou seu Filho unigênito, Deus escolheu, neste “dia divino”, amar-nos e derramar sobre nós abertamente o seu Espírito. Assim, transformou-nos de servos em filhos e nos elevou da terra ao céu, pelos méritos de seu Filho que desceu à nossa terra e se imolou por amor de nós.

XIV.3 A adoção através do Espírito Santo

Quando Abraão obedeceu a Deus e esteve a ponto de imolar o próprio filho, na submissão à voz do céu, recebeu a misericordiosa graça de Deus que jurou abençoá-lo e dele fazer uma bênção. Mas, em Pentecostes – dia no qual todos os nossos dias foram abençoados, depois de Cristo ter completado a lei na carne, tinha obedecido ao Pai até a morte de cruz, subira e aparecera diante do Pai com o próprio corpo imolado – Deus realizou algo maior do que um juramento: seu amor derramou-se sobre toda a humanidade e derramou sobre cada homem o Espírito Santo, no qual reside toda a graça, o amor e a bondade de Deus, como predisse Joel, o profeta do Pentecostes. Com esse Espírito do Pai, o mundo inteiro foi abençoado.

Este amor assume a forma de uma ligação de adoção. Como o Pai amou seu Filho, no mesmo modo, e mediante o mesmo Espírito, Deus também nos amou e enviou o Espírito de seu Filho nos nossos corações (Gl 4,6). Eis a adoção em virtude da qual temos pleno direito de chamar Deus “Abba, Pai!”. É o mesmo Espírito, derramado em nós pelo Pai, que grita em nós, testemunhando que somos filhos de Deus.

Esse é o Espírito de adoção que nos tornou aptos a participar da herança de Cristo, da qualidade de filhos de Deus, exatamente como afirma Paulo: Mas vós recebestes um Espírito de filhos pelo meio do qual gritamos: Abbá, Pai!. O próprio Espírito atesta ao nosso espírito que somos filhos de Deus. E se somos

filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, co-herdeiros de Cristo (Rm 8,15-17).

XIV.4 A unção de filhos

Depois que o Filho tinha predisposto em si mesmo todas as condições preliminares, e depois que os discípulos se reuniram no cenáculo segundo sua ordem, esperando aquilo que fora prometido e dedicando-se à oração unânime, a promessa do Pai com relação ao Espírito Santo se realizou e o processo de adoção, há tempo prometido pelo Senhor e esperado pelos discípulos, foi completado.

A promessa se realizou com uma unção de fogo por parte do Pai, a qual nos deu o poder de uma vida imortal em comunhão com a Trindade. A profundidade desta comunhão é inexprimível e nós agora vivemos na sua plena manifestação. A essência desta vida é um amor paterno que, de per si, é doador de vida e contém em si o mistério do nascimento do alto.

Cristo vê a sua descendência, vive longos anos, por meio dele se cumpre a vontade do Senhor; ele verá o fruto da fadiga de sua alma e dela se saciará (cf. Is 53,10-11).

Grande foi a alegria de Cristo naquele dia quando, assentado à direita do Pai, viu o Espírito Santo imprimir o selo do Pai em toda a obra que ele tinha realizado através dos sofrimentos, e quando deu testemunho a seus discípulos, adotados pelo Pai como Igreja que fazia seu ingresso em uma nova era, a era do beneplácito do Pai, a era do amor eterno da qual jamais seria separada.

Cristo, naturalmente, se alegrou com tudo isso, pois era o que tinha insistentemente pedido ao Pai: Que o amor com o qual me amaste esteja neles (Jo 17,26). Esta é a unção do Pai, doada segundo o pedido de Cristo e por causa de seu amor, sobre a Igreja reunida unanimemente em Pentecostes. É a mesma igreja que ainda hoje se reúne como Igreja católica para receber essa mesma unção de alegria e de amor paterno, no mesmo modo com o qual no Jordão deu-se a unção do Filho encarnado, quando ele recebeu o Espírito que descia sobre ele juntamente com a voz do Pai: Este é meu Filho predileto, no qual ponho minhas complacências (Mt 3,17).

Essa equivalência entre o amor do Pai pelo Filho e o amor pelo homem novo, representado pela Igreja dos apóstolos reunidos no cenáculo, ultrapassa qualquer compreensão. O amor do Pai derramado sobre o Filho através do Espírito Santo foi derramado do mesmo modo e através do mesmo Espírito também sobre a nova humanidade, sobre todos aqueles que aceitam a redenção e a adoção em Cristo, para que o amor com o qual me amaste esteja neles (Jo 17,26).

XIV.5 A comunhão de amor

Precedentemente, já afirmei que o Espírito derramado pelo Pai com a unção de amor é essencialmente vida no Pai. O Espírito une firmemente a humanidade em uma comunhão com o Pai, comunhão de amor e de vida eterna, porque o amor do Pai é vida, e a vida em comunhão com o Pai é o amor fundamental.

Cristo previu esse dia maravilhoso, dia no qual a Igreja viveria do amor do Pai, e sua alma encontrou consolo no futuro de seu pequeno rebanho. Deste modo ele fortaleceu os discípulos quando a sombra da cruz ameaçava oprimi-los com seus sofrimentos: porque eu vivo e vós vivereis (Jo 14,19). Ele já tinha explicado de onde jorrava essa vida quando tinha dito: Eu vivo para o Pai (Jo 6,57). Portanto, o significado se torna claro: “Eu vivo para o Pai, por isso, comigo, vós vivereis para o Pai”.

Essa é a comunhão de vida com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, comunhão que os discípulos viram e viveram e com a qual se alegraram, comunhão de que nos falou o apóstolo João dizendo-nos que também hoje nos é oferecida: A vida se fez visível, nós a vimos e disso damos testemunho e vos anunciamos a vida eterna, que estava junto do Pai e fez-se visível a nós; aquilo que ouvimos e vimos, nós o anunciamos também a vós, para que também vós estejais em comunhão com ele. A nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo. Escrevemos estas coisas para que a vossa alegria seja perfeita (1Jo 1,2-4).

Com isso entendemos que a comunhão com o Pai obtida por Cristo, para nós, através de sua encarnação e por ele completada com o seu assentar-se à direita do Pai, era a garantia, a primícia, o modelo perfeito que, no plano de Cristo devia constituir o fundamento para a comunhão de vida da humanidade com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

A obra de Cristo não terminou com sua ascensão e com seu glorioso assentar-se à glória do Pai nos céus: realmente, não seria possível que Cristo se satisfizesse e a sua alegria fosse completa, sem que fosse completamente realizado seu plano que previa a aquisição, por parte da humanidade, de uma comunhão com o Pai, de uma relação eterna, de um amor e de uma adoção igual àquela que ele buscou para nós no corpo de sua humanidade. Isso tinha sido objeto de um específico pedido de Cristo ao Pai, antes da crucifixão: Agora, porém, eu venho a ti e digo-te estas coisas enquanto estou ainda no mundo, para que tenham em si mesmos a plenitude de minha alegria (Jo 17,13)

XIV.6 Os dons do Espírito Santo devem ser acesos

A comunhão de amor e de vida com o Pai e o Filho através do Espírito Santo, esta comunhão que foi derramada no dia de Pentecostes, que pôs sua moradia na Igreja, pode ser sentida em nosso íntimo somente com uma grande mansidão e humildade.

Se é verdadeiro que o Espírito de Pentecostes era palpável e visível como línguas de fogo, é também verdade que esse Espírito jamais se esfriou ou foi extinto. Seu fogo permanece latente nos corações que sabem como reavivar a chama com a oração, a humildade e o amor. O fogo do Espírito Santo é vivo e tem necessidade apenas de ser abanado; espera o óleo da graça para inflamar os carismas e aumentar a unção. Felizes aqueles que a cada dia recolhem ao menos uma gota deste óleo: verão como o Espírito queima e como se espalha a fragrância do perfume de Cristo. Como a abelha operosa recolhe o mel do néctar das flores, assim nós recolhemos o óleo mediante a vigília, a ascese e a autêntica mansidão, a doce pobreza e o jejum alegre, a súplica incessante, o honrar cada ser humano, o dar graças por cada coisa, o bendizer todo nome.

O Espírito Santo é, por sua natureza, manso e calmo; sua voz não pode ser ouvida nem sua forma vista a não ser por aqueles que se encontram unânimes na intimidade do amor e esperam a promessa do Senhor, aqueles que abrem o coração e erguem os olhos para o lugar onde Cristo está assentado, pedindo aquilo que pertence aos filhos e procurando a face do Pai. A estes o Espírito se manifesta como uma luz para o olho interior e como um fogo que enche os corações, de tal forma que cada boca está cheia do louvor a Deus. Os jovens divisarão a luz do mundo (Jo 8,12) nas suas visões e os anciãos reconhecerão Cristo em seus sonhos (cf. At 2,16-18).

XIV.7 A nossa comunhão com os apóstolos

Não esqueçamos que, através da descida do Espírito em Pentecostes – Espírito que desde aquele dia brilha na igreja e que ainda hoje nos enche de vida, de luz e de amor – passamos a ter com os santos uma comunhão que dura para sempre: de fato, o Espírito da autêntica comunhão, desde aquele dia, se estende sem interrupção a partir dos próprios apóstolos. Basta-nos permanecer firmemente ligados a este Espírito da promessa, santo e vivente para sempre. Devemos agarrar-nos a ele com todo o coração e jamais abandoná-lo, devemos respirá-lo a plenos pulmões e cortejá-lo com todo o nosso afeto, de modo a conseguir participar plenamente, nele, na comunhão com os santos e com o próprio Cristo. Como disse Paulo: Com alegria agradeçamos ao Pai que nos fez aptos a participar da sorte dos santos na luz. É ele, de fato, que nos libertou do poder das trevas e nos transferiu para o reino de seu Filho amado (Cl 1,12-13). Este é o máximo desejo pelo qual Cristo insistentemente implorou ao Pai: Pai, quero que, onde eu estiver, estejam comigo aqueles que me deste (Jo 17,24).

XIV.8 A dúplice efusão do Espírito Santo

A diferença entre o soprar de Cristo em seus discípulos após a ressurreição e a descida do Espírito em Pentecostes é extremamente forte e os dois eventos são complementares. A obra do Filho, completada através da encarnação e da redenção, termina com a nova criação: Deus nos regenerou,

mediante a ressurreição de Cristo dos mortos, para uma esperança viva (1Pd 1,3). Sobre esta criação nascida à sua imagem, Cristo derramou o seu Espírito Santo para que, na força de sua qualidade de Filho criador e de novo Adão, nela pudesse viver o Espírito doador de vida. Mas, como a perfeição desta criação devia ser completada pela obra do Pai, Cristo ordenou a seus discípulos que, mesmo pós ter recebido esta sua efusão, não abandonassem o lugar em que se encontravam mas, pelo contrário, esperassem “a promessa do Pai”. Deste modo, após ter obtido “a promessa do Filho”, eles permaneceram na expectativa da “promessa do Pai”. A promessa do Filho consiste numa comunhão com Cristo em virtude do Espírito Santo. Após a ressurreição, Cristo soprou o Espírito Santo sobre seus discípulos para que pudessem ter plena comunhão em sua morte e ressurreição como nova criação: de fato, sem o Espírito Santo era-lhes impossível obter a comunhão com Cristo. Analogamente, a promessa do Pai é a comunhão com o Pai em virtude do Espírito Santo através da adoção de filhos. É evidente que o sopro do Filho sobre os discípulos após a ressurreição e a descida do Espírito Santo do Pai como uma unção em Pentecostes realizam – ambas – uma única ação no homem, mesmo se constituem duas operações místicas separadas, como o batismo e a crisma. Ambos são sacramentos da ação do Espírito Santo, no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ele vos batizará em Espírito Santo e fogo (Mt 3,11).

Através do batismo e da crisma, nós recebemos agora estas duas ações completadas uma pelo Filho (através do sopro do Espírito Santo após a ressurreição) e a outra pelo Pai (através da realização, em Pentecostes, de sua santa promessa feita aos discípulos), de modo que possamos obter aquilo que os discípulos obtiveram após a ressurreição e em Pentecostes: o renascimento para a nova criação como Igreja vivente e corpo de Cristo

XV. A relação entre o dom de Pentecostes e a Ascensão de Cristo

Quando eu for, vos enviarei o Consolador. (Jo 16,7)

Esta frase do Senhor indica que o envio do Espírito Santo em Pentecostes e a transmissão da unção do Pai através do amor e da adoção, na comunhão de uma vida eterna com ele, dependiam do retorno do Filho para junto do Pai. Isso comportava a realização de sua missão: uma nova humanidade, redimida e tornada perfeita, posta na posição de reconciliação com o Pai através do lugar de honra que Cristo nos obtém à direita da glória, nos céus.

Tendo assim completado a sua missão, tendo satisfeito toda a vontade do Pai com relação a nós e tendo removido todo obstáculo que impedia uma nossa vida sem mancha com o Pai, como consequência Cristo nos obtém a promessa do Pai em virtude de estar assentado à sua direita como intercessor em favor da humanidade exilada na terra. Daqui nascem as palavras de Pedro em Pentecostes: Elevado, portanto, à direita de Deus e depois de ter recebido

do Pai o Espírito Santo que ele tinha prometido, derramou-o, como vós mesmos pudestes ver e ouvir (At 2,33).

Paulo revela-nos a ligação essencial entre a ascensão de Cristo e o seu assentar-se à direita do Pai de um lado e, de outro, a realização de uma humanidade cheia de Espírito Santo para entrar na autêntica comunhão levada à realização por Cristo, no céu: Ele subiu acima de todos os céus, a fim de que pudesse encher todas as coisas (Ef 4,10). As palavras “para que pudesse” demonstram que a ascensão de Cristo constituía o início, a causa principal e eterna para a realização da plenitude da humanidade em comunhão com Deus. É o que se exprime também no versículo: Jesus entrou como precursor, para nosso proveito (Hb 6,20).

XV.1 A acolhida da paternidade de Deus

Quando chegou sua hora, Cristo percebeu que a humanidade tinha uma necessidade urgente do Espírito da paternidade do Pai, a ponto de não mais poder viver como órfã sem conhecer um pai. Cristo tinha saciado esta necessidade, sendo o Filho descido do céu, do seio do Pai e trazendo em si a imagem e a compaixão do Pai. Agora que estava deixando os discípulos, como estes poderiam viver sem o cuidado amoroso da paternidade de Deus? Cristo prometera aos discípulos que na sua ascensão, rogaria ao Pai para mandar-lhes o Consolador, o Espírito de consolação que vem do Pai, que traria a toda a humanidade o afeto e a compaixão próprias da paternidade, como eterna comunhão de vida com Deus Pai. Esta é a origem das palavras de Jesus a seus discípulos: Não vos deixarei órfãos (Jo 14,18). O Espírito de Pentecostes é o Espírito da compaixão do Pai que conforta o homem, assegurando-lhe a possibilidade de viver como um filho na casa de Deus, para sempre.

No dia de Pentecostes, o Pai nos fez entrar numa comunhão com ele que é – num certo sentido – do mesmo tipo daquela existente entre ele e seu Filho dileto, a tal ponto que o Espírito Santo chegou a transmitir-nos o diálogo íntimo entre o Pai e o Filho, o diálogo do puro amor divino: Quando vier o Espírito de verdade, ele vos conduzirá à verdade completa, porque não falará de si, mas dirá tudo aquilo que terá ouvido e vos anunciará as coisas futuras. Tomará do que é meu e vô-lo anunciará. Tudo aquilo que o Pai possui é meu (Jo 16,13-15). Deste modo, o Espírito Santo nos introduziu nos segredos da comunhão do Pai com o Filho; foi isto que também Paulo conseguiu entender e explicar: “O Espírito penetra todas as coisas, também as profundidades de Deus”.

Aquilo que olho jamais viu, ouvido jamais escutou, nem jamais penetrou o coração do homem, isso Deus preparou para aqueles que o amam. A nós, Deus o revelou por meio do Espírito”. “Ora, nós não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito de Deus, para conhecer tudo aquilo que Deus nos deu. (cf. 1Cor 2,9-12).

Este é o Espírito Santo que o Pai derramou em Pentecostes segundo a sua santa promessa, para fazer-nos conhecer aquilo que nenhuma mente pode conceber, para iniciar-nos no mistério da relação entre o Pai e o Filho, para conferir-nos o amor paterno como recompensa pela obediência que lhe demonstrou o Filho na cruz e nos sofrimentos suportados até a morte e, enfim, para doar-nos todas as bênçãos contidas no mistério da comunhão entre o Pai e o Filho.

XVI. Os Frutos do Espírito Santo

XVI.1 A Assunção de Maria e a transfiguração de todas as criaturas

*A festa da Assunção é uma ocasião para venerar o corpo da Virgem:
a sua assunção é um gesto imenso do favor divino.*

A tradição ortodoxa de venerar os corpos dos santos não tem o nada como fundamento: após longo colóquio com Deus, no curso do qual Moisés recebeu os mandamentos e a lei, sua face resplandecia de uma luz que os israelitas não conseguiam contemplar. A luz refletida daquele rosto era uma luz divina, e a luz divina manifesta a presença divina. Deus era visível na face de Moisés e, por isso, o povo pecador se abstinha de olhá-lo: de fato, o pecado e Deus não podem encontrar-se face a face. Este foi o motivo da necessidade do véu colocado na face de Moisés, que São Paulo considerará como um símbolo de cegueira espiritual. Paulo vai além, afirmando que, se o ministério da Lei - da qual derivam a condenação e a morte - conseguiu para a carne semelhante glória visível e à face humana tal esplendor, quanto maior deverá ser a glória obtida através do ministério da justiça (cf. Cor 3,7-18)! É neste terreno que se fundamenta a nossa tradição com relação à Virgem, a seu corpo e à sua face. Se a face de Moisés resplandecia após ter recebido as palavras escritas pelo dedo de Deus, manifestando assim a glória que tinha envolto seu corpo, quanto maior foi a glória que revestiu o corpo da Virgem quando acolheu em seu ventre a autêntica Palavra de Deus, O próprio Filho de Deus, que do corpo dela assumiu um corpo, depois que o Espírito Santo a tinha preparado e o poder de Deus a tinha coberto e enchido de graça. Que glória isso trouxe para o corpo da Virgem!

Todos sabemos de que modo Deus pôs fim à vida de Moisés e como o sepultou no monte Nebo, longe dos olhares do povo, pelo temor de que fossem induzidos a adorá-lo: parece mesmo que irradiasse luz até depois de morto. Dele assim está escrito no livro do Deuteronômio: Até hoje ninguém sabe onde fica seu túmulo (Dt 34,6). Na Carta de Judas temos uma outra notícia explícita referente ao corpo de Moisés: O arcanjo Miguel, em luta com o demônio, quando lutava pelo corpo de Moisés... disse-lhe: "Condene-te o Senhor! (Jd 9). Isso indica que o arcanjo Miguel tinha recebido o encargo de guardar aquele corpo e de levá-lo ao céu; mas quando o diabo quis tomá-lo para si ou revelar

o túmulo para enganar o povo, estourou uma batalha entre os dois e o arcanjo invocou o auxílio do Senhor como chefe das milícias celestes.

Se Deus se preocupou com o corpo de Moisés a ponto de preocupar-se pessoalmente com sua sepultura e de encarregar o arcanjo Miguel de guardá-lo e levá-lo para o céu - como quer a tradição judaica -, e tudo isso porque o corpo de Moisés refletia a luz e a glória de Deus após ter estado em sua presença durante quarenta dias e ter recebido as tábuas da lei, a prática ortodoxa de honrar os corpos não fica sem fundamento. De quanto maior atenção deve ter-se servido Deus e Cristo pelo corpo da Virgem após a morte, corpo aquele que tinha alcançado uma duradoura descida do Espírito Santo, uma plenitude de graça, um particular envolvimento da parte da Potência do Altíssimo e, enfim, a morada, por nove meses, da Palavra de Deus em seu ventre! É verdade que não temos nenhuma descrição de que o corpo da Virgem resplandecesse de luz celeste, mas isso sabemos com certeza que era devido a uma extensão do processo de rebaixamento vivido por Cristo para conservar secreta a glória de sua divindade. Nem o corpo de Cristo durante a sua vida resplandeceu de luz particular, com exceção de apenas uma ocasião e por curto tempo - na noite da transfiguração -, e isso apesar de ele ser a verdadeira luz do mundo, a luz que sempre resplandece para todo homem.

É evidente a existência de um plano divino para conservar escondida toda a glória de Cristo e, como consequência, a da Virgem, por medo de que a fé em Cristo fosse além dos limites fixados, pelo temor de que a cruz perdesse a sua conotação escandalosa e que a veneração pela Virgem desembocasse num culto e numa adoração que convém somente a Deus.

Exatamente como a morte de Moisés, assim também a morte da Virgem deveria aparecer de modo submisso, sobretudo se pensarmos que naquele momento o evangelho já tinha sido proclamado nos confins da terra e que Cristo já era conhecido como autêntico Filho de Deus, nascido da Virgem Maria. Por isso, não há menção alguma à morte de Maria nos evangelhos e nas cartas. Portanto, durante os três primeiros séculos, a assunção de seu corpo foi testemunhada unicamente através de uma tradição oral, discreta, de modo que Maria não fosse colocada numa altura exagerada e para que ninguém atentasse contra o culto devido a Deus.

Se o corpo de Moisés, por ter resplandecido da luz de Deus, fez com que Deus se preocupasse com sua sepultura e encarregasse o arcanjo Miguel de guardá-la, não temos motivos de espantar-nos quando ouvimos dizer que o próprio Cristo esteve presente na morte da Virgem, recolheu-lhe o espírito e levou-o ao céu. Quanto ao corpo de Maria, foi sem dúvida entregue aos cuidados do arcanjo Miguel até o tempo fixado para seu transporte ao céu. Assim, o corpo da Virgem, que tinha sido objeto de atenção por parte do Pai celeste desde o momento da anunciação e receptáculo da divina concepção, continuou a ser honrado até quando Deus o assumiu, reservando-lhe a veneração dos anjos.

Nossa veneração pelo corpo da Virgem é parte integrante de nossa fé nas realidades escatológicas, naquelas realidades que se referem à vida futura: bem sabemos que a ressurreição dos corpos é um aspecto essencial da obra de Cristo na eternidade. Mesmo se a assunção do corpo da Virgem não tenha sido propriamente um ato de ressurreição, é uma condição de transfiguração na qual o corpo foi conduzido pela mão das potências angélicas com vista a uma ressurreição completa ou a ser completada sucessivamente.

O Novo Testamento é rico de exemplos de transfiguração. Cristo deu início a este gesto escatológico em si mesmo, naquela carne que tinha assumido de nós: no monte da transfiguração, diante de Pedro, Tiago e João, seu corpo tornou-se resplandecente como o sol, vindo assim a constituir as primícias daquilo que seriam os nossos corpos uma vez completada sua redenção. A partir deste momento, a humanidade, e com ela toda a criação, geme nas dores de parto e até hoje espera a adoção de filhos, a redenção dos corpos. Toda a criação, e não somente nossos corpos, é chamada a esta transfiguração. O fato de que também as vestes de Cristo se tornaram resplandecentes, mais brancas do que a neve, indica claramente que Cristo é a luz do mundo e da criação, e que à vinda de Cristo todas as criaturas assumirão sua nova forma.

A veneração dos corpos santos e luminosos é um gesto escatológico, uma extensão da transfiguração no tempo presente, uma vida de fé que prepara para a vida futura. A partir do dia da transfiguração, Cristo não cessou de derramar sua luz nos corpos e nas faces dos seus santos. O deserto de Scete (Egito) é testemunha desta realidade e obteve como prêmio uma grande participação nesta luz celeste. Sete Pais famosos testemunharam ter visto Macário o Grande resplandecer na escuridão de sua cela.

Os Pais que estavam sentados perto de Sisoés, na hora de sua morte, contam que seu rosto começou a resplandecer de uma luz sempre mais intensa até o momento em que entregou o espírito; logo após, a luz tornou-se brilhante como um relâmpago e a cela foi invadida por um perfume de incenso. Conta-se também que Deus demonstrou uma tal benevolência para com Pai Pambo, que era difícil para qualquer um suportar a visão de sua face, tanta era a glória que nela resplandecia: parecia um rei assentado num trono. Num dia em que os discípulos de Arsênio entraram de improviso em sua cela enquanto estava orando, encontraram todo o seu corpo ardendo como uma chama. José o Grande foi observado enquanto se encontrava em oração: tinha os braços erguidos e seus dedos pareciam dez velas acesas.

Neste e em outros exemplos de faces e de corpos luminosos podemos recolher uma verdadeira difusão da transfiguração de Cristo através de Pentecostes e da descida do Espírito Santo: as línguas de fogo colocadas sobre os corpos dos discípulos preparavam-nos para a transfiguração e ressurreição finais.

A veneração dos corpos dos santos, na tradição ortodoxa, na realidade é uma continuação da alegria de Pedro ao ver a luz radiosa de Cristo e de suas palavras espontâneas, cheias de fé: Mestre, como é bom estarmos aqui! (Mc 9,5).

O Senhor transfigurado está presente nos seus santos, e sua luz e seu Espírito Santo resplandecem nos seus corpos e nos seus espíritos. Às vezes, a santificação vai além do espírito da alma e invade também o corpo. Mesmo que o corpo esteja no mundo, não é considerado como pertencente ao mundo, e sim como sustentado pelo pão terreno e celeste juntamente, e como iluminado tanto pela luz deste mundo como pela luz celeste. Por acaso não encontramos aqui uma resposta ao convite do Apóstolo: Glorificai a Deus no vosso corpo? (1Cor 6,20)

Assim, celebrar a assunção do corpo da Virgem significa, verdadeiramente, render glória ao Senhor que continua a ser glorificado a cada dia nos seus santos: Para que seja glorificado o nome do Senhor nosso Jesus Cristo em vós, e vós nele (2Ts 1,12).

XVI. Um só Cristo e uma só Igreja

uma época como a nossa, marcada pelo sectarismo, somos levados a pensar que as palavras: “Creio na igreja una...católica” se referem a uma unicidade que diz respeito à confissão à qual um cristão pertence individualmente, seja ela a ortodoxa, ou a católica, ou a protestante. Disso passamos a afirmar que a catolicidade é considerada como necessariamente indicativa de uma unidade sectária. Um fiel ortodoxo afirma que a unicidade da igreja consiste simplesmente na sua ortodoxia e que a catolicidade compreende apenas os ortodoxos espalhados pelo mundo. Tal pretensão pode ser tanto a de um católico como a de um protestante. Assim, o conceito teológico da natureza da igreja se refere a cada cristão tomado individualmente como se a unidade fosse restringida pelos limites do dogma, o qual delimita também a catolicidade, reduzindo esse último aspecto a uma simples dimensão espacial da Igreja.

Em um conceito assim restrito que se submete fanaticamente a modos de pensamento e a perspectivas paroquiais, perde-se a realidade da natureza infinita da igreja que transcende a terra dos homens e seu pensamento. A Igreja é muito maior do que o homem! É maior do que os céus e a terra, porque o homem jamais encheu a Igreja e nunca será capaz de fazê-lo, nem mesmo se o mundo inteiro com todas as suas ideologias e estruturas fosse salvo: é Cristo o único que pode encher a Igreja. Nele habita toda a plenitude que pode plenificar tudo e todos: pode encher o homem e sua mente, o tempo e o espaço. O universo com os céus e a terra não podem absolutamente conter a Igreja, ao contrário, é a Igreja que contém os céus e a terra do homem. A Igreja é a nova criação, o novo céu, a nova terra, o homem novo. Na natureza desta nova criação são engolidos o velho céu e a velha terra, como se não existissem mais, mesmo se na realidade continuem a existir. Do mesmo modo, a morte é engolida pela vida, de modo a não ter mais poder, e o corruptível é absorvido pelo incorruptível: tudo se torna novo, vivo, imortal e puro. Aquilo que é novo, sob este aspecto, pertence ao eterno, inalterável Todo, enquanto aquilo que é

velho vai desaparecendo, átimo após átimo, por causa de sua natureza essencialmente mutável.

A Igreja, portanto, naquilo que se refere à sua natureza católica, é maior do que o homem, do que seus conceitos, do que suas estruturas, do que seus dogmas; maior do que o universo com seus céus imensos, do que a vasta terra com toda a sua caducidade; maior do que todos os acontecimentos do tempo, do início ao fim.

A igreja é o novo Todo: esta totalidade é derivada da natureza de Cristo - do qual tem origem - e inclui tudo aquilo que se refere ao homem e a Deus através da encarnação.

Então, a Igreja é o “segundo Todo”, em outras palavras católica, porque encerra em si, corpo de Cristo, tudo aquilo que pertence quer ao homem quer a Deus, recolhendo-o numa única entidade que é, ao mesmo tempo, visível e invisível, finita e infinita, inserida na esfera do tempo e do espaço, mas eterna e metafísica.

O termo católica deriva do grego *katá* (“em acordo com”) e *hólos* (“todo”): o significado primário é “totalidade”. No nosso caso, o termo indica aquilo que transcende a totalidade da existência finita. Trata-se de um “todo” inalterável, infinito, que não pode ser partido nem contado: é UNO, um “todo” fixo, análogo ao conceito de natureza de Cristo que é indivisível, sem confusão e sem mudança.

Tal é a Igreja, que segue a Cristo em todos os seus aspectos: como Cristo é único na sua pessoa, inclusive na sua natureza, simultaneamente todo na sua existência temporal e eterna, local e universal, assim também é a Igreja, una e católica. Disto deriva que todo aquele que está na igreja, é necessariamente uno e deve inevitavelmente ser uno, por causa da catolicidade da Igreja; em outras palavras, a Igreja tem a capacidade divina, obtida através de Cristo, de tornar toda pessoa individual una com Deus. Todo aquele que está em Cristo é de Deus e é um com Deus.

Os instrumentos de que a Igreja se serve para atuar a sua catolicidade são os sacramentos: através deles, de fato, todos os fiéis são introduzidos juntos na união com o corpo místico de Cristo, tornando-se assim um só corpo e um só espírito; eles têm acesso à natureza da igreja una e católica, pois o corpo de Cristo na Igreja constitui o segredo de sua catolicidade, a sua pessoa, o segredo da sua unicidade.

Se os fiéis não alcançam um estado de integridade de coração e de simplicidade de mente, originado da participação no único Corpo e, portanto, um estado de amor único, originado da pessoa de Cristo que reina sobre todas as coisas, então os sacramentos se reduzem a uma realidade puramente formal, que conduz à discórdia intelectual e dogmática. A formalidade sacramental ou dogmática é incompatível com a realidade do único Corpo que encerra todas as coisas e que dá vida a todos os que dele se alimentam e se tornam um nele.

Na Igreja, o corpo de Cristo é fonte de vida e de unificação, é ao mesmo tempo vivo e doador de vida e é capaz de abolir todo tipo de barreira criada pelo tempo e pelo espaço, pela mente ou pelos instintos do homem, quer se trate de barreiras sociais (nem escravo, nem livre em Cristo), quer raciais e culturais (nem judeu, nem grego, nem bárbaro nem cita) quer sexuais (nem homem, nem mulher): cf. Gl 3,28). Na Igreja, o corpo místico de Cristo é aquela fonte de energia que a torna capaz de tudo reunir na própria natureza única e católica.

A Igreja é a nova criação: como Adão foi a cabeça da velha criação humana e aquele do qual surgiram todas as raças, os povos, as tribos e as categorias do gênero humano, assim Cristo tornou-se o segundo Adão e a cabeça da nova criação humana. Ele é o único do qual nasceu o homem novo como raça escolhida (por raça entende-se aqui a cristã-divina), como povo justificado (por povo se entende aqui aqueles que foram reunidos pela justificação que vem de Cristo e não do esforço pessoal) e como nação santa (aqui a única geradora é o santo batismo e não um ventre materno). O grande segredo que explica o poder de Cristo de unificar raças e povos e de abolir todas as barreiras entre todos os habitantes da terra (isto é, a catolicidade eclesial) consiste no seu ser Deus encarnado, Filho de Deus e Filho do homem ao mesmo tempo. A divindade de Cristo operou de modo a que sua humanidade fosse além de qualquer pertença de raça, de nacionalidade, de particularismos, ao ponto mesmo de superar o pecado e a morte. A filiação de Cristo com relação a Deus permitiu-lhe reunir a humanidade numa única filiação dada por Deus. Por isso, todo aquele que participa da carne de Cristo vê nele dissolver-se todo tipo de barreira, conjuntamente com o pecado e a morte. Ele é feito um com cada ser humano, é um homem novo, criado de modo novo e puro, à imagem de Cristo: um filho de Deus ao interno da única filiação de Cristo. Na Igreja, a natureza católica tornou-se dependente da carne divina de Cristo, que implica num poder de reunir o gênero humano e de unificá-lo na única filiação que vem de Deus.

Na Igreja, a catolicidade é aquela de Cristo: é o transformar em ato a natureza de Cristo que está em condição de reunir no mesmo instante o homem com o homem e o homem com Deus. Em outras palavras, a Igreja, por força de sua catolicidade, é contrária a qualquer tipo de discriminação, de divisão, de isolamento, e também é contrária a tudo aquilo que provoca divisão, qualquer que seja sua origem, interna ou externa ao homem. Cristo não se limita a reunir as diversas raças numa única mente e numa única fé, mas as reúne também numa só carne, no verdadeiro sentido da palavra, o que implica intimidade, compreensão e amor. A Igreja, com o batismo e a eucaristia, é o corpo místico de Cristo, o ponto de encontro de todo o gênero humano, o único lugar de encontro de todos os povos, nações, raças, línguas e cores, capaz de dissolver barreiras e desacordos. Neste modo, todos se transformam em um único, grande, puro Corpo, um espírito íntimo e amante, um só homem reconciliado, cuja cabeça é Cristo: este ser unificado é dotado de todos os carismas e talentos próprios de cada raça, língua e povo, mas está isento de

qualquer divisão, disputa ou discriminação; é exatamente aquilo que se entende por “catolicidade” da Igreja.

Há uma razão extremamente simples pela qual a Igreja ainda não atingiu a própria catolicidade, ou melhor, pela qual não vive daquela natureza católica que deveria constituir a essência de sua vida em Cristo, a demonstração de seu poder, o segredo de sua totalidade e de sua divina integridade: esta razão é que a Igreja ainda não conseguiu imaginar os conceitos divinos como puros e acima da lógica e da razão humana. Em outras palavras, seus conceitos ainda estão ligados a interpretações articuladas e filosóficas que impedem a visão serena da natureza católica de Cristo que tem um poder admirável de reconciliação total e de unificação dos diversos carismas que ultrapassa não somente as ideias, princípios e dogmas, mas também a própria capacidade intrínseca de qualquer outra natureza. Este poder único tem como fundamento o perdão, a purificação, a justificação e a santificação de cada ser humano através do sangue de Cristo, que está em condições de tirar os pecados de todo o mundo. É como se a Igreja não tivesse ainda descoberto a amplitude do poder do sangue de Cristo, a potencialidade ativa de sua carne e a profundidade de seu amor e de sua justiça.

É óbvio que todos os termos teológicos de per si não estão isentos de defeitos. Estes estão na interpretação e na compreensão dos termos: o humano aproximou-se do divino - isto é, da simples e transparente natureza de Deus - com a mente e o pensamento de Adão e não de Cristo. Por isso o desacordo é a consequência imediata e inevitável da natureza cismática de Adão. O cisma não está na natureza de Cristo, nem faz parte de sua natureza católica, mas veio como resultado do cisma essencialmente radicado na natureza do ser humano, uma natureza marcada pelo pecado e tornada plena de ódio, suspeita, mal-entendido, vaidade e discórdia. A culpa do cisma na Igreja não está na natureza da Igreja, mas na natureza da capacidade do homem de conceber e compreender a natureza de Cristo e da Igreja.

Assim, podemos concluir que todo o cisma no conceber a natureza de Cristo e da igreja assinala que nós nos aproximamos do divino de maneira humana, com nossa mente decaída, com uma aproximação não divina. Todo cisma acontecido na igreja indica que o homem começou a enfrentar argumentos eclesiais com uma mentalidade etnocêntrica e racial (que dispersa) e não de modo eclesial e católico (que une).

Somente para o homem novo, Cristo permanecerá indivisível, incontestável e sem variações; somente para o homem que possui o pensamento de Cristo a igreja permanecerá una, única, católica para todos os povos, ortodoxa em toda a doutrina, e livre de qualquer divisão sectária; será assim somente para o homem novo que aceitou no profundo do coração a natureza de Cristo. Somente quando todos renunciam à própria vontade emerge a única vontade de Cristo; e somente quando cada um renega as próprias paixões e o ódio, e dobra o corpo e a mente à obra do Espírito Santo, somente então se manifestará a carne mística de Cristo que exercitará sua ação

na Igreja reunindo os corações, os princípios e ideias. Somente quando todos entregarem espontaneamente a própria vida a Cristo é que Cristo se manifestará em sua igreja e o seu Espírito será derramado sobre ela. Quando todo fiel na Igreja, com arrependimento sincero, se entregar espiritualmente a Deus com fé e ardor, e quando toda a igreja tiver feito a mesma coisa, é que a Igreja será uma pela graça de Deus, é que as igrejas serão um pelo poder do Espírito Santo: assim, Cristo será o único pastor que com o seu Espírito guia o único rebanho, tornando-se a fonte da catolicidade e da unicidade da Igreja.

Por acaso, a Igreja não é uma manifestação da encarnação de Cristo na terra e a sua continuidade no tempo? Nela os fiéis formam a nova natureza humana, glorificada na pessoa de Cristo e, através dele, adotada por Deus. Como poderia Cristo se manifestar na Igreja se não mediante a unicidade de pensamento, de vontade, de desejo, de senso comum entre os filhos do único Deus - filhos nascidos não do sangue, nem da vontade da

Como se pode demonstrar ao mundo que Deus é uno se não através da unidade de todos aqueles que nasceram dele?

E como o mundo poderia crer que Jesus Cristo é o Filho unigênito a não ser através da única filiação daqueles que creem nele, que nasceram de Deus através de sua morte por eles e através de sua ressurreição junto com eles, e que agora estão unidos à sua carne, ao seu sangue e ao seu Espírito? Em outras palavras, eles se tornaram membros de um único Corpo.

Como é consequência óbvia que a catolicidade da Igreja e a sua unicidade não são outra coisa senão a plenitude da teologia, a prova da existência e da ação de Cristo, a realização do novo nascimento do homem obtida do alto mediante a água e o Espírito Santo?

A falta de plenitude quanto à catolicidade e unidade da igreja, ainda existente nas igrejas espalhadas por toda a terra, pede de nós não o reconsiderar a nossa teologia - que é autêntica e fiel -, mas de reconsiderar a nós mesmos em relação à nossa correta teologia. Assim poderemos corrigir nossa visão de Deus, o único Pai de toda a humanidade, e a nossa visão de Cristo, o único Salvador e Redentor de todos os que invocam seu nome: nele, toda a humanidade é indiscriminadamente adotada por Deus. Essa nova ótica modificará o nosso amor pelo homem, por cada homem, enquanto o torna incontestavelmente nosso irmão, mesmo quando ele permanece hostil e nos prepare laços de morte.

Devemos ter claro que aquilo que nos impele a alcançar esta catolicidade e unidade eclesial não é simplesmente a paixão teológica ou o idealismo, nem mesmo o remorso; este desejo deve nascer da nossa fé, do nosso amor, da novidade do nosso nascimento do alto de que nós não podemos absolutamente prescindir; não podemos continuar nesta nova vida sem a catolicidade da Igreja e a sua unidade.

O homem novo não poderá jamais viver separado dos outros, como um fragmento quebrado, nem pode sentir ódio ou hostilidade pelos outros. O homem novo deve ser completo e uno, porque tem origem numa única natureza e num único Pai. A única natureza nova com a qual cada homem nasceu na igreja é aquilo que o torna uno no todo, mediante a graça e o Espírito. Aqui o amor faz valer a própria autoridade divina e católica. Na imagem de Cristo, Filho unigênito, são batizados todos aqueles que nasceram para o Pai graças à única paternidade.

Deste modo a Igreja é católica porque é o corpo do Filho (sacrificado pelo mundo inteiro por obra do amor) que recapitula em si todas as coisas. A Igreja é una porque é a indivisível morada do Pai.

Assim, podemos aspirar, com abundantes lágrimas e ferventes súplicas, com a consciência do homem novo, à catolicidade e à sua unidade em todo o mundo.

